



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

TATIANA LIMA DE SIQUEIRA

**IMPRESSÕES FEMINISTAS: DISCURSOS SOBRE O FEMINISMO NO DIÁRIO
DA BAHIA (1931-1937)**

Salvador - Ba
2009

TATIANA LIMA DE SIQUEIRA

**IMPRESSÕES FEMINISTAS: DISCURSOS SOBRE O FEMINISMO
NO DIÁRIO DA BAHIA (1931-1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador - Ba
2009

S618 Siqueira, Tatiana Lima de
Impressões feministas: discursos sobre o feminismo no Diário da Bahia
(1931 – 1937) / Tatiana Lima de Siqueira. – Salvador, 2009.
123 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas, 2009.

1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Comunicação. 4. Jornais. I. Aras, Lina Maria
Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

CDD – 305.42

TERMO DE APROVAÇÃO

TATIANA LIMA DE SIQUEIRA

**IMPRESSÕES FEMINISTAS: DISCURSOS SOBRE O FEMINISMO
NO DIÁRIO DA BAHIA (1931-1937)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-graduação do PPGNEIM, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 14 de agosto de 2009.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dra. Lina Maria Brandão Aras
(PPGNEIM/FFCH/UFBA) - Orientadora**

**Prof^a. Dra. Lindinalva Silva Oliveira Rubim
(PPGNEIM/FACOM/UFBA)**

**Prof^a. Dra. Kátia Maria Coelho de Carvalho
(PPGCI/ICI/UFBA).**

A todas aquelas que dedicam(ram) seus esforços em busca de um mundo mais justo e igualitário no que diz respeito às relações de gênero, procurando fazer deste um lugar melhor para homens e mulheres viverem.

AGRADECIMENTOS

Ter cursado e agora concluir esse mestrado é a realização de um projeto que além de acadêmico/profissional é também de vida. Ingressar nessa jornada significou abandonar algumas conquistas que me davam certo conforto e segurança, bem como me afastar, por algum tempo, de pessoas queridas. Foi difícil, exigiu força de vontade, dedicação e coragem e hoje ao olhar pra traz posso dizer: valeu à pena!

Estou muito feliz e sou grata a Deus e a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para que este momento fosse possível. Nomeio algumas dessas pessoas, porque, infelizmente, não deu para apontar todas por falta de espaço, desde já peço desculpas àquelas que, apesar de importantes, aqui não foram citadas.

Agradeço à minha família, razão de ser de minha existência, minha fortaleza e porto seguro. Minha mãe Dulce, primeira pessoa a me mostrar, com seu exemplo, que a mulher de sexo frágil não tem nada, do seu lugar de mãe, dona de casa e esposa, me ensinou que não importa que lugar ocupamos, pois podemos ser bem mais do que a sociedade espera que sejamos. Ensinou-me os fundamentos do feminismo que só viria conhecer, em teoria, tempos depois. A meu pai Assis, que no afã de conhecer todas as coisas, de estar sempre informado e procurar ensinar, incentivar e desafiar às pessoas a buscarem mais e mais conhecimento e se aprimorarem, me despertou para o desenvolvimento do desejo de cada dia crescer, conhecer e questionar o mundo e uma possível lógica que o organiza. A minha irmã Monalisa, menina/mulher, um caleidoscópio de emoções, sua existência me faz querer ser mais sensível, organizada e atenciosa, obrigada por lapidar esse meu jeito meio “bruto” de ser. Por fim, à meus irmãos: Tiago, Filipe e Rodrigo, me orgulho muito de vocês, confio e acredito em cada um, pois sei que podem e vão conquistar grandes vitórias. Obrigada por estarem sempre tão presentes e disponíveis em minha vida. Valeu pessoal por poder contar sempre com cada um de vocês.

Outras duas pessoas que nos últimos anos foram se tornando tão presentes e especiais que hoje, também, são minha família, são elas: Cássio e Maria Clara. A você Caca obrigada pela confiança e incansável incentivo, sua presença foi/é muito importante nessa conquista e mesmo quando distantes, pois para chegar aqui tive que me ausentar por quase dois anos, você soube se fazer presente, me fazendo querer alçar vôos sempre mais altos, obrigada, ainda, pela presença de Maria Clara em nossas vidas, ter acompanhado e

participado do crescimento dela deu mais brilho e graça a esse tempo de convivência. Amo vocês.

À Ianá, amiga/irmã de longas datas, concluir esta jornada é também graças a você por muitas razões, mas, principalmente, por não me deixar esquecer de que outras estradas ainda tinha que percorrer. Ao lembrar-me que era necessário e possível ir além, você me deu impulso e coragem para deixar alguns confortáveis e seguros lugares que estava ocupando e me aventurar na conquista de outros. Aqui estou, você tinha razão.

À Ádria, comadre/amiga, pelo afeto incondicional, amizade sincera e sua família – Ledo, Caio e Luma – em minha vida, saber que vocês sempre estão de braços abertos a me receber é bastante reconfortante. Desculpe as ausências involuntárias, obrigada pela paciência e compreensão.

Às Humanetes, meninas de humanas e seres humanos extraordinários que ao entrarem em minha vida só trouxeram luz e calor a esta. A todas vocês, em especial à Margô, Rita, Non, Marilva, Nólía, Gilma Flávia e Heidinha, meus sinceros agradecimentos, não dá para dizer aqui neste pouco espaço como cada uma contribuiu nesta empreitada, mas enquanto grupo, através de nossos encontros presenciais e/ou virtuais, vocês me propiciaram momentos agradáveis e responsáveis por um pouco mais de leveza e graça àquelas infundáveis tardes/noites de estudos e pesquisas.

À minhas cunhadas Lívia, Caride, Márcia, Monaliza, Dark, Lanuza e Quésia e cunhados Murilo, Beto, Adriano, Aurélio e Alécio amigas e amigos queridos, obrigada pela constante torcida e afeto.

Aos companheiros e companheiras de luta cotidiana por uma educação séria e um tratamento digno aos/as educadores/educadoras, colegas de trabalho de instituições de ensino em que atuo e já atuei, dentre elas em Irecê Colégio Modelo, CEII, Fundação Bradesco, Dinâmica, Curso Visão, UESSBA, em Jussara Escola Professor Roberto Santos e, em Feira de Santana, UEFS. A vocês que estiveram/estão comigo nessa caminhada e são parte dela, agradeço pela solidariedade e troca de experiências, fundamentais a qualquer crescimento profissional e pessoal.

Às/aos professoras e colegas do PPGNEIM agradeço pelos ricos e produtivos momentos de discussão e militância, com vocês aprendi que discutir gênero é mais que uma abordagem teórica, é um compromisso social em torno de mudanças nas relações desiguais entre os sexos.

À FAPESB, pelo primeiro ano de bolsa de estudos o que me garantiu um maior envolvimento na pesquisa.

Aos funcionários(as) da Biblioteca Pública do Estado, em especial, a Cristina, Luís e Eliseu pela pronta disponibilidade em ajudar.

Por fim, gostaria de fechar esses agradecimentos com àquela que, talvez, seja depois de mim, a maior responsável por eu estar concluindo este trabalho, a você Lina Maria Brandão de Aras, orientadora, professora e amiga, obrigada de coração pelo acolhimento generoso, por acreditar e apostar em mim quando, ainda, esse mestrado não passava de um projeto possível, mas, ainda, muito distante de ser realizado, sua disponibilidade e confiança foram essenciais para que eu acreditasse que ele poderia um dia se tornar essa dissertação. A você minha carinhosa gratidão.

Nós semeamos o pomar de boas sementes, porém, frutos saborosos serão unicamente provados pelas nossas descendentes! Também já estamos colhendo o resultado dos esforços e das lutas de nossas avós. Justo é, pois, que também plantemos alguma coisa para a geração futura.

A vida não é mais do que uma corrente composta de grande número de elos, uns dependentes dos outros.

Recebemos e damos. É a ordem das coisas. Porque seria diferente quando se trata de feminismo?

(Lili Tosta, Diário da Bahia, 09 de junho de 1931)

RESUMO

Este estudo analisa os discursos publicados no Diário da Bahia sobre o feminismo entre os anos de 1931 a 1937. Detém-se na análise das manifestações feministas identificadas na época através da imprensa e nas condições que possibilitaram produzir determinados discursos sobre essas manifestações no Diário da Bahia. Busca-se, relacionar o contexto político de produção desses discursos com os jogos de interesses que moviam certos grupos na direção do jornal, para, assim, problematizar os motivos pelos quais era dado, ora maior, ora menor visibilidade a determinadas vertentes feministas. Ao acompanhar diariamente o periódico nestes seis anos, foram identificados três tipos de feminismo discursados: o primeiro, ligado à Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, filial estadual de matriz localizada no Distrito Federal, de onde eram enviadas as diretrizes de luta em prol da conquista dos direitos femininos; o segundo, configurava-se a partir dos artigos assinados por uma correspondente feminista de São Paulo, através dos quais ela registrava suas impressões sobre como deveria ser a mulher feminista moderna. Por fim, o terceiro, vinculado a uma corrente de pensamento mais de esquerda, representado pela tentativa de instalação na Bahia da União Feminina do Brasil, um núcleo feminino da Aliança Nacional Libertadora, que pretendia divulgar ideais feministas diferentes daquele pregado pela vertente “mais comportada” do feminismo, ligada à Federação Brasileira. Desse modo, o trabalho busca analisar as impressões feministas construídas através do Diário da Bahia, realçando as múltiplas e possíveis formas de questionamentos das relações de gênero construídas na Bahia, a partir do discurso feminista adotado no período no estado.

ABSTRACT

This study examines the discourses produced by the *Diário da Bahia* on feminism between the years 1931 to 1937. It has in the feminist analysis of the events identified at the time through the press and the conditions that have allowed some talk about such events in the Journal of Bahia, seeking to relate the political context of production of these discourses with the games of interest to certain groups moved in the direction of the newspaper, to thereby problematizing the reason given was sometimes more, sometimes less visible to certain aspects feminists. When the daily monitoring the journal in these six years have identified three types of feminist discourses there: the first, connected to the Federation for Progress Bahiana Women, a subsidiary of state matrix located in the Federal District, which sent the guidelines to fight for conquest of the female, the second, is shaped from the article signed by a corresponding feminist of São Paulo, where materials and sent its views on how to be a modern feminist woman, and finally, the third, which was tied to a current of thought more than left, represented by the attempt to plant in Bahia Brazil's Women's Union a female nucleus of the National Alliance Liberator, intended to disseminate feminist ideals than that preached by the 'more behavior "of feminism, that linked the Brazilian Federation. Thus, the study attempts to analyze the impressions made by the feminist *Diário da Bahia*, seeking to highlight the many ways to questions of gender relations built in Bahia, from the feminist discourse in the period adopted in the state. "

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
DB	Diário da Bahia
BOC	Bloco Operário Camponês
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
LASP	Liga de Ação Social e Política
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRF	Partido Republicano Feminino
PSD	Partido Social Democrata
UFB	União Feminina do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
IMPrensa E CONHECIMENTO HISTÓRICO: A BAHIA NOS ANOS 30	20
1.1 Duas correntes ideológicas disputam espaço e conquistam adeptos	25
1.2 O Diário da Bahia na cobertura dos fatos	30
1.3 A imprensa e a produção do conhecimento histórico	41
CAPÍTULO II	
O FEMINISMO NA DÉCADA DE 1930: LIMITES E POSSIBILIDADES	46
2.1 A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e seu alcance nacional	50
2.2 Feminismos diversos: outras expressões feministas	58
2.3 A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino: uma luta na Bahia	66
CAPÍTULO III	
COBERTURA DA IMPRENSA: O DISCURSO FEMINISTA	77
3.1 A Federação Bahiana caracteriza seu feminismo	86
3.2 Feminismo – a mulher de hoje. Por Violeta de Alcântara Carreiro	96
3.3 União Feminina do Brasil: as mulheres na Aliança Nacional Libertadora	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
LISTA DE FONTES	116
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

Um projeto de pesquisa, normalmente, nasce do desejo de discutir algumas questões que incomodam, instigam curiosidades e buscam por respostas. Muitas vezes nasce de algo que já estava em nós, não que tenha nascido conosco, mas que, em algum momento de nossa trajetória, foi plantado e sem que percebamos - ou conscientes - não importa, foi sendo regado até germinar e forçar ser cuidado, querer crescer, desenvolver e tomar forma. Comigo aconteceu assim.

Questões relativas ao feminismo surgiram em minha vida desde muito cedo. Nunca aceitei como natural, normal e justo a diferenciação posta em nossa sociedade em relação aos lugares reservados, posturas permitidas e deveres atribuídos aos homens e às mulheres, onde, quase sempre, terminam por favorecer aos sujeitos do sexo masculino. Durante a graduação em História pesquisei sobre relações de gênero, momento em que entrei em contato com referenciais teóricos que me ajudaram a discutir essas relações desiguais entre os sexos, fazendo percebê-las como resultado de construções sociais e históricas.

No mestrado em estudo com um grupo de pesquisadoras(es) sobre mulheres, gênero e feminismo, consegui amadurecer certos pressupostos teóricos e conjugá-los ao exercício da militância feminista, de modo a fazer desabrochar aquele broto que insistia em não morrer dentro de mim. Florescimento, portanto, que ganhou espaço para se desenvolver, produzindo frutos diversos, dentre eles este trabalho de dissertação que, ao discutir o tema proposto e questionar certos pressupostos, busca contribuir para o processo de transformação de nossa realidade, que insiste em fomentar a discriminação de gênero e professá-la como natural.

A construção dessa dissertação tem a ver com essas inquietações. Desejei, inicialmente, discutir como o movimento feminista ligado à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi discursado na Bahia, parte de uma região brasileira que, ao ser forjada, buscou ressaltar e estabelecer como parte de suas principais características a manutenção da tradição e conservação de modelos familiares regidos por signos de relações patriarcais. Buscava, portanto, perceber como foi a inserção da filial daquele núcleo na Bahia e como o movimento feminista foi discursado e impresso através da grande imprensa do estado. Em outras palavras, apresentava uma discussão

que visava analisar como o feminismo da década de 1930 abriu brechas em estruturas, aparentemente, tão firmes como aquelas que configuravam certos modelos de relações familiares na Bahia.

O tema e problema estavam definidos. No início da pesquisa de campo, aquilo que era uma idéia foi se formatando, ganhando corpo e vida e, ao mesmo tempo, sofrendo diversas alterações. Em contato com as fontes, meus problemas aumentaram, antigas hipóteses caíram por terra e outras surgiram. Aprendi a lidar com o elemento surpresa, o acaso e o improvável. Esquemas prévios de interpretação e personagens fixos e previsíveis não satisfaziam mais, não explicavam e nem faziam compreender o processo histórico que eu pretendia reconstruir. Fui obrigada a repensar meu percurso. Das minhas primeiras suspeitas e questões, subtraíram-se algumas, somaram-se outras e a pesquisa foi ganhando nova forma a partir de novos traços.

A ida a campo oxigena qualquer trabalho, amplia olhares e fornece possibilidades antes impensadas. Desloca o pesquisador da rotina planejada, das descobertas previsíveis. Comigo foi assim. Fiquei um tempo perdida, mas, continuando, eu tentava encontrar o caminho que me daria as respostas corretas para nele seguir segura. Porém, embalada nas mais complexas e estimulantes questões que ia me deparando descobri, por fim, que não era possível um único caminho certo, passei, desse modo, a construir um caminho possível e por ele percorrer; buscar, desse modo, uma resposta dentre outras ao problema que queria discutir. É, portanto, esse o percurso que se fez caminho neste trabalho e é neste que o presente texto se desenvolve.

Esta dissertação discute como o feminismo foi construído, através do discurso da imprensa, mais especificamente do jornal Diário da Bahia (DB), na década de 1930, no estado baiano. Analisa como aquele jornal forjou impressões feministas, através de seus discursos, capazes de construir certa dizibilidade e visibilidade sobre o que era e se esperava ser feminista no estado naquela época.

A imprensa escrita era o principal meio de comunicação daquele contexto, seu discurso tinha grande inserção junto ao público leitor do período. Era ela quem dava as notícias em primeira mão e exercia forte influência na formação de opinião daqueles que, diariamente, acompanhavam os acontecimentos locais, nacionais e internacionais que as matérias noticiavam. Ao “dar a notícia”, sabemos que o jornal fazia escolhas e estas partiam de interesses que estavam atrelados a diversos elementos, dentre eles os do

grupo que estava na direção do órgão, o do contexto de produção da reportagem, do público a que se destinavam as matérias, entre outros. Cabe investigá-los.

O jornal, desse modo, como qualquer outro vestígio deixado pelo ser humano na história, é um discurso passível de análise e pesquisa histórica, porque ele é parte da época em que foi produzido e dialoga com o contexto de produção. Partindo desse pressuposto, identifiquei e procurei analisar artigos publicados no Diário da Bahia que abordavam o feminismo e, assim, imprimiam formas possíveis de ser feminista naquele período, ressaltando que a forma como foi escrita e inscrita essa luta naquele período, estava inserida no jogo de funcionamento daquela sociedade, sendo parte do processo de enfrentamento entre forças diversas que configuravam o contexto histórico ali presente.

O movimento feminista foi largamente discursado pela imprensa da primeira metade do século XX. Esse registro é de grande importância porque coube a ele, na época, construir um tipo de imagem sobre esse movimento, visto que um grande número de pessoas tomou conhecimento e se informou a respeito dessas manifestações através dos discursos veiculados por esse canal de comunicação e, para os dias de hoje, continua sendo de grande valia, pois, graças às páginas amareladas daqueles jornais, é possível ter acesso à grande parte da memória daquele contexto de luta feminista e, assim, discutir as redes de interesses a que estava inserida. Faz-se necessário conhecer esse discurso, saber das manhas e artimanhas que envolveram sua produção, para que, assim, possamos contribuir com a construção da memória do feminismo no Brasil, de um modo geral, e da Bahia, de modo específico.

O feminismo da primeira metade do século XX não teve somente uma face. Pesquisadoras como Céli Pinto (2003) identificou, pelo menos, três vertentes do feminismo nas primeiras décadas daquele século. A primeira delas foi liderada por Bertha Lutz, que teve por questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos e a que conseguiu ter maior institucionalização e alcance nacional. A segunda é identificada como um “feminismo difuso”, o qual se expressava nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa e teve um campo mais vasto de questões, indo desde a educação feminina, dominação dos homens e incorporação das mulheres nos espaços públicos, até as reivindicações de direitos políticos. A terceira se manifestava no movimento anarquista e, mais tarde, no Partido

Comunista. Tratava-se de mulheres militantes do movimento de esquerda que defendiam a liberação da mulher de forma mais radical.

Ao iniciar esse trabalho, acreditava encontrar no DB discursos que remetessem exclusivamente à primeira face do feminismo, ou seja, àquela ligada a Bertha Lutz e que teve na Bahia forte inserção, com a instalação, em abril de 1931, de um núcleo, a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, órgão encarregado de organizar a luta feminista no estado, a partir das diretrizes enviadas da sede no Distrito Federal. No entanto, identifiquei também a presença no jornal, entre os anos 1931 a 1937, de outras vertentes do feminismo. Sobre elas também discuto aqui.

Além da presença do feminismo da Federação Bahiana no Diário da Bahia no período analisado, outras duas vertentes feministas foram impressas. Uma se fez presente através de artigos publicados entre os meses de abril de 1934 a maio de 1935, a partir da colaboração de Violeta de Alcântara Carreiro, correspondente de São Paulo, que assinou mais de 40 artigos publicados numa sessão criada especialmente para ela, intitulada “*Feminismo – a mulher de hoje*”. A outra maneira de ser feminista, objeto de discussão na imprensa da época, mesmo que por um curto período de tempo, foi aquela identificada com a ideologia mais de esquerda. Esta emergiu no Diário da Bahia em junho de 1935, quando foi informado a respeito dos preparativos para instalação de outro núcleo feminista no estado, a União Feminina do Brasil – UFB –, ligado à Aliança Nacional Libertadora – ANL. O jornal deu ampla cobertura a essa iniciativa, convidando a sociedade baiana para o momento, apresentando a proposta e apoiando a implantação desse núcleo no estado.

É dado maior destaque nesta dissertação ao feminismo da primeira vertente, aquele ligado à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino isso, devido ao fato de ele ter tido maior repercussão e presença na imprensa baiana, pois a instalação de sua filial no estado, foi este o movimento que teve maior organização e inserção na sociedade, o que ajudou na produção e publicação de um grande número de matérias, tornando possível hoje uma análise mais apurada de sua atuação. Porém, como foram encontradas, naquele jornal, outras propostas de feminismo, outras possibilidades de ser feminista na Bahia que não apenas aquela instituída pela Federação Bahiana, este fato não pode ser desprezado.

Dessa forma, considero relevante a análise dessas três vertentes do feminismo na Bahia porque elas mostram que as experiências feministas da época foram bem mais ricas e múltiplas do que se convencionou pensar, apesar de ter tido a Bahia um lugar institucionalizado para o feminismo, isto é, o da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, esta não foi a única opção que as mulheres baianas tiveram para se dizerem feministas.¹

Analisar as outras possibilidades de feminismo apontadas no Diário da Bahia dá a dimensão do quão dinâmico e plural podia ser a percepção do que era considerado ser feminista na época. Esses discursos são uma tentativa de construção de outros modelos de mulher moderna e feminista no contexto. Eles ajudam a forjar outras possibilidades de ser feminista e oferece outras alternativas de feminismo às baianas que não se identificavam com aquele propagado pela FBPF.

O recorte temporal da pesquisa, de 1931 a 1937, diz respeito, ao momento em que ocorreu a instalação do núcleo baiano da FBPF, em 1931, que marcou o início de um feminismo institucionalizado no estado, até o momento da instalação do Estado Novo, em 1937, quando organizações civis e de caráter democrática, como aquela do modelo da Federação, foram desativadas ou simplesmente esvaziadas de sentido e ação política. Coincide, também, com o momento de instalação e permanência do governo de Juracy Magalhães, primeiro como interventor estadual, depois como governador constitucional da Bahia, fato que teve repercussão direta no modo como o jornal Diário da Bahia noticiava o feminismo para seus leitores.

Acompanhei diariamente as notícias veiculadas pelo jornal Diário da Bahia durante o período de 1931 a 1937. Por seis anos, li matérias que faziam referência sobre as mulheres, feminismo, casamento, divórcio, enfim temas relacionados às relações de gênero no período, dava maior atenção àquelas que se referiam às ações consideradas feministas, tais como a luta e reivindicação feminina por direitos ainda negados à mulher, dentre os quais o acesso ao voto e participação na vida política da sociedade.

Durante a pesquisa percebi mudanças de comportamento daquele órgão de imprensa, no que diz respeito à cobertura e impressão das manifestações feministas no estado. Observei, por exemplo, que os textos impressos no jornal nos anos de 1931 e 1932 sobre o feminismo seguiam uma linha que dava a mais completa atenção ao

¹ Existem trabalhos que tratam do feminismo na Bahia, cujo foco é naquele vinculado à FBPF no estado. Ver: COSTA, Ana Alice (1981); ALMEIDA, Maria Amélia (1986) e VIEIRA Cláudia (2002).

feminismo ligado à Federação Bahiana, com presença constante de suas representantes e cobertura das obras e ações empreendidas por aquela instituição. A partir do final de 1932 e início de 1933, começaram a escassear referências sobre àquele núcleo, chegando ao ponto da mais completa indiferença. Outros feminismos e feministas foram tomando a cena.

É discutido neste trabalho a relação entre a mudança de foco jornalístico com o contexto a que ele estava inserido e os interesses políticos aos quais o jornal representava em momentos distintos de sua trajetória. Isso porque o período dessas mudanças coincide com a mudança de propriedade do DB, ou seja, até outubro de 1932, este periódico estava sob a administração do grupo político ligado a J.J. Seabra, oposição ao governo de Juracy Magalhães e, depois, foi transferida para as mãos do grupo ligado ao Partido Social Democrático – PSD, agremiação política que servia de base ao governo do estado.

Desse modo, a partir de 1933, o DB, apesar de continuar atento ao feminismo, ele promove um deslocamento de foco. A atenção se voltava a outras manifestações feministas, dando, então, cobertura ao feminismo de fora do estado, passando a ter a colaboração de correspondente de São Paulo e, ainda enfatizando a importância de outro grupo feminista a, UFB, que tentou se instalar na Bahia em 1935.

Na tentativa de discutir essas questões, o trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, cujo título é *Imprensa e conhecimento histórico: a Bahia na década de 1930*, versa sobre o contexto histórico e político da década de 1930 no Brasil e na Bahia, além de discutir o papel da imprensa, mais especificamente, do Diário da Bahia, na cobertura desse período, dando destaque ao jogo de interesses que dominava o cenário político na época e sua repercussão no direcionamento adotado pelo jornal. É analisado, ainda, como o discurso da imprensa pode e deve ser encarado enquanto recurso útil na construção do conhecimento histórico por ser capaz de representar sua época, visto que dialoga com a realidade na qual se insere.

O segundo capítulo, *O feminismo na década de 1930: limites e possibilidades*, trata da emergência e trajetória do feminismo no Brasil e na Bahia, destacando que o movimento feminista que emergiu na década de 1930 foi fruto de uma longa luta feminina, na qual aparecem nomes como de Nísia Floresta e teve na FBPF o lugar de maior expressão, tendo inclusive filiais espalhadas pelo Brasil, dentre elas na Bahia.

Chamo atenção, no entanto, ao fato de que o feminismo do período estudado não foi unicamente representado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, pois outras manifestações feministas se fizeram presentes no cenário nacional e tiveram repercussão nas páginas do jornal baiano.

Por fim, o terceiro capítulo que tem por título *Cobertura da imprensa: o discurso feminista*, aborda as impressões feministas produzidas no Diário da Bahia no período de 1931 a 1937. São apresentados e analisados os discursos da Federação Bahiana, do “Feminismo – a mulher de hoje”, e da União Feminina do Brasil, destacando as visibilidades e dizibilidades construídas, através do Diário da Bahia sobre essas manifestações feministas, refletindo sobre as características feministas recorrentes nesses discursos e o quanto elas dialogavam com o contexto histórico em que estavam inseridas.

Assim, ao discutir esses modelos de feminismos possíveis, fica perceptível o quanto ser feminista na década de 1930 na Bahia podia significar muitas coisas e caber em vários perfis de mulher. Porém, existia algo que unia todas essas vertentes, ou seja, cada uma delas, a seu modo, e do lugar que ocupava, se identificava enquanto feminista, questionava as relações de gênero em que as mulheres estavam inseridas e propunha alterações nas relações desiguais de poder em que homens e mulheres se encontravam. Daí essas três categorias – feminismo, gênero e poder – terem sido fundamentais para a compreensão do meu objeto de estudo e construção desse trabalho.

Portanto, em *Impressões feministas: discursos sobre o feminismo no Diário da Bahia (1931-1937)* discuto as vozes feministas que, de lugares diversos, foram se fazendo ouvir, através de artigos impressos naquele jornal, possibilitando circular idéias, formar opiniões e criar alternativas sobre o que vinha a ser atitudes, valores e pensamentos de uma mulher feminista no período. Não devemos, portanto, ficar indiferentes a esses esboços de feminismos presentes naquele órgão de imprensa, sob pena de cometermos o equívoco de somente identificar uma única forma de expressão feminista na Bahia, aquele ligado à Federação Bahiana. Não é possível silenciar outros textos e sujeitos forjados e forjadores de feminismos no período, pois, em maior ou menor grau, cada uma dessas construções feministas presentes naquele contexto contribuiu na também impressão da mulher baiana da década de 1930.

CAPÍTULO I

IMPrensa E CONHECIMENTO HISTÓRICO: A BAHIA DA DÉCADA DE 1930

O estado da Bahia da década de 1930 era um estado predominantemente rural. Existiam 73 cidades e pouco mais de 70 vilas, somando uma população de 4.327.301 habitantes. Esse quadro era praticamente o mesmo desde as últimas décadas do século XIX, uma vez que não havia ocorrido um processo de urbanização mais intensivo como aquele verificado em outros estados do Sul do país².

As condições de vida da população eram precárias. Apenas 18 municípios possuíam abastecimento de água nos domicílios, enquanto que o restante dependia de chafarizes públicos, açudes ou compravam a água necessária aos afazeres domésticos. As condições de saúde eram péssimas. Em decorrência disso, o índice de mortalidade era alto, chegando ao ponto de, em 1935, ter sido registrado um crescimento populacional negativo.

Em Salvador, a situação não era muito diferente. Apesar de ser o centro administrativo do estado, era predominantemente rural. Em alguns distritos, como Brotas e Vitória, existiam grande número de chácaras e sítios que eram ligados ao núcleo urbano por estradas não pavimentadas. Dessa forma, com esse perfil, cerca de 90% das fontes produtivas do estado provinham do interior, tendo como principais produtos o cacau, café e fumo.

O número de indústrias da Bahia era pequeno e em sua maioria de pequeno porte. Em 1931, existiam 2.202 fábricas, das quais mais da metade eram familiares, nas quais trabalhavam apenas membros da família do proprietário, e somente pouco mais de 50 fábricas tinham mais de 12 operários. A Bahia do início da década de 1930 era um estado descapitalizado e, sob os efeitos de crise econômica e social, sofria com a instabilidade político-institucional gerada pela Revolução de 30.

² A maior parte das informações deste início do capítulo foi extraída, basicamente, do trabalho de SAMPAIO, Consuelo Novais: Poder e representação: o Legislativo da Bahia na segunda república, 1930-1937. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992. A autora analisa o turbulento período que se seguiu à Revolução de 30, centrando seu estudo em duas questões: a da crise econômica e a instabilidade política e social que caracterizaram a Bahia no período e analisa a composição e produção do Poder Legislativo que se estruturou no período. Interessou a este trabalho, especialmente, as discussões relativas à primeira parte do livro.

A Revolução de 1930 encontrou uma Bahia em crise, que se empenhava na recuperação da influência política que gozava nos tempos do Império. As classes dominantes do estado não apoiaram as investidas dos políticos que fizeram a revolução. Elas defendiam interesses contrários, acreditavam que a vitória da chapa liderada por Julio Prestes à presidência do país, com um vice baiano, o governador Vital Soares, poderia significar uma oportunidade para a Bahia voltar ao centro das discussões políticas nacionais. Até a hora final, a Bahia deu testemunho de apoio à velha ordem constituída.

Um reduzido número de políticos e jovens acadêmicos, liderados pelo ex-governador J.J. Seabra, se manifestou a favor da revolução. Esse apoio estava vinculado ao fato de Seabra ser oposição, desde 1924, ao grupo que estava no poder na Bahia e não pela identificação com a campanha da Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas. Desse modo, as classes dirigentes da Bahia foram pegas de surpresa pela vitória da revolução. Sampaio (1992, p.23), analisando o impacto que a Revolução de 30 teve sobre a Bahia, afirma:

Num primeiro momento, a revolução significou, ao nível da organização do Estado, a suspensão do sistema de representação política, o fechamento do Congresso, o fim dos partidos políticos. Em seguida, se desdobrou num processo de acomodação, que envolveu os ideais de renovação e de moralização do sistema político defendido pelos tenentes, e a prática oligárquica que impregnava esse sistema.

A Revolução não destruiu, portanto, a velha ordem oligárquica na Bahia. Em outras palavras, passado o primeiro momento de choque e retornando à cena o jogo político partidário, especialmente com as eleições para a Constituinte Nacional em maio de 1933, as forças oligárquicas voltaram à tona, se organizando em torno dos velhos ou novos partidos políticos.

Os dois primeiros interventores da Bahia foram civis e não duraram muito tempo no poder. O primeiro, Leopoldo Afrânio do Amaral, governou de novembro de 1930 a fevereiro de 1931 e, o segundo, Artur Neiva, de fevereiro a julho de 1931. Em seguida, foi indicado o tenente Juracy Magalhães, que permaneceu no cargo de interventor e, posteriormente, como governador do estado até novembro de 1937.

O fracasso dos dois primeiros governos na Bahia pode ser inserido no contexto da crise econômica que assolou o mundo capitalista a partir de 1929. Dependente do setor exportador, a Bahia foi atingida pela crise, ocorrendo falências e desemprego. A crise teve forte efeito negativo no plano social. As condições de vida do operariado nos anos 30 tornaram-se ainda mais degradantes. Outros fatores também foram responsáveis pela queda desses primeiros governos. Dentre eles, a resistência de Leopoldo Amaral em atender aos pedidos dos companheiros seabristas, grupo ao qual ele era ligado, o que deixou seu governo sem apoio, chegando a ponto de J.J. Seabra enviar a Getúlio Vargas, no início de 1931, uma lista com mais de 20 nomes para possíveis substitutos na função de interventor da Bahia.

Vargas destituiu Leopoldo, porém, ignorando as indicações de Seabra, nomeou Artur Neiva para o cargo. Entre as ações empreendidas pelo novo interventor durante seu governo, destacaram-se a criação do Instituto de Cacau da Bahia e a Lei de Reorganização Municipal. Esta última, datada de 8 de julho de 1931, objetivava reduzir as despesas públicas e reativar as economias locais. Assim, foram extintos municípios com menos de 20 mil habitantes, o que alterava a divisão administrativa do estado e, por meio de um decreto, alguns municípios foram divididos e/ou incorporados a outros. Os protestos partiram de todo canto do estado e pelos mais diversos segmentos sociais e políticos. Sem trégua, a imprensa passou a criticar a administração, e isolado, sem apoio de nenhum dos grupos políticos locais, enfraquecido, Neiva foi deposto.

Após a saída de Artur Neiva, sobressaiu árdua luta entre os grupos da elite política baiana. Destaque dado aos seabristas, que esperavam ser empossados ao poder, por terem sido os poucos que deram algum apoio a Vargas ainda na época da campanha e durante o processo revolucionário que o levou ao poder. Assim, J.J. Seabra acreditava que seria, finalmente, reconhecido e recompensado, porém, Getúlio Vargas, novamente ignorando os apelos do grupo de Seabra, nomeou o tenente Juracy Magalhães como interventor do estado.

A nomeação de Magalhães, natural do Ceará e com apenas 26 anos de idade, foi recebida pelos membros das camadas sociais dominantes, que aspiravam à ocupação de altos cargos na máquina administrativa, como insulto. Eles alegavam que, além de não ser baiano, Juracy Magalhães era militar e muito jovem, sem qualquer experiência administrativa e sem suficiente conhecimento dos problemas do estado. Em decorrência

desse quadro, se formou um grupo com aqueles que, sentindo-se injustiçados, passaram a fazer oposição ao governo.

O interventor Juracy Magalhães, por sua vez, passou a estabelecer compromissos com diversos setores da sociedade, dentre eles com membros da elite baiana deposta no momento da Revolução e com os coronéis do sertão, que o movimento havia prometido eliminar. Aos poucos, o novo governo foi construindo uma sólida base política, que, ao acomodar interesses e conflitos diversos, fez com que, se firmasse no poder e permanecesse nele até o momento da implantação do Estado Novo, ocorrido em novembro de 1937.

Não existiam partidos nacionais no início da década de 1930 e a voz de cada um dos partidos estaduais era projetada através dos governos dos estados. A convocação de eleições para 3 de maio de 1933, para a Assembléia Nacional Constituinte, provocou intenso processo de mobilização política. As forças oligárquicas rearticularam-se em antigas ou novas agremiações. Destaca-se a formação do PSD – Partido Social Democrático, criado pelo interventor Juracy Magalhães, e da LASP – Liga de Ação Social e Política, mais tarde transformada em Concentração Autonomista, organizada pelos opositores ao governo estadual.

Em diversos estados da Federação, surgiram partidos da base governista, todos sem vinculação entre si. O PSD, que ganhou maior destaque e se tornou mais forte dentre todos os outros, foi o que surgiu na Bahia. Sua força é atestada por Consuelo Sampaio, ao afirmar que “nenhum outro partido nos anos 30, além do PSD, foi tão forte quanto aquele criado pelo jovem tenente Juracy Magalhães. Graças às suas fileiras disciplinadas, a Bahia tornou-se importante centro de consulta no processo de decisão política nacional” (SAMPAIO, 1979, p.86).

Nos primeiros encontros para a criação do PSD, em janeiro de 1933, seus partidários conseguiram reunir remanescentes dos antigos partidos que dominaram o cenário estadual na Velha República e que, até pouco tempo, eram contrários ao movimento que culminou com a Revolução de 30. Dentre eles estavam João Pacheco de Oliveira, ex-deputado federal em diversas legislaturas e que, além de contrário à candidatura de Vargas, havia fundado o primeiro partido político após a Revolução – Partido Evolucionista –, que defendia os “ideais liberais da Constituição de 1891 e a verdade eleitoral”; Antônio Medeiros Neto, escolhido como secretário de Segurança

Pública e chefe da Polícia no governo de Pedro Lago que, eleito governador da Bahia em 1930, não chegou a tomar posse devido à Revolução; Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, desembargador, que desde 1921 ocupava o cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Estado, dentre outros.

O Diário da Bahia, jornal de oposição ao governo até final de 1932, passava, também, no início de 1933, a compor o quadro de apoio a Juracy Magalhães e dava cobertura àqueles primeiros instantes de vida do novo partido.

Ninguém tem dúvida que o partido que mal se esboça vai preponderar e realizar uma política nos melhores moldes. (...) Constituindo-se forte núcleo de opinião, representando o pensamento de cada uma das partículas constitutivas da integralidade estadual. (...) Uma representação acima do critério partidário e visando somente o renome da Bahia. (Diário da Bahia, 24/01/1933).

Desse modo, estava apresentado, através das proposições do partido recém-criado, o modelo conciliador de governo de Juracy Magalhães. A proposta era acomodar os mais diversos interesses e colocar fim nas divergências políticas que configurava, até então, o cenário político no estado. Na convenção de instauração do partido, ocorrida de 24 a 27 de janeiro de 1933, quando saiu o estatuto do PSD, estavam reunidos 346 delegados e representantes de 151 municípios. Portanto, o partido nasceu grande em representação e força política, tanto da capital quanto do interior do estado, e o projeto de acomodação estava se tronando realidade.

Após a Revolução de 30, antigos chefes políticos baianos que não aderiram ao novo governo, nem foram exilados, se uniram a jovens intelectuais, que pretendiam seguir carreira política no final da República Velha, e formaram uma agremiação que serviria de oposição. Essa tendência não foi percebida apenas na Bahia. Surgiram partidos de oposição a Vargas, por todos os estados brasileiros era o autonomismo que, de um modo geral, defendia o regionalismo e a independência estadual. Os movimentos estaduais, classificados como autonomistas, guardadas as especificidades de cada contexto regional, se caracterizavam por serem contrários à intromissão direta do poder central na estrutura político-administrativa dos estados, por meio dos interventores, e defendiam, de maneira geral, a autonomia estadual. Dentro desse espírito, surgiu, em 1932, a Liga de Ação Social e Política – LASP, que mais tarde se organizaria em torno da Concentração Autonomista da Bahia (CARVALHO, 2005, p.96).

Com a convocação para as eleições constituinte em 1933, a oposição baiana se reuniu em torno da chapa “A Bahia ainda é a Bahia”. Porém, desse sufrágio somente dois conseguiram ser eleitos, J.J. Seabra e Aloísio Carvalho Filho, contra 20 do PSD. Após essa derrota, a oposição se reorganizou e ganhou reforços com o retorno e adesão de Otávio Mangabeira e Simões Filhos, que, voltando do exílio, davam novo ânimo ao grupo, organizando a Concentração Autonomista, que “como amplo guarda-chuvas, passou a abrigar elementos provindos dos grupos Calmon, Seabra, Mangabeira, Lago e os jovens que até então integravam a LASP” (SAMPAIO, 1979, p.100).

Nas eleições para a Assembléia Estadual Constituinte e Câmara Federal, em 1934, a oposição realizou campanha na capital e, em caravanas, viajou pelo interior do estado, obtendo mais sucesso que na eleição anterior. Para o cargo de deputado federal elegeram-se sete, enquanto o PSD conquistou 13, já para a Câmara Estadual conseguiu eleger 14 contra 29 do PSD. A novidade se deu ainda pela vitória de uma mulher a advogada feminista Maria Luiza Bittencourt pelo partido do governo, se tornando a primeira deputada estadual na Bahia.

De modo geral, os dois partidos de maior destaque no cenário baiano pós-revolução, PSD e LASP, mais tarde Concentração Autonomista, não tinham grandes diferenças. Ambos comungavam dos mesmos princípios e vinham, praticamente, das mesmas bancadas políticas que governaram a Bahia. Provavelmente, o que os diferenciava era a questão geracional, já que a oposição tinha em suas fileiras um grande número de jovens intelectuais, mas, que, em sua maioria, eram parentes ou ligados a antigos ou já falecidos políticos tradicionais baianos.³

1.1 Duas correntes ideológicas disputam espaço e conquistam adeptos

A partir de 1934, com a retomada do Brasil ao rumo democrático, surgiram duas novas e distintas correntes ideológicas no país. Uma foi a Ação Integralista Brasileira – AIB, inspirada na ideologia fascista e, a outra, a Aliança Nacional Libertadora – ANL, de ideais comunistas. Ambas tiveram um papel importante na constituição de um lugar

³ Consuelo Sampaio dá alguns exemplos: Luís Viana Filho, que era filho do antigo governador, Luís Viana; Inocêncio Calmon, filho de Góes Calmon; Aloísio de Carvalho Filho, ex-secretário particular do ex-governador Vital Soares, dentre outros.

para muitas pessoas que, cansadas do jogo político de revezamento no poder de grupos ligados às oligarquias estaduais, e temerosos ou descrentes com os rumos que a Revolução de 30 estava tomando, buscavam alternativas políticas.

A Ação Integralista Brasileira surgiu no Brasil em outubro de 1932, liderada por Plínio Salgado. Político, jornalista e escritor, nascido em 1895, de família católica e de tradição política, Salgado teve formação intelectual marcada pelo apego ao nacionalismo e catolicismo. O pensamento integralista era marcado por uma ideologia conservadora expressa, sobretudo no nacionalismo, antiliberalismo e anticomunismo. Segundo Ferreira, a AIB se caracterizava

pela rígida hierarquia, pela figura de um chefe carismático, pelo culto à personalidade, à formação de milícias, além da composição de uma juventude do movimento, eram os **plinianos**; forte mística e simbologia que tinha um papel importante no movimento: uso de camisa verde, a saudação indígena “anauê”, o emblema do sigma entre outros (FERREIRA, 2005, p.12).

Em 1936, mais de meio milhão de brasileiros faziam parte da AIB. Na Bahia, esse grupo também teve forte penetração. Instalado em junho de 1933, sua expansão se deu, sobretudo, a partir do meio estudantil, onde teve maior inserção, tanto entre os acadêmicos universitários, quanto os secundaristas. Em meados de 1936, segundo dados da própria AIB, havia cerca de 46 mil integralistas na Bahia, distribuídos entre os mais de 300 núcleos municipais e distritais (Imparcial, 21/5/1936). Segundo Sampaio (1979, p.117): “Dos sertões de Irecê à região cacauzeira, o integralismo espalhou-se rapidamente pelo território baiano.”

Logo, esse crescimento foi sentido nas urnas. Nas eleições municipais de janeiro de 1936, o integralismo se mostrou forte concorrente do PSD governista e das velhas oligarquias que controlavam o eleitorado na capital e interior. Percebendo o perigo emergente, o governador Juracy Magalhães, aproveitando do estado de sítio que se encontrava o país, desde o levante comunista de 1935, declarou guerra à AIB. Desse modo:

O uso de camisas verdes e emblema integralista, bem como as publicações do partido do partido foram terminantemente proibidos. Reuniões integralistas não seriam doravante permitidas na Bahia. Quem quer que ousasse envergar uma

camisa verde, ou fosse suspeito de atividades extremistas, seria posto nas grades. (SAMPAIO, 1979, p.118).

O motivo alegado pelo governador para empreender a repressão ao Integralismo no estado foi a descoberta de um plano secreto que estaria sendo preparado pelos líderes do movimento, que previa, inclusive, o assassinato do governador e outras autoridades. Porém, mesmo com todo o investimento do governo em perseguir a Ação Integralista no estado, esta não foi suficiente para acabarem o ímpeto dos membros dos núcleos fechados. Os militantes passaram a se reunir clandestinamente e continuaram a alimentar os ideais do grupo.

A repressão empreendida à AIB na Bahia não era compartilhada em nível nacional. Enquanto Juracy Magalhães arquitetava meios para fazer desaparecer o grupo no estado, Vargas fazia vistas grossas ao crescimento do integralismo no país. Em 1937, com a instauração do Estado Novo, é que a AIB foi, eliminada em todo o território brasileiro, a partir do decreto que extinguiu todos os partidos políticos do país.

A Aliança Nacional Libertadora – ANL – foi fundada em março de 1935, e constituiu uma frente ampla, cujo núcleo principal era o Partido Comunista Brasileiro – PCB, no entanto, reunia em suas fileiras socialistas, democratas e sujeitos dos mais diversos segmentos, como proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares. De modo geral, o programa da ANL tinha como proposta lutar contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria; exigia a suspensão dos pagamentos da dívida externa e a imediata nacionalização das empresas estrangeiras no Brasil (ABREU, 1983, p.62).

O grupo contava com um grande número de filiais espalhadas pelo país. Para se ter uma idéia da inserção desse núcleo, até maio de 1935 já existiam 1.600 sedes locais da ANL em vários cantos do Brasil. Em julho desse mesmo ano, foi divulgado um manifesto, assinado por Luís Carlos Prestes, que retornara do exílio três meses antes e era secretário-geral do Partido Comunista. Nele, Prestes declarava que a ANL era a continuação da luta empreendida em 1922, quando ocorreu a primeira revolta tenentista, e convocava o povo para fazer a revolução. O documento terminava com palavras de ordem tipo: “Abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo poder à Aliança Nacional Libertadora!” (SKIDMORE, 1985, p.41- 42).

Era esse o argumento que o governo de Vargas precisava para colocar em ação medidas repressivas contra o comunismo e seus simpatizantes, como era o caso da ANL, já que seu crescimento e os ideais que pregavam deixavam em alerta a elite no poder. Assim, sob a justificativa de medida de segurança nacional, foi posto na ilegalidade o PCB e fechadas todas as células da ANL espalhadas pelo país.

Na Bahia, segundo Sampaio (1979, p. 104-105), a ANL despertou entusiasmo e conseguiu um bom número de adeptos, especialmente no meio acadêmico e proletário. Instalada a 30 de maio de 1935, no Cine Jandaia, em Salvador, a filial baiana tinha como presidente o advogado do sindicato dos estivadores, Edgar Mata, e contava com nomes como Álvaro Sanches, deputado estadual; Edgard Melo, líder sindical; Orlando Gomes, bacharel em Direito.

Com a intenção de convencer o maior número de pessoas a buscarem apoio das camadas mais conservadoras da sociedade, o núcleo baiano da ANL afirmava não ser subversivo, nem querer ser confundido com o comunismo. Ele dava ênfase à sua postura anti-imperialista e antilatifundiária, visando a emancipação econômica e social do Brasil. As ações desse grupo, na Bahia, se desenvolveram, especialmente, nas fábricas, sindicatos e manifestações de rua, até porque 95% desses integrantes eram representantes do grupo operário.

As faculdades de Medicina e de Direito, os dois principais centros acadêmicos da Bahia, também se agitaram em torno das novas idéias que movimentavam o cenário político do país e fundaram núcleos tanto aliancistas quanto integralistas, ocorrendo reuniões desses grupos, nas próprias faculdades.

Uma atividade da ANL que merece destaque na Bahia foi a realização, em 1º junho de 1935, do I Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia. Concebido para ser realizado simultaneamente nas principais capitais do país, contava com o apoio implícito do PCB. Os choques entre aliancistas e integralistas, comuns em todo o Brasil, na Bahia também ocorreu, especialmente no momento do congresso, quando este foi interrompido devido a manifestações de integralistas presentes no auditório, que, de pé, deram fortes gritos, arrastaram e atiraram cadeiras, sendo necessário suspender a sessão (SAMPAIO, 1979, p. 107).

No final do mês de junho de 1935, a Bahia recebeu uma comitiva, integrada por pessoas da alta cúpula da ANL. Estava ali encarregada de articular a ANL no Norte do

país. Procurado por um dos membros dessa comitiva, o governador Juracy Magalhães, depois de ouvir as intenções do grupo, liberou a comitiva para procurar os apoios e as pessoas que lhe conviessem. Assim fizeram, e nos dias seguintes deram entrevistas e anunciaram na imprensa a fundação de núcleos específicos da ANL, como a União Feminina do Brasil - UFB, que seria a sessão feminina, de caráter feminista, daquele núcleo no estado. No entanto, a tentativa de expansão da ANL no Norte de maneira geral e na Bahia, em particular durou pouco.

Em 5 de julho de 1935, a divulgação do manifesto de Luis Carlos Prestes, em que atacava o governo de Vargas, convocando o povo para lutar contra aquele governo e colocando a ANL do lado dessa luta, causou forte reação do governo federal. Dessa forma, seis dias depois da divulgação do manifesto, o governo, utilizando da Lei de Segurança Nacional, mandou fechar todos os núcleos do ANL espalhados pelo Brasil.

O manifesto de Prestes serviu de pretexto para o recrudescimento da política anticomunista de Vargas. Mesmo na clandestinidade militantes do PCB e ANL organizaram uma revolta comunista entre os dias 23 e 27 de novembro, que ocorreu nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro.⁴ A partir daí as prisões e perseguições foram reforçadas em todo o país, a repressão foi a marca da reação do governo, seguida de declaração de estado de sítio em todo o território nacional, que se estendeu até 1937. Na Bahia, a repercussão do movimento foi pequena. Ao ser informado dos acontecimentos, Juracy Magalhães assegurou a Vargas a fidelidade da bancada baiana, bem como apoio militar, caso viesse a precisar.⁵

A revolta comunista foi utilizada por Vargas como argumento para permanecer no poder, alegando que o país estava correndo perigo. Apoiando-se no “medo comunista,” que até mesmo seus adversários políticos alimentavam, ele conseguiu o apoio necessário para anular as eleições presidenciais, marcadas para o início de 1938.

Assim, em dezembro de 1937, dizendo ter descoberto um plano comunista que visava dar um golpe político e tomar o poder – o Plano Cohen -, por medida de

⁴ Revolta conhecida por Intentona Comunista. Teve início em Natal, no dia 23, onde instalou um governo revolucionário que durou quatro dias. Em Recife, a mobilização ocorreu no dia 24, mas durou pouco mais de um dia, e no dia 25, Prestes deu ordem para iniciar a do Distrito Federal, que durou pouco tempo, visto que o governo, já avisado, reagiu prontamente ao levante.

⁵ Apesar do apoio do governo baiano a Vargas, Sampaio (2002) defende a tese que Juracy Magalhães não agiu com muita severidade contra os comunistas na Bahia. Isso porque ele tinha amigos e até parentes envolvidos no grupo. Foi o caso de Eliezer Magalhães, seu irmão, que, mesmo estando diretamente envolvido no levante de novembro, não foi perseguido em terras baianas, fugiu para o interior do estado, depois saiu do Brasil, só retornando após a anistia e o restabelecimento da democracia (1979, p. 105-111).

segurança, Vargas cancelou as eleições previstas para o ano seguinte, dissolveu o Congresso Nacional e implantou o Estado Novo, o que garantiu sua permanência no poder até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

1.2 O Diário da Bahia na cobertura dos fatos

A imprensa surgiu tardiamente no Brasil. A Coroa portuguesa criou obstáculos para o seu desenvolvimento com o objetivo de impedir que as críticas ao governo português se propagassem. Os livros eram vistos com desconfiança e as poucas bibliotecas que existiam se restringiam aos espaços dos mosteiros, colégios e particulares, sendo que os espaços educacionais começaram a aparecer em fins do século XVII. A maior parte do acervo era composta por livros de origem religiosa (CAPELATO, 1994).

Com a vinda da Família Real, em 1808, muitas foram as modificações ocorridas no Brasil e dentre elas destaca-se a criação da Imprensa Régia, de onde saiu, ainda naquele ano, o primeiro jornal brasileiro, “Gazeta do Rio de Janeiro”, de cunho oficial com informativos de interesse do governo. A Imprensa Régia era administrada por uma junta, que, dentre outras funções, objetivava fiscalizar o que seria impresso, a fim de impedir a publicação de papéis e livros que fossem contra os bons costumes, a religião e o governo (BUITONI, 1981).

A primeira edição da Gazeta do Rio de Janeiro circulou no dia 10 de setembro de 1808. No começo, a periodicidade era semanal, depois bissemanal e, mais tarde, passou a sair três vezes por semana. Nos primeiros números, as notícias eram basicamente sobre a ocupação de Portugal e Espanha pelas tropas de Napoleão e algumas curtas notícias e anúncios locais. Ou seja, os relatos que predominavam eram notícias de caráter internacional que, mesmo chegando com atraso de até quatro meses - , dependiam do correio marítimo - eram as mais esperadas pelos ávidos leitores daquele jornal, em sua maioria estrangeiros curiosos e preocupados com a situação difícil em que se encontrava a Europa.

Em 1811, foi autorizada a fundação da segunda tipografia no país, situada na cidade da Bahia, que naquele mesmo ano passou a publicar o periódico “Idade D’Ouro” e, no ano seguinte, a revista “Variedades ou Ensaios de Literatura”, considerada a primeira revista literária do Brasil. Foi redator de ambas as publicações o português Diogo Soares da Silva de Bivar, um dos pioneiros das publicações independentes. Sua filha Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco tornou-se a primeira mulher no Brasil a exercer funções de direção na imprensa, ao fundar e administrar o *Jornal das Senhoras*,⁶ em 1852, na Bahia (BAHIA, 1990, p. 35).

Até o ano de 1821 o Rio de Janeiro não conheceu outra tipografia senão a Imprensa Régia, neste ano D. João retornou a Portugal e foi decretado o fim da censura prévia a toda matéria escrita, tornando livre a palavra impressa. A primeira personalidade brasileira a publicar um periódico independente, surpreendentemente foi o antigo diretor da censura, o baiano José da Silva Lisboa, que, mais tarde, se tornaria Visconde de Cairu. Tendo participado da junta de censura da Imprensa Régia, exerceu papel decisivo na seleção dos materiais que seriam publicados. Em 1821, Cairu publicou, no Rio de Janeiro, o *Conciliador do Reino Unido*, com o objetivo de chamar atenção para os danos que a liberdade de imprensa vinha causando no mundo livre (LUSTOSA, 2003, p. 22).

A partir da Independência do Brasil, a imprensa ganhou destaque, especialmente o jornal político que se projetou, seja em veículos efêmeros e alternativos, seja nos estáveis e regulares. Os jornais foram, portanto, forte elemento de divulgação, conscientização e documentação dos diversos momentos da história, constituindo-se em importantes fontes para a reconstrução destes períodos.

A imprensa das primeiras décadas do século XIX era artesanal, com pequenos jornais e com pouca tiragem. No entanto, era uma imprensa combativa, com o objetivo de discutir idéias, através de muitos artigos assinados, críticas políticas, textos literários e charges. A partir da segunda metade do século XIX, graças às inovações tecnológicas oriundas do desenvolvimento industrial da Europa e Estados Unidos, que, dentre outros avanços, introduziu em 1867 a impressora rotativa, tornou-se mais rápido o processo de impressão, o que deu maior impulso à tiragem e distribuição dos jornais (MARCONDES FILHO, 2000, p. 12-13).

⁶ Publicação ilustrada sobre moda, literatura, belas artes, teatro e críticas. Circulou de 1852 a 1855. Teve como redatora Cândida do Carmo Menezes, uma das primeiras mulheres a exercer o jornalismo no Brasil.

O ingresso da imprensa na fase industrial representou mudanças em seu formato e perfil. A empresa jornalística passou a privilegiar a difusão de idéias políticas dos mais diversos segmentos sociais, ao invés do caráter moralizador e político-literário, marca principal do jornalismo na sua fase inicial. Marcondes Filho (1989, p. 35) considera que ocorreu uma verdadeira revolução na imprensa a partir desse período, pois aspectos como a introdução da reportagem, do artigo de fundo, da fotografia e de outras formas desenvolvidas para tratar a notícia significou um aprimoramento da “embalagem mercadoria”, tornando-a mais atraente aos olhos do cliente. Essas empresas se voltavam para o lucro, mercantilizando a notícia e investindo na modernização tecnológica, o que fez aumentar a quantidade e a qualidade da produção.

No Brasil, a fase industrial da imprensa ocorreu primeiramente no centro sul, especialmente em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. No início do século XX, a industrialização se estendeu para outras regiões. Santos, pesquisando sobre a formação da grande imprensa na Bahia, justifica essa inserção via região sul. Segundo ele,

o surgimento desse tipo de jornalismo mais maduro e avançado, na região Sul do Brasil, está ligado a dois fatores sócio-históricos: a urbanização e industrialização, que geram populações urbanas com algum poder aquisitivo. O Rio de Janeiro, centro administrativo do país, pólo econômico ligado à exportação e importação, será o primeiro estado a reunir essas condições, seguido por São Paulo, localizando-se aí os primeiros núcleos da indústria cultural (SANTOS, 1985, p. 31).

Para Marcondes Filho (1989, p. 32), as inovações pelas quais passava a imprensa não se restringiram apenas aos aspectos tecnológicos. O jornalismo na fase industrial, época em que a “notícia mercadoria” surgia em grande escala, passou por inúmeras modificações, especialmente no que diz respeito ao tratamento dispensado às matérias.

Assim, as grandes empresas jornalísticas, em suas publicações, passaram a não emitir opiniões que atendessem aos interesses apenas de seus proprietários, mas de determinados grupos ou segmentos econômicos, políticos e sociais, com a intenção de que suas idéias e interesses repercutissem junto à opinião pública. É neste contexto que se insere a fase analisada do Diário da Bahia, jornal que serviu de fonte para este trabalho, pois, carregando o emblema de “empresa moderna”, ele serviu, principalmente, para veicular opiniões dos grupos políticos que controlavam a direção do periódico.

O Diário da Bahia foi fundado em janeiro de 1856, ficando em funcionamento até 1956, quando, depois de 100 anos de circulação, fechou suas oficinas. O jornal, segundo Kátia Carvalho⁷, surgiu como

uma compilação cuidadosa das notícias do dia, de todas as informações políticas, artísticas, científicas, literárias, comerciais e agrícolas. (...) Era impresso em quatro folhas, sendo que as duas primeiras representavam o setor informativo, noticioso propriamente dito, as terceiras e quartas páginas eram destinadas aos anúncios (SILVA, 1979, p.26).

O Diário da Bahia teve em seus primeiros anos uma movimentada alternância entre aqueles que ocuparam o posto de proprietário. Primeiro, quando foi fundado, em janeiro de 1856, esteve sob a direção de Demétrio Ciryaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira. No entanto, em agosto do mesmo ano, a sociedade foi desfeita e o jornal passou a ser apenas de Manuel Jesuíno. Em 1857, Demétrio Tourinho retornou aos negócios e passou a controlar o periódico, que, não atingindo os fins desejados, o vendeu em janeiro de 1858 a José Joaquim Landulpho da Rocha Medrado. Este, por sua vez, ao final de dois anos, repassava, novamente, a propriedade do jornal para Demétrio Tourinho, ficando à frente dos negócios até 1868, quando o vendeu a uma sociedade anônima, composta por membros do Partido Liberal e sob a direção do conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas.

De 1868 a 1872, o jornal não ocupou lugar de destaque no estado, pois, enquanto os conservadores ocupavam o poder, o Partido Liberal, do qual o Diário da Bahia era porta-voz, estava no ostracismo. A situação se alterou quando, em 1872, os liberais chegaram ao poder, ficando até 1878, período em que o Conselheiro Dantas investiu alto para reerguer o periódico. Foi nesta época que o Diário passou a ter como colaborador Ruy Barbosa, que foi, aos poucos, se tornou a pessoa de confiança do Conselheiro Dantas e o principal nome dentro do jornal. Como órgão do grupo liberal, então no comando do estado, o DB conseguiu ser o de maior circulação no período, o que lhe garantiu direção e estabilidade para, em outros momentos, quando facções políticas contrárias aos interesses liberais ocuparam o poder, permanecesse com certa inserção social junto à opinião pública.

⁷ As informações relativas ao Diário da Bahia entre os anos de 1856 a 1899 foram obtidas no trabalho de Kátia Carvalho, *O Diário da Bahia e o século XIX, 1979*, pesquisadora que estudou o jornal desde sua fundação, até o momento em que foi suspensa sua circulação.

Em 1880, Augusto Álvares Guimarães, também membro do Partido Liberal, tornou-se dono do Diário da Bahia, depois de adquirir as partes dos outros acionistas. Não mudou o perfil do jornal, até porque mantinha forte ligação com Conselheiro Dantas e Ruy Barbosa, que residiam no Rio de Janeiro. Dessa forma, até sua morte, em 1896, não ocorreram grandes alterações nas diretrizes empreendidas pelo jornal. Mesmo com a proclamação da República, o jornal continuava com sua linha política: aceitou o novo regime como uma evolução natural, e, apesar de ser, até aquele momento, um jornal monarquista, reafirmava sua primeira filiação, afirmando “liberais sempre liberais; liberais na Monarquia, liberais na República” (Diário da Bahia, 15/11/1889).

Após a morte de Augusto Guimarães, José Otacílio dos Santos assumiu a responsabilidade de comandar o jornal, permanecendo até o ano de 1899. Sob nova direção, o Diário mudava a feição, alegando deixar o terreno da política para ingressar numa nova fase de “imprensa neutra”. A proposta era a retirada da luta partidária, deixando, assim, a posição de jornal político para assumir a de jornal popular, voltado às causas de interesse público. Surgiam novas colunas, como “Cavaquemos”, espécie de crônica diária, e “Salada de Frutas”, uma seção de entretenimento, com receitas, adivinhações, quadras, entre outros. As festas populares também ganharam mais espaço, passando a serem noticiadas com maior frequência.

Em 1897, o jornal contava com 16 páginas, passava a ter correspondente em Paris, publicando artigos traduzidos de edições francesas e, atendendo aos interesses dos leitores, a coluna feminina “Moda” foi ampliada, assinada por Juliette Dubois, publicada diariamente, informando sobre acontecimentos sociais europeus e descrevendo os detalhes dos trajes usados em reuniões e eventos. Segundo Kátia Carvalho (1979, p.51), uma mudança significativa que se percebe é a maior aceitação da coluna feminina, fato identificado por ela, devido a maior frequência com que este espaço aparecia no jornal.

Em abril de 1899, o Diário da Bahia mudou novamente de dono, Domingos Rodrigues Guimarães tornou seu novo proprietário e diretor. Com isso, a empresa iniciou uma nova fase: por ser um homem de posses e culto, Domingos Guimarães objetivava dinamizar, modificar, enriquecer e projetar o jornal.

Entre as inovações da folha, Carvalho (1979, p.72) destaca: o jornal passava a assumir uma nova posição em relação à orientação religiosa, adotando uma postura

religiosa, leia-se católica, fato que, até então, não havia preocupado os seus antigos dirigentes; inclusão de novas colunas, dentre as quais: “Cartas Cariocas”, assinada pelo jornalista carioca Valentim Magalhães, que trazia comentários de fatos variados da capital do país.

Um novo plano de expansão foi adotado, com vendedores ambulantes, aberturas de novos pontos de vendas, inclusive no interior. Quanto a sua conduta, apesar de apregoar uma posição de neutralidade com relação à política local, o Diário da Bahia, veículo das idéias de seu proprietário, passava a publicar acirradas críticas ao governo local, fazendo forte oposição ao então governador Luís Vianna.

Em novembro de 1899, ocorreram as eleições para o cargo de Intendente Municipal, sendo candidatos, pelo governo, José Eduardo Freire de Carvalho Filho, e pela oposição, Domingos Rodrigues Guimarães, o então diretor-proprietário do Diário da Bahia, candidato do comércio e do Partido Constitucional. Depois de vários episódios violentos, venceu a Intendência Municipal, o candidato da situação, e Domingos Guimarães resolveu fechar as portas do seu jornal, encerrando, assim, as atividades daquele órgão de imprensa, que só retornou a circular, em 1901, sob o comando do político Severino Vieira, mantendo-se neste posto até 1917.

A partir de seu retorno, o jornal manteve-se com uma linha crítica e ofensiva contra o Partido Republicano, que estava no poder desde 1912, permanecendo nele até 1924. Segundo José Weliton dos Santos (1985, p.74), a postura crítica do Diário da Bahia em relação ao governo tinha mais a ver com os interesses particulares dos que estavam na direção do impresso, do que com o comportamento do governo no que dizia respeito à gestão pública.

Analisando os conteúdos impressos pelo Diário da Bahia no período, Santos diz não ter identificado postura crítica que pudesse ser relativa a cobranças de obras que beneficiassem a população e/ou sugestões de medidas para o Executivo que tivesse como propósito o bem estar do estado. Depois de analisar outros jornais da época, ele concluiu que o Diário da Bahia era, dentre todos, o de maior tendência partidária.⁸

Em 1918, ocorreram novas mudanças na administração do jornal, quando assumiu a direção o político Pedro Lago que, ligado ao Partido Republicano, então no

⁸ José Weliton Aragão dos Santos fez sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais sobre a formação da grande imprensa baiana e analisou os casos de quatro jornais: A Tarde, Imparcial, Diário de Notícias e o Diário da Bahia.

poder, procurava dissimular a condição daquele periódico enquanto porta-voz exclusivo do partido. Assim, o jornal se autoproclamava órgão exclusivamente informativo, o que não fazia com que poupasse críticas ao Partido Democrata, principal adversário do partido de Pedro Lago.

Apesar dos interesses partidários presentes no Diário da Bahia e nos demais jornais da época, todos precisavam ser noticiosos, tendo em vista não terem dos partidos políticos o apoio necessário à sobrevivência. Para se manterem, era preciso vender ações e espaços publicitários e fazê-los circular entre os mais diversos públicos. Até porque, como afirma Sampaio (1975, p.19), os partidos políticos surgiam e funcionavam apenas em épocas de eleições. Passado esse período de dinamização artificial, intensificada pelas disputas em torno de cargos eletivos. Os partidos viviam em compasso de espera, até que novas eleições lhes injetassem vida nova.

Passado o período eleitoral, esses jornais precisavam sobreviver como empresa. Desse modo, apesar de o Diário da Bahia ter sido um jornal político, ele não era exclusivamente partidário, porque não possuía o apoio necessário dos partidos para crescer como veículo predominantemente divulgador de uma ideologia específica. Além dos interesses partidários, era noticioso, funcionava como empresa, e como tal se modernizava sempre que o contexto exigia. Mario Augusto Santos, analisando essa questão, afirma:

Tendo sido um órgão essencialmente político-partidário e quase sempre oposicionista, o Diário da Bahia parece ter querido angariar um maior número de adeptos, buscando ampliar seu público leitor. Para tanto, teria de levar-lhe algo que falasse aos interesses de uma população urbana heterogênea (SANTOS, 1982, p. 450).

Importa entender, como elucida o trabalho de José Welinton (1985), que os jornais partidários, a exemplo do Diário da Bahia, debatiam também questões objetivas de sobrevivência, que só era possível com a ampliação do público consumidor e publicidade. No decorrer do processo de formação da imprensa baiana enquanto empresa, ela encontrou o caminho para conciliar esses interesses: proclamava-se neutra, usava de artifícios para camuflar sua ideologia e, ao mesmo tempo, desenvolvia os mecanismos para garantir sua sobrevivência. O Diário da Bahia seguiu essa fórmula e, desse modo, apesar de quase sempre ter se mantido na oposição ao governo do estado,

conseguiu sobreviver e chegar ao final da República Velha com plena inserção na sociedade baiana.

Em outubro de 1930, Pedro Lago, depois de vários anos na oposição, conseguiu vencer as eleições para o cargo de governador do estado. Sucederia Vital Soares no posto, numa vitória do Partido Republicano Democrata, fruto da coalizão de forças entre diversos segmentos da elite dominante, em que não houve competidor. A Bahia, que tinha Vital Soares como vice na chapa de Júlio Prestes à Presidência da República, permaneceu legalista durante o processo que levou Getúlio Vargas ao poder, tendo como exceção alguns poucos militares e o ex-governador J.J. Seabra, que demonstrou certa simpatia aos revolucionários. Este último, como já exposto, se manteve não por afinidades ideológicas, mas por questões de interesses políticos, já que, desde 1924, fazia oposição no estado. O legalismo foi até as últimas conseqüências na Bahia, promovendo, inclusive, uma reação na capital e interior contra o processo revolucionário, contando com a ajuda dos coronéis do sertão.⁹

A Revolução de 30 encontrou o Diário da Bahia em poder do político Moniz Sodré, coligado de J.J. Seabra. Novamente, o jornal se encontrava na oposição. Mesmo sob as ordens de Seabra e demonstrando alguma crença na vitória da revolução, a cobertura do jornal aos acontecimentos no início era cautelosa, mas não tardou em demonstrar certa simpatia aos revolucionários, sofrendo, por isso, perseguição e censura, não podendo divulgar as notícias relativas ao processo revolucionário que ia ocorrendo no país. Em 7 de outubro, o Diário comunicou aos leitores que estava sob censura prévia policial, chegando ao ponto de publicar somente títulos de editoriais e artigos, deixando espaços em branco, como forma de protesto (SANTOS, 1985, p.116-117).

No dia da vitória da revolução, foi publicada a manchete intitulada “A epopéia Gloriosa da Revolução”,¹⁰ dando detalhes dos acontecimentos, além de afirmar que o povo baiano podia finalmente festejar, pois a vontade dos que queriam bem à nação foi soberana. Informava, ainda, que o povo aclamava o diretor do jornal, Moniz Sodré. Seabra, naquele momento, passava a receber apoio daqueles que, antes, o criticava. O

⁹ Na capital e no interior foram organizados batalhões patrióticos para defender a República, tendo à frente nome como o de Simões filho, Pedro Lago, dentre outros e convocando os coronéis do sertão, entre eles Franklin de Albuquerque e Horácio de Matos. Todos imbuídos no espírito de defesa da legalidade e contra a revolução.

¹⁰ Diário da Bahia, 24/10/1930, matéria de primeira página e com grande destaque.

cenário era outro, e a atitude mais correta era se apressar e se unir àqueles que poderiam ter algum ganho com o novo quadro político que se configurava no país e na Bahia. Como Seabra foi um dos poucos homens públicos no estado a apostar na vitória do movimento revolucionário, muitos acreditavam que ele iria colher os frutos dessa aposta.

Ao lado do poder, desde a vitória da Revolução de 30, o Diário não poupava elogios à mesma, nem denúncias aos adversários. Um dos principais alvos foi Simões Filho (proprietário do jornal A Tarde), que fora um dos que organizaram os “batalhões patrióticos em defesa da legalidade.” Era hora da devassa e o jornal se tornara juiz e testemunha dos fatos.

Aproximando o período de sucessão estadual, o Diário da Bahia defendeu a candidatura de J.J. Seabra ou, em último caso, Moniz Sodré. No entanto, não foi isso o que ocorreu: outros nomes foram sucessivamente sendo indicados ao cargo de interventor do estado, e entre ascensão e quedas de interventores, em 1931, tomou posse Juracy Magalhães, primeiro como interventor, depois como governo constitucional, ficando no poder até novembro de 1937.

Ao observar a trajetória do DB na década de 1930, considero que o jornal passou por três momentos distintos: primeiro, o da esperança quando ele se via e era visto como jornal da situação política, por estar do lado dos vitoriosos quando os demais não acreditaram na revolução. Os dirigentes do DB, acreditavam que, naquele momento, iriam colher os frutos que buscaram plantar com o discreto, mas efetivo apoio ao processo político que levou os revolucionários ao poder. Porém, não foi o que aconteceu: suas indicações e opiniões foram uma, após outra, descartada, não exercendo, assim, a influência que acreditavam que teriam naquele momento.

O segundo momento foi o da revolta, pois não sendo indicadas as pessoas que o grupo na direção do DB havia apontado para o cargo de interventor, e ficando relegado a segundo plano, suas opiniões a respeito do melhor encaminhamento da política no estado, o jornal voltava a ocupar o lugar de oposição ao governo, fazendo duras críticas à ação daqueles que iam assumindo o cargo de interventor, bem como aos rumos que a revolução estava tomando, que, dentre outras questões, ia protelando a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Sendo esse perfil o Diário da Bahia parou de circular em 3 de abril de 1932 e voltou em maio do mesmo ano, quando mudou de diretor: saía Moniz Sodré, nome muito associado a Seabra, e assumia A. Medeiros, como redator-chefe, pessoa também ligada ao grupo, porém, de menor destaque no jogo político que assolava o estado naquele contexto. O Diário da Bahia, em reportagem de primeira página, explicava aos seus leitores de que lugar ele estava falando a partir daquele momento:

Órgão das mais gloriosas tradições (...). Todas as grandes campanhas liberais que se deram na Bahia tiveram como um dos campos de batalha as colunas desta folha. (...). Jornal ‘político, noticioso e independente’, o Diário da Bahia não se acha filiado a qualquer corrente partidária. Não tem partidos (...) é senhor de si próprio (Diário da Bahia, 25/05/1932).

A tentativa de burlar a censura, ao pregar em suas páginas que não se achava filiado a nenhuma corrente política, não obteve sucesso. Novas críticas ao governo estadual e federal fizeram com que aquele jornal voltasse a sofrer censura e perseguições. Desse modo, em 7 de junho de 1932, Moniz Sodré não estaria mais na direção daquele impresso, mas ainda ligado ao jogo de interesses que configurava o cotidiano do periódico e do estado, tomo a decisão de denunciar as perseguições que estava enfrentando. Enviou uma carta à ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e, outra ao Diário da Bahia, para ser publicada, informando os motivos pelos quais o jornal havia sido fechado por quase dois meses (abril e maio de 1932) e o motivo pelo qual ele teria deixado a direção daquele órgão de imprensa. Explicava que o jornal foi fechado porque fora invadido por membros do governo, pessoas foram agredidas, cofres, violados e redatores, presos. Após esse episódio, ele protestou junto ao ministro da Justiça. como não obteve resposta, por segurança, dele e de seus companheiros, resolvera deixar a direção do Diário (Diário da Bahia, 07/06/1932). Três dias após a publicação deste documento, foi noticiado que Moniz Sodré havia sido preso no Rio de Janeiro, ao que tudo indicava “sem motivo. Por ato arbitrário e violento” (Diário da Bahia, 10/06/1932).

Em 21 de junho, assumia nova diretoria do jornal, agora composta por Lauro Villas Boas, integrantes do mesmo grupo político que comandava o periódico e o tom combativo continuava. Neste mesmo dia, foi publicada uma grande reportagem discutindo a prisão de Moniz Sodré, cujo título, *Injustiça e ingratidão*, por si só já

demonstrava o teor que se imprimiu a respeito do acontecimento (Diário da Bahia, 21/06/1932). Porém, no início do mês de agosto, o diretor Lauro Villas Boas assinou uma reportagem que informava que o Diário da Bahia, a partir daquele momento, não era mais um órgão do Partido Democrata. Seu proprietário, Dr. Geraldo Rocha, havia alienado a propriedade a outro grupo. Antes, estava arrendado a Moniz Sodré, que em 21 de junho havia transferido este arrendamento a outro representante do Partido Democrata, mas que agora este grupo estava saindo de cena. Agradecia o apoio do público e dizia que logo estaria de volta em outro órgão de imprensa local (Diário da Bahia, 08/08/1932).

Por fim, chegamos a terceira fase, a da aceitação ou acomodação dos interesses e conflitos, quando, em outubro de 1932, o jornal mudou de proprietário, passando a ser administrado por pessoas ligadas ao governador do estado, logo, se tornava órgão ligado ao governo e porta-voz do PSD, partido da base política de Juracy Magalhães. Portanto, a partir daquele momento, o Diário da Bahia aceitava e se integrava ao novo cenário político, se tornando aliado e defensor da situação política em que se encontrava o estado e a nação, permanecendo com este posicionamento até o final do mandato do governador em 1937.

De agosto a outubro de 1932 o DB ficou sem circular. Voltando em 12 de outubro estava nova direção e posicionamento político: de crítico, passava a ser a favor do governo. Iniciava, assim, a fase da acomodação. Naquele momento, o político Pacheco de Oliveira era quem estava à frente do jornal, homem ligado ao PSD, base política de Juracy Magalhães. Na matéria de estréia, o jornal, buscando imprimir um caráter neutro e alheio às questões políticas da qual fazia parte, dizia: “O jornal revive hoje, independente de paixões e interesses individuais ou faccionais” (Diário da Bahia, 12/10/1932). Essa pretensa imparcialidade não condizia com as reais diretrizes que a nova fase do jornal adotava.

Na verdade, Juracy Magalhães, com o objetivo de preservar o apoio conquistado e consolidar sua liderança política, conseguia que seus aliados assumissem a direção do Diário da Bahia que, até aquele momento, se configurava enquanto órgão de oposição e divulgação do Partido Democrata de J.J. Seabra. Esta, certamente, foi mais uma das estratégias adotadas por Magalhães para enfrentar seus adversários, em especial, o velho chefe baiano e fazer calar os opositores.

Novos tempos se anunciavam nas páginas do Diário da Bahia. A partir de então, se tornava lugar de propaganda das ações do governo, tanto estadual, na pessoa do tenente Juracy Magalhães, quanto federal, com Getúlio Vargas. De órgão de oposição para porta-voz da situação. Aqueles que antes eram criticados agora recebiam elogios e honrarias. Saía de cena o “seabrismo” e começava a se forjar naquelas folhas o que viria a ser o “juracisismo”. O DB, portanto, testemunha e personagem dos novos tempos, se consolidava como parte das mudanças e permanências a que a Bahia atravessando naqueles conturbados anos da década de 1930.

1.3 A imprensa e a produção do conhecimento histórico

O estigma de ser considerado, ora fonte suspeita, ora repositório da verdade, fez com que os periódicos, por um longo período, fossem impedidos de receber maiores atenções do campo historiográfico. Porém, as mudanças pelas quais passou a historiografia brasileira desde as últimas décadas do século passado permitiram uma reavaliação do uso da imprensa como fonte documental. Dessa forma, a historiografia brasileira tem registrado, nos últimos anos, um crescente interesse pelos jornais, considerados fonte para o trabalho de reconstrução do passado. Vários são os estudos acadêmicos, seminários, eventos e obras publicadas que discutem os jornais, quer como objeto – sua história, sua atuação política –, quer como fonte para o estudo de temas diversos.¹¹

Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. A introdução e difusão da

¹¹ Como exemplos, podemos citar: ARAS, Lina Maria Brandão de. A Santa Federação Imperial. Tese (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 1995; BORGES, Maria Eliza Linhares. História & Fotografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003; FERREIRA, Laís Mônica Reis. Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial (1933-1937). Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007; GOODWIN Jr., James William. Jornais como fonte documental para história econômica regional. Cronos: Revista de História. Pedro Leopoldo: Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, n.º 3, agosto de 2001, p. 7-20; LINHARES, Joaquim Nabuco. Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995; SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 1987. 15

imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contavam com bibliografia significativa. (...) Reconhecia-se a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História **da** imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História **por meio da** imprensa (LUCA, 2006, p.111).

A concepção de história enquanto um conhecimento que deveria resgatar o passado por meio de um trabalho através do qual o historiador deveria estar livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade e fidedignidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo, impedia que fontes, como os jornais, fossem consideradas relevantes na pesquisa histórica. Isto porque estes continham registros fragmentários do presente, realizados sob o jogo de interesses, compromisso e paixões dos envolvidos e que forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas dos fatos que ali eram retratados.

Segundo Ferreira (1993, p.23,) o debate no Brasil sobre a presença dos jornais no trabalho do historiador insere-se em um momento de mudanças na compreensão do documento e da própria concepção de História. A supressão de uma pretensa objetividade do documento permitiu que expressões recorrentes, como ‘deu no jornal, é verdade’, pudessem ser repensadas. A partir do momento em que a construção do conhecimento histórico passou a ser compreendida como passível de diferentes interpretações a partir de fontes, abordagens e problemáticas diversas, o argumento da parcialidade dos jornais como impedimento para sua utilização na pesquisa histórica ficou comprometido.

Segundo Muniz (2007, p.63), a pós-modernidade rompeu com o cientificismo e o racionalismo moderno e instaurou um novo paradigma calcado nas artes. Diante da emergência de um paradigma ético-estético na pós-modernidade, o conhecimento histórico e a própria escrita da história mudam de estatuto. Podemos abrir mão da concepção de uma cientificidade entendida como produção de um conhecimento capaz de apreender a verdade única do passado e “voltar a enfatizar a dimensão artística de nosso conhecimento e da nossa prática.” É possível, enfim, “tomar a história como arte de inventar o passado, a partir dos materiais dispersos deixados por ele.”

O documento, segundo Le Goff (2003, p. 538) é “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram”, logo “materiais dispersos deixado pelo passado”, tais como o jornal, qualquer outro

vestígio deixado pelo ser humano na história é passível de análise e pesquisa histórica, porque é parte da época, testemunha e personagem de seu tempo. Logo, meio capaz de dialogar com seu contexto e fornecer material capaz de ajudar na reconstrução dos períodos que se pretende pesquisar.

O historiador, ao contar uma história, narra, consultando arquivos, copilando uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas. Porém, nesse trabalho de seleção e reescrita de textos feitos em outras épocas, o historiador lança mão de novos pressupostos e problemas do presente, o que acaba por transformar tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, Ou seja:

O dado não é dado, mas recriado pelo especialista em história. O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se faz ao documento e ao fato de que, ao ser problematizado pelo historiador, transforma-se, em larga medida, em sua criação. O acontecimento, o evento em história, não é, pois, um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador (MUNIZ, 2007, p.63).

O conhecimento histórico, segundo essa ótica, é a construção de uma intriga, de um enredo, a partir dos fragmentos do passado que se tem em mãos, para executar essa tarefa. Para imprimir significados a esses fragmentos dispersos, é preciso fazer escolhas, seleções, recortes e lançar mão de boa dose de imaginação e criatividade. Isto não significa ignorar o compromisso com a produção metódica de um saber, que requer regras para a produção deste conhecimento. Muniz complementa:

Não podemos fugir do limite imposto pelo nosso arquivo. Só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem, em dado momento e espaço. Mas desaparecem as fontes privilegiadas da história, ou aspectos dos quais o historiador não poderia se ocupar e tudo se torna historicizável e fonte de historicidade (MUNIZ, 2007, p.67).

Desse modo, faz-se possível compreender o jornal como um documento que não tem o seu valor medido pelo grau de veracidade que seu conteúdo expressa, porque o que importa para a construção do conhecimento histórico é que ele, enquanto um documento, é uma fonte de pesquisa de sua própria história, um meio de expressão de idéias e depósito de cultura.

A imprensa é, portanto, produto de determinadas práticas sociais de uma época e, como tal, se constitui em um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Daí que a objetividade e imparcialidade do discurso jornalístico são metas inatingíveis, já que este reflete os interesses e subjetividades de todos os envolvidos no processo de construção e distribuição desse discurso.

Segundo Ferreira (2007, p.24), o tratamento dado à notícia implica numa manipulação ideológica, iniciada desde o momento da obtenção do conjunto de informações, a partir da ocorrência de um fato, até a publicação da notícia. Trata-se de um processo que se caracteriza por filtragens, que começa pelo próprio jornalista, que aborda e trata o fato social com toda a carga de subjetividade que carrega consigo, como valores, visão de mundo, identidade de classe, enfim, toda a sua formação cultural. E seguem-se outros filtros, como a pauta, uma espécie de roteiro detalhado da reportagem que seleciona o assunto a ser abordado, e descarta outros; o copidesque, um redator que reescreve a matéria, ampliando a manipulação da notícia. Há ainda a interferência do editor e, muitas vezes, dos diretores e proprietários das empresas jornalísticas. Por isso, a imprensa não deve ser vista como espelho da realidade, até porque não é isso que a história busca e, sim, um espaço de representação de momentos particulares de realidade, já que os costumes, práticas sociais e todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas.

O jornal é, assim, uma “ferramenta importante para se aproximar de como era a sociedade da qual se escreve” (XAVIER, 2008, p. 06). Sabemos da não neutralidade da produção jornalística, que esta não está isenta das perspectivas políticas, sociais, econômicas e culturais de quem a produziu e que, enquanto documento, é resultado, como qualquer outro documento, de uma montagem consciente, ou não, da sociedade em que se insere. Mas é justamente esta dimensão humana, “demasiadamente humana”, que faz dele um instrumento rico e útil de análise histórica.

Goodwin Jr. (2001, p.09) afirma que os jornais proporcionam novos enfoques e novos objetos de estudo. Em páginas antes esquecidas, encontram-se os elementos para delinear imagens do passado: modas, costumes sociais, discursos, mentalidades. A leitura dos jornais permite perceber quais eram os valores hegemônicos em uma determinada época e região e, ainda, a forma como estes foram sendo incorporados e encarnados na sociedade.

Segundo Le Goff (2003, p.545), é também trabalho do historiador fazer uma análise das condições em que o documento foi produzido, visando “desestruturá-lo”, considerando que o “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, mas um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”

Pensando sob essa perspectiva, o jornal Diário da Bahia, principal fonte de análise desta pesquisa, é considerado como documento, que ao produzir representações sobre o feminismo na sociedade baiana entre os anos de 1931 a 1937, estas tiveram a ver com as relações de poder presentes naquele contexto. Daí, portanto, ao analisá-lo, é preciso considerar o tempo e o espaço em que esses discursos foram produzidos, além dos personagens envolvidos nessa produção e os vários interesses em jogo na elaboração desses discursos.

CAPÍTULO II

FEMINISMO NA DÉCADA DE 1930: LIMITES E POSSIBILIDADES

No início do século XX registra-se um aumento da presença das mulheres de classe média e alta nos espaços públicos. A emergência desse fenômeno foi, em grande parte, resultado da ação de algumas mulheres que se encontravam organizadas e do contexto socioeconômico que, influenciando o cotidiano daquelas mulheres, possibilitaram o surgimento de novos padrões de sociabilidade feminina.

June Hahner, analisando esse período, afirma que os estrangeiros que visitavam o Rio de Janeiro no início do século XX registravam em seus relatos as mudanças observadas nos hábitos das mulheres, evidenciando a crescente liberdade que elas começavam a desfrutar. Harner (2003, p.188) cita o comentário de um desses viajantes:

Ao Rio, pela primeira vez em 1884, não era apropriado para uma mulher sair à rua sem os cuidados de um homem. Seguramente, não ia sozinha fazer compras na Ouvidor, como de vez em quando o fazia agora (...) Agora, ela realmente é uma nova mulher, muito menos restringida. (HUMPHREY, 1900).

Episódios como o da Abolição da Escravidão e Proclamação da República, ocorridos no final do século XIX e a repercussão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) trouxeram implicações e possibilitaram alterações de comportamentos, especialmente nos sujeitos do sexo feminino, que estavam sendo, aos poucos, absorvidas na sociedade brasileira.

Dentre tais implicações, deve-se considerar o avanço da urbanização, que trouxe o aumento dos serviços públicos, do comércio e da indústria, bem como o alargamento das oportunidades de formação educacional e profissional. Todos estes fatores favoreceram que, nas primeiras décadas do século XX, um maior número de mulheres, naquele momento, não apenas das camadas mais populares, mas, também, de classe média e alta, fosse incorporada ao mundo do trabalho.

Para Besse (1999, p.143), essa mudança foi resultado de uma associação de fatores: primeiro, a passagem da produção doméstica para o mercado e o conseqüente declínio do valor econômico do trabalho doméstico das mulheres; segundo, a situação econômica precária da crescente classe média urbana, esmagada pelas altas taxas de inflação e pela pressão para consumir os produtos e serviços da economia de mercado, que se expandia rapidamente; terceiro, a procura, cada vez maior, de funcionárias no setor de serviço; e, por último, a adoção, pelas próprias mulheres, do valor burguês do trabalho, que promovia seu desejo de auto-suficiência econômica e realização profissional.

O fato é que os fatores socioeconômicos e culturais, que contribuíram para o aumento da incorporação da mulher ao mercado de trabalho, possibilitaram a emergência de ações, no que diz respeito ao posicionamento político diante das condições de trabalho, antes impensadas para esta figura. Estudos de Rago (2006) e Sardenberg (2002) sobre a situação de trabalho de operárias do início do século XX tendem a apontar uma postura mais ativa dessas operárias e ressaltam que elas não ficaram passivas e indefesas diante da exploração de seus superiores nas fábricas.

Muitas trabalhadoras empreenderam múltiplas formas de resistências, como a entrada na luta organizada por melhores salários e condições de trabalho dignas. Sardenberg (2002, p.143) afirma que, em 1928, criou-se o Comitê de Mulheres Trabalhadoras, uma das primeiras associações dessa natureza no Brasil como parte integrante do Bloco Operário e Camponês (BOC), organização político-partidária operária ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ela ainda acrescenta que, duas décadas mais tarde, já existiam várias outras organizações de mulheres trabalhadoras que convocavam, muitas vezes, nas portas das fábricas, as outras mulheres para participarem de organizações e lutas políticas operárias.

As transformações em curso, nos mais diversos setores da sociedade, terminaram ampliando as necessidades, desejos e oportunidades de um grande número de mulheres, provocando o advento de hábitos, costumes, valores e práticas pouco experimentados e que terminaram por alterar padrões de comportamentos nas relações de gênero até ali pouco questionados.

Segundo Soihet (2006, p. 32), no contexto da primeira metade do século XX, polarizava-se inúmeras manifestações de descontentamento com a ordem vigente, como

o Tenentismo, a criação do Partido Comunista, o Modernismo e, também, o Movimento Feminista. Essa situação evidenciava a insatisfação de determinados segmentos daquela sociedade diante dos rumos que a República, recém-instaurada, estava tomando. O Movimento Feminista, por exemplo, reivindicava, especialmente, uma revisão dos direitos políticos destinados às mulheres, pois, até início da década de 1930, era-lhes negado o direito de participação no sistema eleitoral do país.

A luta pela conquista do ideal de igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres no Brasil era anterior à formação de um Movimento Feminista organizado no país. Ainda no início do século XIX, têm-se notícias de que havia pessoas envolvidas nessa luta. Destaco a norte-rio-grandense Nísia Floresta Augusta,¹² professora autodidata, que se sobressaiu na luta pela emancipação feminina, especialmente por ter escrito, em 1832, um dos primeiros documentos feministas que se tem notícia na história do Brasil. O livro, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, - tradução da obra da feminista inglesa Mary Wollstonecraft¹³ intitulado “*Vindication of the rights of women*”, de 1792, foi considerado uma das obras mais questionadoras dos direitos da mulher na época. Neste livro, Mary Wollstonecraft, jornalista e escritora inglesa, fazendo uso da doutrina liberal, denunciou a situação de subordinação a que as mulheres estavam submetidas e reivindicava direitos, apontando aquele, segundo ela, mais urgente e necessário, passo fundamental em direção à emancipação feminina: o direito à educação.

Nísia Floresta, seguindo os passos da feminista inglesa, elegeu a educação feminina como instrumento, através do qual a emancipação feminina seria alcançada. No entanto, segundo Duarte (1989, p. 19-20), o pioneirismo de Nísia salta aos olhos, pois ela escapou com ousadia da mera tradução literal, tomou emprestada a lista de reivindicações de Mary para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira de sua época, argumentando, com ardor, a urgente e necessária liberdade das mulheres

¹² Pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto. A escolha desse pseudônimo foi explicada por ela da seguinte forma: Nísia, abreviatura de Dionísia; Floresta, nome do sítio onde nasceu; Brasileira, afirmação nacionalista; e Augusta, em homenagem ao seu segundo marido, Manuel Augusto, com quem l teve três filhos. Nasceu em 1810, na cidade de Papari, no estado do Rio Grande do Norte. Aos 15 anos foi morar com a família na cidade de Recife, em Pernambuco, onde passou a escrever para o jornal *Espelho das Brasileiras*.

¹³ Mary Wollstonecraft nasceu na Inglaterra, em 1759, e morreu em 1797. Vivia abertamente um “amor livre” e teve um filho fora do casamento. Escreveu seu livro *Vindication of the rights of womem* aos 33 anos, sendo um de vários escritos voltados para questões de direitos políticos e educação feminina. Porém, este foi bem mais questionador e, por isso mesmo, teve forte impacto entre os franceses e ingleses, que chegaram a considerá-la uma “serpente filosofastra” (KRAMINICK, apud COSTA; SARDENBERG, 1994, p. 87-88).

para o acesso às ciências, à filosofia e aos postos de comando. Em seu texto, atacava os preconceitos sociais da época e demonstrava que as mulheres eram seres humanos tanto quanto os homens, devendo receber a mesma educação que eles.

Nísia Floresta, bem como outras feministas de destaque no século XIX, dentre as quais aquelas que escreviam em periódicos, como Joana Paulo Manso de Noronha (Jornal das Senhoras, 1852), Inês Sabino (A Família, 1890), Guiomar Torresão (A Mensageira, 1897),¹⁴ buscavam conciliar a conquista do direito à instrução com o exercício dos deveres específicos ao sexo feminino. Elas pregavam a emancipação feminina, desde que não interferisse no desempenho dos papéis de mãe “virtuosa” e “rainha do lar”. Comungavam da idéia de que não pretendiam “transformar a ordem presente das coisas”; pretendiam, apenas, fazer ver que seu sexo não era “tão desprezível como os homens queriam fazer crer”.

Em 1853, Nísia Floresta, em outro livro, *Opúsculo humanitário*, resumiu o que diferenciava sua luta feminista daquela empreendida nos países “mais avançados”. Ela explicitava de que lugar falava e de que ponto partia: “Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher –, nossa débil voz se levanta na capital da Santa Cruz clamando: educai as mulheres!” (FLORESTA, 1989, p.2). Seu contexto era outro. Nísia e outras pioneiras do feminismo brasileiro se movimentavam dentro do quadro social e ideológico que a realidade lhes permitia.

No início do século XX, a antiga reivindicação de acesso à educação formal para as mulheres foi levada a sério, porque para a população feminina urbana alguns conhecimentos e habilidades se tornaram uma necessidade prática, devido ao processo desencadeado pela rápida industrialização e urbanização pelo qual passavam as principais cidades brasileiras. A indústria exigia uma mão-de-obra que fosse mais bem treinada e, ao mesmo tempo, moral e mentalmente disciplinada, o que só seria possível através de uma educação “racional” e “científica” moderna (BESSE, 1999, p.122).

A educação, que se fazia necessária, tendo em vista o projeto de modernização do país, deveria ser muito bem pensada, visto que se temia que, possibilitando estudos às mulheres, elas pudessem se desviar de sua sagrada missão de mãe zelosa e esposa devotada. Dessa forma, as políticas educacionais propuseram uma educação feminina

¹⁴ Maria Thereza Crescenti Bernardes, em sua tese de doutorado, discorre sobre essas e outras feministas cariocas que, ao longo do século XIX, colocavam em seus textos argumentos procurando conciliar posturas, aparentemente ambíguas, como ser feminista, ter acesso à educação, mas não abrir mão do “bom cumprimento da verdadeira missão da mulher”, que era ser boa mãe, esposa e dona-de-casa.

“moderna”, que oferecia instrução e permitia às mulheres atuar como trabalhadoras e cidadãs na sociedade burguesa moderna, mas, também e, talvez, mais importante, as preparavam para o casamento e a maternidade.

As escolas procuravam dar às meninas uma educação “prática”, que visava, primeiramente, formá-las para a vida doméstica e familiar e, depois, se pensava que esta escolarização serviria para possibilitar outros benefícios, como as realizações pessoais e profissionais. À medida que se foi conquistando o direito à educação, outras demandas emergiram e as mulheres da primeira metade do século XX foram se organizando em torno delas. Assim, formaram o Movimento Feminista no Brasil.

2.1 A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e seu alcance nacional

O movimento feminista que conseguiu ter maior institucionalização e penetração no território brasileiro foi o liderado por Bertha Lutz, ligada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que teve como uma das principais bandeiras de luta a conquista do direito ao voto para as mulheres. No processo de formação desse feminismo, destacaram-se nomes como o de Leolinda Daltro¹⁵ e Gilka Machado,¹⁶ que fundaram no Rio de Janeiro, em 1910, o Partido Republicano Feminino – PRF, cujo objetivo era recomençar no Congresso Nacional o debate sobre o voto feminino abandonado desde a Assembléia Constituinte de 1891.

Como resultado da atuação do PRF, em novembro de 1917, organizou-se uma passeata com 84 mulheres no Rio de Janeiro – chamada pela imprensa da época de *sufraettes* -, cuja intenção era chamar a atenção da sociedade e reivindicar a extensão do direito ao voto para as mulheres (SOIHET, 2005, p.116). A ação surpreendeu a população e influenciou os políticos locais, visto que, naquele mesmo ano, o deputado

¹⁵ Leolinda de Figueiredo Daltro, natural da Bahia, era educadora no Rio de Janeiro e, além de ter ajudado a fundar o Partido Republicano, foi a primeira mulher a candidatar-se às eleições municipais, em 1919, mas teve seu registro negado. (www.jusbrasil.com.br/noticias/277751).

¹⁶ Gilka Machado (1893-1980), poetisa e escritora, participou do movimento em defesa dos direitos das mulheres e publicou, em 1918, um livro de poemas eróticos – considerado um escândalo - por afrontar à moral sexual patriarcal cristã (DUARTE, 2003).

Maurício de Lacerda apresentou na Câmara Federal um projeto de lei que estabelecia o sufrágio feminino, muito embora, sequer tenha sido discutido na Assembléia daquele período, mas a iniciativa de tê-la apresentado, certamente, foi um demonstrativo de que as vozes daquelas mulheres estavam sendo ouvidas por alguns políticos.

Em 1919, outro passo significativo em direção à conquista do sufrágio feminino foi dado com a criação da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Em 1922, esta se transformou sob a liderança da bióloga Bertha Lutz, na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF –, instituição considerada a primeira entidade de mulheres no Brasil, tendo como um dos seus objetivos estratégicos estabelecer filiais na maior parte dos estados brasileiros para, assim, intensificar a luta pelo voto.

Hahner (2003, p. 297-300) afirma que a transformação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), órgão filiado à Aliança Sufragista Feminina Internacional, deu um caráter nacional ao movimento, o qual passou a ditar as orientações que as sufragistas brasileiras deveriam adotar durante a campanha pela conquista do voto feminino.

Ainda em 1922, a FBPF organizou o I Congresso Internacional Feminista. A escolha da data coincidia com a visita de um dos grandes nomes feministas na época, a americana Carrie Chapman Catt e, também, com o centenário da Independência do Brasil, o que possibilitaria uma maior participação de “homens de prestígio” ao evento, dando a este maior legitimidade.

A relação entre o movimento feminista brasileiro com o norte-americano se estreitou justamente neste momento, visto que, desde que Bertha Lutz visitou os Estados Unidos alguns meses antes do congresso, ela havia constatado que o modelo de feminismo existente parecia mais apropriado para o Brasil, justificando que ele não resultava em ações violentas, como o europeu (HAHNER, 2003, p. 300).

Durante a década de 1920, um feminismo bem comportado foi a tônica de um movimento feminista brasileiro e sob essa égide ele se tornou, até certo ponto, aceito e bem visto nos círculos mais elitizados da sociedade. A luta empreendida pela FBPF ficou delineada nos sete itens que integravam suas finalidades, segundo consta do Art. 3 de seu estatuto:

1. Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
2. Proteger as mães e a infância;

3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
5. Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
6. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;
7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental.

Alguns desses objetivos foram logo alcançados pela Federação. Uma das primeiras realizações da entidade foi conseguir o ingresso de meninas no Externato do Colégio Pedro II em 1922. A questão do trabalho era também preocupação do movimento, mas, de acordo com o espírito da época, a luta organizada a favor do voto feminino era mais urgente. Daí que o sexto item de suas finalidades aquele que buscava assegurar às mulheres os direitos políticos e prepará-las para exercê-lo, ter sido o mais perseguido, visto que acreditavam que adquirir direitos políticos era básico para que a mulher pudesse obter qualquer garantia baseada na lei (SAFFIOTI, 1979, p.258).

O voto feminino passou a ser encarado, por alguns segmentos da sociedade, não mais como um elemento de ruptura da divisão de papéis sociais, mas como compatível com as funções naturais da mulher, ou seja, o de ser mãe e esposa. Em entrevista concedida à Revista Vanguarda, em 17 de julho de 1924, Bertha Lutz, questionada sobre se a participação feminina nos direitos políticos não iria causar prejuízo para o lar, respondeu:

É um engano. (...) O que prejudica o exercício do papel natural da mulher no lar não é o direito de voto; é a pressão econômica, cada vez crescente, que obriga as mães de família a se ausentarem durante longas horas para ganhar a subsistência dos seus filhinhos. A participação nas eleições não exige essas longas e continuadas ausências, mas apenas o acompanhamento das questões públicas, o que pode ser feita no próprio lar, e o comparecimento uma vez ou outra às urnas para votar. (SOIHET, 2006, p. 184) (*grifos nossos*).

Era, portanto, de conciliação e não de ruptura que se falava no movimento feminista brasileiro da época e foi sob essa prerrogativa que ele foi conquistando apoios importantes e obtendo conquistas diversas. Em 1927, a FBPF conseguiu sua primeira grande vitória, quando, por intervenção do governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, a Assembléia Legislativa estadual aprovou uma resolução concedendo às mulheres daquele estado o direito de votar nas eleições federais para o Senado (COSTA & SARDENBERG). Elas, de fato, compareceram às urnas, mas uma Comissão de Justiça do Senado não reconheceu, pela legislação federal vigente, o sufrágio feminino, considerando nulos os votos femininos dados ao candidato, subtraindo-os do total concedido ao único candidato do estado. Contudo, apesar de continuarem impedidas de exercer os direitos políticos no plano federal, as mulheres do Rio Grande do Norte podiam, ainda, votar e serem votadas no plano estadual. Assim, nas eleições municipais de 1928, foi eleita Alzira Teixeira Soriano para prefeita da cidade de Lajes (RN), se tornando a primeira prefeita de um município brasileiro (HAHNER, 2003, p.327).

Não havia chegado ainda o momento em que todas as mulheres brasileiras pudessem eleger e/ou, as que desejassem, serem eleitas a algum cargo público. Os acontecimentos potiguares não foram suficientes para garantir à mulher o exercício dos direitos políticos, mas, certamente, essa conquista deu novo impulso à luta sufragista.

A FBPF, com o objetivo de maximizar a campanha em prol da emancipação das mulheres, fundou, em 1929, quatro núcleos. Foram eles: a União Universitária Feminina, a União Profissional, a União das Funcionárias Públicas e a Liga Eleitoral Independente, que, integrando à Federação, arregimentariam mulheres ligadas a segmentos específicos da sociedade para contribuir na conquista do objetivo proposto.

Com a Revolução de 1930 e a tomada do poder por Getúlio Vargas, intensificou-se a campanha em prol das reformas eleitorais no país. As feministas se mobilizaram no sentido de reafirmarem, junto ao governo que se instalava, a luta pela reforma no Código Eleitoral, com o propósito de eliminarem as distinções de sexo, presentes na interpretação do código que estava em vigência¹⁷.

¹⁷ Vale ressaltar que o código eleitoral em vigor desde a Constituição de 1891 não tinha em seu texto nenhum artigo que excluía as mulheres dos direitos políticos. Diz o artigo 171: “São eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos”, e que não podiam se alistar eleitores mendigos, analfabetos, os praças e religiosos. Porém, o termo cidadão, segundo interpretação da época, só se referia ao sexo masculino. Daí que a exclusão feminina ser resultado de uma interpretação do código e não algo de fato presente nele.

Com o objetivo de planejar os próximos passos no novo cenário político, em 1931, a FBPF realizou, no Rio de Janeiro, contando com representantes da maioria dos estados de Brasil, o II Congresso Internacional Feminista. O governo provisório foi solicitado a atender às aspirações eleitorais das mulheres - uma antiga exigência não só do feminismo, como também de outros segmentos sociais - através de uma reforma eleitoral.

O esboço do novo Código Eleitoral ficou pronto no início do ano de 1932 e, ao contrário do que esperavam as feministas, possuía inúmeras restrições ao voto feminino. De acordo com o Código Eleitoral provisório, as mulheres maiores de 21 anos, solteiras ou viúvas com independência econômica, e casadas, com permissão dos maridos, poderiam votar. Este código foi duramente combatido pela FBPF, como também por outros grupos feministas da época.

O anteprojeto recebeu fortes protestos. Um deles foi de Carmem Portinho,¹⁸ que, diante da afirmação do presidente dizendo-se ser feminista, porque às mulheres ele devia metade da revolução, questionou se era por isso que ele só queria dar metade do voto às mulheres. O voto feminino, segundo o texto, estava qualificado a determinadas categorias de mulheres. Assim, as feministas rejeitaram o anteprojeto (AVELAR, 2001, p.96). O anteprojeto foi revisto, e em 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino, sem restrições, foi estabelecido. Havia chegado o momento em que todas as mulheres poderiam votar e serem votadas. No que tange à questão do sufrágio feminino, o decreto ficou da seguinte forma:

DECRETO Nº 21.076 - DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932 O
Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos
do Brasil decreta o seguinte: CÓDIGO ELEITORAL PARTE
PRIMEIRA

Introdução

Art. 1º Este Código regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais.

Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código [...].

Para ter acesso à Constituição de 1981 consultar seguinte endereço eletrônico: www.legislacao.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.html

¹⁸ Carmem Portinho era uma das lideranças do feminismo no Rio, foi a terceira mulher a se formar em Engenharia Civil no Brasil em 1925 e era líder da União Universitária do Distrito Federal. Disponível em: <www.avesso.Net/vaste/seculoxx.html>. Acesso em janeiro de 2009.

O Código Eleitoral elaborado em 1932 foi ratificado na Constituição de 1934 e pôs fim àquela que, à primeira vista, era a principal razão de ser da FBPF. A entidade, com essa conquista, não diminuiu suas atividades e, em 1933, promoveu a II Convenção Nacional Feminista, na cidade de Salvador, cujo propósito era discutir estratégias para, agora conquistado o direito ao voto, buscar envolver e eleger o maior número de mulheres.

Um passo importante havia sido dado, enquanto que outros precisavam seguir no caminho em direção à completa emancipação da mulher brasileira. Assim, outras bandeiras de luta foram tomando a dianteira do movimento a partir daquele momento, ocupando mentes e corpos daquelas mulheres engajadas na causa feminista.

Nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte, a FBPF tentou, sem sucesso, eleger Bertha Lutz. Neste pleito, no entanto, foi eleita, por São Paulo, a médica e educadora Carlota Pereira de Queiroz, se tornando a única mulher a assinar, ao lado de 253 homens, a Constituição de 1934. Logo após a promulgação da terceira Constituição brasileira, ocorreram novas eleições, agora para a Câmara Federal. Novamente, Carlota Queiroz foi eleita, agora, deputada federal por São Paulo. Bertha Lutz, dessa vez, ficou na suplência e, em junho 1936, com a morte do deputado Cândido Mendes, assumiu sua cadeira a líder da FBPF.

No discurso de posse da deputada Bertha Lutz, ficou evidente a postura politicamente moderada e conciliadora quanto aos papéis de gênero, empregada pela FBPF, naquele momento representada por sua líder no Congresso Nacional. Lutz afirmava ser possível uma conciliação entre vida pública e vida privada, sendo que uma não interferiria no bom desempenho da outra. Assim, em nenhum momento, ela questionava as funções “naturais” destinadas às mulheres. Em sua profissão de fé, ela metaforizou:

[...] O lar é a base da sociedade e a mulher estará sempre integrada ao lar. Mas o lar não cabe mais no espaço de quatro muros. Lar também são a escola, a fábrica, a oficina. Lar é principalmente o Parlamento, onde se elaboram as leis que regem a família e a sociedade humana. [...] É dentro desse espírito essencialmente feminino, essencialmente humano que vos trago hoje, como mandatária do povo carioca, a colaboração modesta e despreziosa, mas bem intencionada e sincera da mulher. (Boletim FPBF, jun 1936, p. 4). (grifos nossos).

Bertha Lutz, ao defender os direitos de maior participação das mulheres nos espaços públicos como os das escolas, fábricas e na política, não abria mão da permanência delas no espaço privado do lar, sendo senhora absoluta. Ela falava em nome de um sujeito que possuía uma essência, que tinha características naturais, que, mesmo ampliando seus espaços de atuação, não perderia seu “centro”, suas especificidades. Não deixaria, em última instância, de ser mulher.

Sua concepção de sujeito era herdeira do projeto iluminista, que concebia o ser humano enquanto sujeito centrado, unificado e coeso. Este aparece em muitos textos, identificado como “sujeito cartesiano”, em referência ao filósofo francês Descartes, que propôs, ao pronunciar “penso, logo existo”, a concepção de um sujeito pensante, reflexivo e racional como o *locus* da subjetividade por excelência. Este sujeito carregaria seu “centro essencial” desde o nascimento e, apesar de ir se desenvolvendo ao longo de sua existência, permaneceria essencialmente o mesmo ao longo da vida, já que seu “centro”, ou seja, sua identidade, seria algo que se apresentava como algo fixo e unificado.

Desse modo, segundo essa concepção, todos os homens (e também as mulheres) são “equivalentes na sua essência, por conta de uma igualdade fundamental que extrapola quaisquer diferenças grupais ou individuais” (MONTEIRO, 2002. p. 243). A noção de “sujeito cartesiano” presente no discurso de Bertha Lutz fazia com que ela, mesmo avançando em seu posicionamento em relação à necessária conquista de direitos para as mulheres, reproduzisse a imagem da mulher enquanto um ser que carregava uma natureza específica; que mesmo se envolvendo com assuntos relativos ao universo público, ela jamais deixaria suas “reais” funções, porque eram características consideradas “naturais” e imutáveis nas mulheres.

Considero, no entanto, que Bertha Lutz apesar de não questionar as características que definiam os sujeitos do sexo feminino ou masculino mas terminava por abalar esses pressupostos, pois ao propor novas e outras maneiras de ser e agir para a mulher brasileira e ao instigar outras atividades e pensamentos, também possíveis às mulheres, ela estava desestabilizando as estruturas de gênero a que aquela sociedade estava acostumada a demonstrando que elas não eram tão firmes e estruturadas como se queria fazer crer.

A prova dessa desestruturação, no que tange aos espaços destinados às mulheres, era o fato de, naquele momento, haver duas mulheres, Carlota Pereira e Bertha Lutz, na composição do Legislativo nacional, fato nunca antes ocorrido na história do país.

Segundo Schpuna (2004), a convivência das duas únicas deputadas da Casa Legislativa foi, durante todo o mandato, “conflituosa”, pois cada uma defendia pontos de vista diferentes quanto ao processo de inserção da mulher no mundo da política. Porém, apesar de trilhar caminhos diferentes, elas tinham ideais comuns, haja vista cada uma combater, a seu modo, as desigualdades existentes entre homens e mulheres nas esferas públicas da sociedade e lutar por relações mais igualitárias entre esses sujeitos.

Bertha Lutz propôs vários projetos de lei durante o período de 1936-37, quando representou o Distrito Federal no Congresso Nacional. Sempre atenta às questões femininas, a representante feminista na Câmara elaborou o projeto de lei que criava o Estatuto da Mulher, o qual era dividido em diversos títulos, correspondendo a estatutos políticos, socioeconômicos, civis, comerciais e penais da mulher. O Estatuto estabelecia diversas medidas de proteção às mulheres, dentre elas a que se referia à licença maternidade remunerada e o direito da trabalhadora braçal e de balcão faltar dois dias por mês sem desconto no salário.

Avaliando o impacto do Estatuto da Mulher no que diz respeito às condições do sexo feminino na sociedade capitalista, Saffioti afirma:

Toda a legislação protetora do trabalho da mulher que extrapole o estritamente necessário no que tange à maternidade enfraquece o poder de barganha das trabalhadoras [...]. O Estatuto da Mulher era, pois, um documento contraditório, se focalizado do ponto de vista feminista. [...] Se, para a mulher, já é difícil reduzir as diferenças que a separam do trabalhador homem, observando a legislação apenas a proteção imprescindível à maternidade, sua situação, enquanto trabalhadora, se torna ainda mais delicada e perigosa quando outras medidas legais a discriminam. (SAFFIOTI, 1979, p. 265).

Ainda em 1936, a FBPF promoveu o III Congresso Nacional Feminista, em cuja pauta constava alguns projetos para pressionar o Legislativo a aumentar os direitos das mulheres (PINTO, 2003, p. 28). Porém, o golpe político instaurado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, dissolveu a Câmara Federal, pondo fim ao curto período de

atuação de Bertha Lutz no Poder Legislativo. O novo regime político do Brasil suspendeu eleições, extinguiu partidos políticos, enfim, colocou o Estado num regime ditatorial, acabando, dessa forma, com os mecanismos democráticos conquistados pelos cidadãos e cidadãs do país.

A FBPF, com o Estado Novo, não foi extinta, porém perdeu espaço de atuação. O Movimento Feminista foi sufocado pela nova política de Estado, que pregava padrões tradicionais de comportamento, a ponto de decretar separação de moças e rapazes nas escolas secundárias (HAHNER, 2003, p. 366).

Depois da luta que as mulheres brasileiras empreenderam para alcançar o direito de participar do sistema político, as feministas percebiam tudo se perdendo, sentindo-se incapacitadas de conquistar mais direitos e de manter os já adquiridos. Enfim, nenhuma atividade política organizada pelas mulheres pôde ter lugar no Brasil até 1945, quando terminou o Estado Novo e Vargas saiu do comando do país, no entanto, o contexto era outro e a FBPF não mais foi capaz de recuperar sua força política junto às mulheres brasileiras.

2.2 Feminismos diversos: outras expressões feministas

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi, sem dúvida, o mais organizado e abrangente movimento feminista da primeira metade do século XX, mas não foi o único. Outras vertentes feministas existiram. Outras formas e organizações de mulheres em prol da emancipação feminina emergiram, atuaram e desapareceram no Brasil, mas que, assim como a Federação, deixaram sua contribuição na luta pelos direitos da mulher.

Uma dessas vertentes é chamada por Céli Pinto (2003) como “feminismo difuso”. Isso porque, segundo ela, ele se expressou sob múltiplas manifestações, especialmente através da imprensa. Era composta por mulheres cultas, na grande maioria professoras, escritoras e jornalistas, preocupadas com questões diversas, tais como direitos políticos, educação da mulher, dominação dos homens, etc. Era, portanto, praticado por mulheres que viam a imprensa como canal privilegiado de divulgação de

idéias e a utilizavam para fazer pressão social junto àqueles que ocupavam cargos públicos, únicos capazes de elaborar e pôr em prática as reformas necessárias nas leis vigentes. Eram mulheres que escreviam e/ou sustentavam pequenos jornais ou revistas, nos quais divulgavam opiniões sobre a condição da figura feminina daquele contexto histórico.

A imprensa teve papel importante na formação do pensamento feminino e acompanhou, ora apoiando, ora contestando, o processo de luta pela conquista da emancipação da mulher. Nascimento (2004), pesquisando sobre a representação da mulher através da imprensa feminina em Minas Gerais, afirma:

A imprensa feminina no século XIX e início do século XX tinha duas direções bem definidas: uma tradicional que engrandecia as virtudes domésticas da mulher e condenava sua ação fora do lar e outra que defendia os direitos da mulher, principalmente em relação ao direito de voto e educação (NASCIMENTO, 2006, p76).

Assim, as primeiras publicações voltadas para o público feminino tratavam, em sua maioria, de assuntos relacionados à moda, literatura e atividades do lar. Porém, existiam ainda alguns periódicos, principalmente na “imprensa feminista”, que divulgavam as reivindicações das mulheres em relação ao acesso à educação, carreiras de nível superior, cargos públicos, sufrágio feminino, dentre outros.

Buitoni (1986, p. 37), estudando a imprensa feminina no Brasil, percorrendo o século XIX e boa parte do XX, identificou o carioca “O Espelho Diamantino” como sendo o primeiro periódico feminino brasileiro a ser no Brasil em 1827. O segundo foi de 1831, em Pernambuco, intitulado de “O Espelho das Brasileiras”, nesse, Nísia Floresta escreveu diversas matérias, argumentando sobre a importância da educação para o processo de autonomia das mulheres. Esses periódicos, apesar de serem voltados para o público feminino, eram editados por homens, tendo, apenas, algumas mulheres como colaboradoras.

Ainda na primeira metade do século XIX, outros jornais e revistas voltados ao público feminino se seguiram, como o Jornal das Variedades, Espelho das Bellas, A Carmélia, A Violeta, Jornal das Moças e A Mensageira. De um modo geral, a imprensa feminina, daquele momento, não ajudou a fazer grandes questionamentos quanto ao papel da mulher na sociedade, diziam pouco sobre questões relativas à emancipação da

mulher. No máximo, afirmava que a educação beneficiava às mulheres, no entanto, teve grande importância, porque serviu, principalmente, como um canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres. O grande legado destes periódicos para a luta feminina está ligado à possibilidade de garantir um outro lugar de atuação feminina, o "sexo frágil" do período.

Por volta da segunda metade do século XIX começaram a surgir periódicos editados por mulheres e que passavam a defender os direitos femininos. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, professora mineira, lançou, em 1873, em Minas Gerais, "O sexo feminino". Segundo Buitoni (1986, p. 52-53), em suas matérias apareciam uma preocupação maior com a educação, instrução e emancipação das mulheres. Porém, a autora diz que os jornais feministas, apesar de um pouco mais comprometidos com "direitos femininos", não diferiam muito da imprensa feminina em geral. Todos traziam literatura, moda, entretenimento, etc. Essas publicações periódicas, além de trazer reivindicações, não hesitavam em propor distrações diversas, conseguindo, desse modo, atrair a simpatia do público.

Depois de "O sexo feminino", inúmeros foram os jornais e revistas tratando da necessidade de se disponibilizar educação para as mulheres e que tinham por responsáveis mulheres. Fato que indica a existência de um incipiente movimento de construção de espaço público feminino na sociedade brasileira. Na primeira metade do século XX, a pauta desse tipo de imprensa foi ampliada. Se antes a educação era tema recorrente, nas três primeiras décadas do novo século, o direito ao voto foi incorporado à plataforma de reivindicações. Outros periódicos femininos e feministas foram surgindo e, a partir da década de 1920, mais do que veículos específicos, as vozes feministas passaram a ganhar espaço, também, nos veículos da grande imprensa. Conseguido o voto em 1932, as reivindicações feministas passaram por certo refluxo, a falta de bandeiras fez com que o feminismo, através dos artigos da imprensa, fosse adquirindo tonalidades mais conservadoras.

No caso da Bahia, esse canal de expressão feminina também seguiu trajetória semelhante. Segundo Leite (2005, p. 262-272) a experiência das mulheres baianas na imprensa remonta ao século XIX. Jornais e revistas com leituras destinadas ao público feminino, escritos ou não por mulheres, circularam nas cidades do interior e na capital do estado, mostrando a intensidade do envolvimento da figura feminina em atividades extra-domésticas e na vida cultural e literária daquele período. Periódicos como Espelho

das Bellas – Maragogipe (1860-1861), A Chrysalida – Salvador (1879), O Boulevard – Salvador (1870), A Rosa – Bonfim (1900), Recreio das Senhoras – Salvador (1861), Revista das Senhoras – Cachoeira (1881-1885) são alguns exemplos das possibilidades de inserção cultural das mulheres das últimas décadas daquele século¹⁹.

A direção daqueles impressos estava, em sua maioria, nas mãos dos homens, mas havia um grande número de mulheres escrevendo, o que demonstra avanço em relação às mudanças nos costumes, já que havia, até os primeiros decênios do século XX, grande restrição à escrita feminina, chegando mesmo a impor limites à sua participação em publicações diárias da cidade de Salvador. No geral, as mulheres interessadas na produção literária não freqüentaram as páginas da imprensa da cidade. Foi árduo e tortuoso caminho percorrido até chegar ao ponto delas terem livre trânsito na imprensa local, dado o predomínio notório da elite masculina nesse campo.

Oliveira (2000, p.12-13) aponta que foi em 1910 que surgiu o primeiro periódico escrito e dirigido por mulheres na Bahia. Tratava-se do “A Paladina do Lar”, fundado por um grupo de mulheres católicas da Liga Católica das Senhoras Baianas, entidade formada por mulheres de classe alta da Bahia. Era um impresso dirigido às mulheres, com publicação ininterrupta, circulando mensalmente até o ano de 1917, fato raro no período para qualquer revista, independentemente do público-alvo. Portanto, a continuidade dos seus números demonstra a força da primeira proposta de imprensa feminina no estado.

A maior contribuição do “A Paladina do Lar” não foi apenas ter oportunizado espaço para expressões literárias femininas, mas, principalmente, por ter se tornado um veículo de discussão sobre a condição de “subalternidade civil” em que se encontrava a mulher na época. Inicialmente foi editado e dirigido pela professora Amélia Rodrigues, nele incluía artigos sobre a importância da militância feminista, certo que era um feminismo diferente daquele apregoado pelas sufragistas, que, segundo a editora, pretendia “invadir o terreno da ação masculina”. Amélia Rodrigues advogava, portanto, ser feminista, mas “no bom sentido”; uma proposta que denominou de “feminismo cristão”. Em 1923, ela explicava qual feminismo se dizia pertencer:

¹⁹ No catálogo organizado em 1911 por João Torres e Alfredo de Carvalho, com o objetivo de registrar o inventário da imprensa baiana no seu primeiro centenário, foram classificados como jornais e revistas dedicados às mulheres e/ou dirigidos por mulheres 21 títulos.

O ideal do bom feminismo, portanto, se desenha nítido, belo, sem confusão possível com outro: é dar meio de existência menos dolorosa ao sexo feminino, sobretudo às pobres desamparadas que precisam ganhar seu pão como operárias e cujos direitos têm sido postergados até hoje, numa injustiça que admira e revolta (RODRIGUES, 1923, p.18).

Certamente, esse tipo de feminismo não teve a radicalidade esperada por algumas mulheres da época, mas, como aquele sufragista, que Amélia Rodrigues criticava, também estava perfeitamente inserido no contexto histórico no qual emergiu e coerente com as idéias e valores das mulheres que o pregava. São pertinentes as palavras de Leite quando afirma:

Ao transformar em letras impressas as suas produções literárias, até então confinadas aos cadernos, diários e folhas avulsas, as mulheres potencializaram os conflitos inerentes às relações entre os gêneros. Fundamentalmente porque estabeleceram saberes e disputaram poderes. A literatura era sinônimo de prestígio e poder (LEITE, 2005, p. 287).

A ação dessas mulheres, ao escreverem na imprensa e garantirem espaços antes vedados a elas, por si só já é algo a ser celebrado enquanto ação que pôs em suspenso certos lugares destinados às relações de gênero do período. Agir daquela forma serviu para quebrar paradigmas porque foi algo subversivo da ordem de gênero até ali imposta.

Outra vertente do movimento feminista manifestada na primeira metade do século XX foi aquele ligado, primeiro, ao movimento anarquista e, mais tarde, no Partido Comunista. Ele foi organizado por mulheres trabalhadoras e intelectuais, que ao militarem nesse movimento, defendiam a liberação da mulher de uma forma mais radical e tinham, quase sempre, a exploração do trabalho como tema central de suas denúncias. Foi considerado o menos comportado dos feminismos no período, tendo como maior expoente a mineira Maria Lacerda de Moura, de família modesta, professora, ativista anarquista e autora de diversos livros. Considerava o capitalismo como o maior responsável pela condição social da mulher. Por isso, discordava do posicionamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha na conquista dos direitos políticos a principal bandeira de luta, não fazendo as denúncias necessárias ao sistema, nem acusando os homens como responsáveis pela situação em que se encontravam as mulheres (LEITE, 1984, p. 35-37).

Para Moura, os opressores identificados no capitalismo eram os patrões que exploravam as mulheres. A FBPF era, portanto, para a feminista, um movimento liderado por mulheres intelectuais da elite econômica capitalista, que não queriam reformas profundas justamente por estarem inseridas nesse sistema e se beneficiarem dele. Era um movimento que beneficiava poucas mulheres, não trazendo vantagem alguma à multidão feminina (LEITE, 1984, p. 40-42).

Segundo Alves (1980, p. 156), para a mulher trabalhadora, a bandeira das sufragistas não teve o mesmo significado que tinha para as de camadas médias e altas da sociedade. As mulheres trabalhadoras, envolvidas nas lutas trabalhistas e sobrecarregadas pelo trabalho doméstico, acreditavam que sua exclusão da vida política era reflexo de sua opressão econômica: o campo de batalha primordial era o nível econômico, onde mais concretamente era sentida a exploração.

As mulheres na década de 1920 representavam, no Brasil, 15% da força de trabalho, porém seus salários eram bem mais inferiores que os pagos aos homens. Na indústria de vestuário, por exemplo, onde a mão-de-obra feminina dominava, o valor do salário feminino representava 54% do salário masculino (SAFIOTTI, 1977, p.238). A situação dos operários, de um modo geral, era precária – jornada de trabalho excessiva, sem direito a férias nem aposentadorias, salários muito baixos – e a das mulheres era pior ainda.

Diante disso, os trabalhadores e trabalhadoras começaram a se organizar em sindicatos e promover greves, o que sofria severas repressão. Washington Luís, presidente do Brasil entre os anos de 1926-1930, chegou a dizer que a questão social no país era caso de polícia. De fato, era assim que se resolvia a questão operária na época, quando trabalhadores e trabalhadoras grevistas eram considerados/as criminosos/as e enviados e severamente punidos/as.

Foi neste contexto que surgiu, nas primeiras três décadas do século XX, o movimento anarquista, que se preocupava, dentre outras coisas, com a organização dos primeiros sindicatos e greves. Durante a década de 1920, membros desse movimento discutiam se havia ou não a necessidade de se organizar em um partido político. As opiniões se dividiam: havia os que apoiavam a organização de um partido e os que repeliam as imposições organizativas da atividade partidária, consideradas incompatíveis com a liberdade do povo. Por fim, em 1922, alguns militantes

convertidos ao leninismo se uniram e ajudaram a fundar o Partido Comunista Brasileiro, o PCB.

Na Bahia, segundo Risério (2004, p. 498-500), o comunismo chegou com atraso. No congresso que instituiu o PCB, em 1922, não havia representantes do estado, mas na década seguinte o comunismo ganhou força isso graças à implacável perseguição nacional aos membros desse partido, em consequência da chamada “Intentona” de 1935, quando os comunistas promoveram levantes armados em diversos pontos do país. Não houve levante no estado baiano, e a perseguição aos comunistas, promovida pelo governador na época, o cearense Juracy Magalhães, não foi tão acirrada. Assim, em fuga, muitos comunistas buscaram refúgio no estado, o que possibilitou o desenvolvimento do comunismo nesse meio, especialmente pela influência que estes militantes exerceram sobre a juventude local. Nas décadas de 1930 e 1940, os jovens comunistas baianos se achavam imersos na vida soteropolitana, transitando por diversos espaços culturais e estratos sociais.

O contexto nacional da década de 1920 era de grandes transformações e questionamentos. O momento propiciava relativa modernização e urbanização; a classe operária se organizava e reivindicava maior participação política; a cultura sofria inovações estéticas, principalmente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, que trazia reflexões sobre a realidade brasileira e propunha a construção da identidade nacional; a economia sofreu forte abalo com a crise de 1929, o que fez aumentar os problemas sociais. Esses e outros acontecimentos favoreceram a chamada Revolução de 30, que representou mudanças político-sociais significativas, dentre elas o enfraquecimento do Estado liberal e o fortalecimento de um Estado centralizado e autoritário (BORGES, 2003).

No Brasil cresceu a simpatia e o apoio ao governo autoritário, principalmente daqueles que defendiam idéias fascistas que vigoravam em alguns países da Europa, particularmente na Itália e Alemanha. Em meio a esse contexto, em 1932 surgiu a Ação Integralista Brasileira – AIB, movimento de ideologia conservadora, de caráter ultranacionalista, antiliberal e anticomunista. Liderado pelo escritor Plínio Salgado, sob o lema “Deus, Pátria e Família”, o integralismo pregava a necessidade de um Estado forte, autoritário e corporativo, capaz de eliminar os males originados pela experiência liberal nos campos político e econômico, harmonizar a sociedade e impedir a agitação

advinda da luta de classes. A AIB cresceu e, já em 1936 contava com mais de meio milhão de brasileiros ingressos em suas fileiras (FERREIRA, 2008, p.11-12).

Em 1935, durante o segundo mandato de Getúlio Vargas (1934-1937), surgiu a Aliança Nacional Libertadora – ANL, corrente política de orientação socialista e antifascista que unia comunistas, social-democratas e tenentes com idéias esquerdistas. A ANL se posicionava contra o latifúndio, o imperialismo, o fascismo integralista; defendia a reforma agrária, o nacionalismo e as reformas democráticas (SCHIMDT, 1999, p.145).

A ANL, atendendo à política de “frente popular” estabelecida pela Terceira Internacional Comunista em 1935, procurou criar núcleos com os mais variados segmentos sociais, bem como nos mais diversos estados do Brasil. Foi nesse contexto de expansão que surgiu a União Feminina do Brasil – UFB, agremiação que se configurava enquanto “um amplo movimento de reivindicações em prol da emancipação da mulher brasileira” (Diário da Bahia, 27/06/1935).

Segundo Freire (2007), a União Feminina do Brasil foi um movimento auxiliar feminino, que endossava o programa da ANL e do PCB, do qual recebia recursos financeiros do comitê central. Segundo ela, os dados sobre essa organização são bastante escassos, sendo citados em documentos do Tribunal de Segurança Nacional e/ou em jornais da época, quase sempre anticomunistas e de visão conservadora, além de alguns livros que não dão ênfase à participação das mulheres que lutavam pela emancipação política e social, em prol da equidade de gênero.

A UFB foi fundada por Armanda Álvaro Alberto, Eugênia Álvaro Moreira, Maria Moraes Werneck e um grupo de mulheres insatisfeitas com o rumo político que o país tomava. Durante seu curto período de existência, foi dirigida por Armanda Álvaro, nascida no Rio de Janeiro, de família tradicional, professora e participante de atividades anticlericais, que buscava combater a ação católica no Brasil, lutando principalmente pela secularização do ensino. Após o fechamento da ANL e UFB, em julho de 1935, Armanda foi presa e esteve em companhia de Olga Benário Prestes, Maria Werneck de Castro e Valentina Barbosa Bastos, que, à exceção de Olga, que foi extraditada e morta nos campos de concentração da Alemanha, foram libertadas em 1936 (MORAES, 2006).

Nos artigos pesquisados por Moraes (2006), em jornais da época do fechamento da UFB, episódio foi apresentado com grande destaque e chamando a atenção para as similitudes entre os projetos da UFB com o PCB. O jornal “O Globo”, um dos mais conservadores do período, ressaltava essa associação, destacando o fato com matérias em que afirmava ser “a União Feminina um disfarce do Partido Comunista e que sempre foi sua intenção desenvolver, impunemente, atividade subversiva, de acordo com as finalidades indicadas no manifesto de Luís Carlos Prestes” (O Globo, 15/09/1935).

2.3 A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino: uma luta feminista na Bahia

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, cuja sede estava situada no Rio de Janeiro, conseguiu inaugurar filiais em diversos estados brasileiros, firmando ações que visavam “canalizar esforços isolados” e estabelecer um único e organizado encaminhamento de luta, sob a orientação da matriz, na capital do país.

É interessante observar que a idéia de federação espalhou-se pelo país. Há notícias da criação de federação em Minas Gerais, Paraíba, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte²⁰. Não há dados sobre o alcance desses núcleos, mas, mesmo que tenham sido muito pequenos, é surpreendente que em época de comunicação tão difícil e de deslocamentos que exigiam longos períodos de tempo, houvesse a proliferação das idéias dos direitos das mulheres em estados tão distantes do Rio de Janeiro, centro irradiador do movimento. (PINTO, 2003, p.23).

Na Bahia, a FBPF inaugurou sua filial a 09 de abril de 1931. Neste mesmo dia foi fundada também a União Universitária na Bahia, que era uma das quatro associações federadas que deveriam ser instaladas no estado, as outras eram: Ala Moça, Liga

²⁰ Em pesquisas, encontramos referências às filiais em outros estados do Nordeste como em Alagoas, que teve por presidente Lily Lages, primeira deputada estadual por aquele estado em 1934, e em Pernambuco, fundada em 1931 e tendo por líder Edwiges de Sá Pereira.

Eleitoral e União Profissional²¹, recebendo o evento a mais ampla cobertura da imprensa local.

O Diário da Bahia, no dia da fundação da filial baiana, fez uma reportagem em primeira página, acompanhada de foto do grupo da União Universitária do Rio de Janeiro.



Diário da Bahia 09/04/1931:

As fundações da Federação e da União Universitária na Bahia: o movimento vitorioso feminino neste estado.

O jornal dedicou, ainda, espaço para Lili Tosta, jornalista e membro da diretoria da entidade, para explicar a importância e a organização da instituição, mostrando que a Bahia, com essas inaugurações, passava a se inserir num movimento mais amplo, de caráter tanto nacional quanto internacional, o que, certamente, valorizava e despertava maior interesse perante os leitores para o evento. Afirmava Lili Tosta:

A sede brasileira, que é na Capital Federal, é, por sua vez, filiada à Federação Internacional de Mulheres, da qual fazem parte quarenta e quatro nações. Trata-se, pois, de uma instituição de caráter internacional de milhares de mulheres solteiras, casadas, viúvas de quarenta e quatro nacionalidades, de todos os credos políticos e religiosos, de todas as profissões, de vários idiomas, todas arregimentadas sob a mesma bandeira idealista, obedecendo ao mesmo regulamento, unidas, solidárias e irmanadas aos mesmos ideais, trabalhando em favor do

²¹ A Ala Moça foi fundada em 1935, a Liga Eleitoral em 1936, porém ambas duraram muito pouco devido a conflitos internos e dissidências. A União Profissional não chegou a ser instalada. A própria União Universitária teve pouca atuação no estado (ALMEIDA, 1986).

progresso e do aperfeiçoamento do seu sexo. (Diário da Bahia, 09-04-1931).

As articulações para a instauração da FBPF nesse estado precederam sua efetivação. Diversos artigos circularam desde o início do ano de 1931, preparando as pessoas, propagando ideais e dirimindo dúvidas. Para ajudar e orientar a preparação daquela inauguração, Bertha Lutz enviou para Bahia, cerca de um mês antes do dia previsto para a cerimônia, Maria Luiza Bittencourt, jovem baiana, integrante da União Universitária do Rio de Janeiro e estudante de Direito no Distrito Federal. A feminista fez o que lhe havia sido solicitado e, junto com suas conterrâneas, conseguiu que o momento da inauguração da filial baiana da Federação se tornasse um grande evento, obtendo cobertura da imprensa local e contando com a presença “dos mais ilustres representantes do governo, membros do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, intelectuais, senhores e senhoritas da sociedade baiana”.

Ao voltar para a capital, poucos dias após a fundação, Maria Luiza Bittencourt deixou uma carta encaminhada ao Diário da Bahia, órgão escolhido pela bacharelada para divulgar seu texto, por ter, explicava ela, uma “coluna feminista” e “estar sempre a divulgar os mais nobres e justos ideais feministas.”²² A carta, com o título: “*O movimento feminista na terra baiana*” foi publicado na íntegra e em primeira página naquele jornal. Luiza Bittencourt ainda marcaria forte presença no cenário baiano, quando, ao retornar à terra natal, se tornou um dos principais nomes do feminismo local, conseguindo, inclusive, ser a única mulher a ocupar uma vaga na Câmara Legislativa do estado em 1935 e uma das cinco a se eleger deputada estadual no Brasil naquela eleição.²³

A Federação Bahiana Pelo Progresso Feminino foi presidida, durante toda sua existência, por Edith Gama Abreu, filha de Coronel da Guarda Nacional e casada com um engenheiro e professor da Escola de Engenharia. Era mulher de destaque na cidade e de boa posição social. Aos 28 anos, era considerada a feminista de maior expressão local, apesar de ter se lançado como candidata por duas vezes ao cargo de deputada

²² O Diário da Bahia era dirigido na época por Moniz Sodré, político de grande destaque no contexto baiano do momento, partidário de J.J. Seabra e que desde a década de 20, quando senador, lutara pela inclusão da mulher ao termo cidadão. Escreveu no Diário da Bahia vários artigos, antecedendo a fundação da Federação Bahiana, ressaltando sua importância.

²³ As outras quatro que conseguiram esse feito inédito foram: Lili Lages, em Alagoas, Alayde Borba, em São Paulo, Quintina Diniz de Oliveira, em Sergipe, e Maria Miranda Jordão, no Amazonas. (COSTA, 1995, p.227-228).

estadual – em 1933 e 1947 – e não ter obtido sucesso em nenhuma delas. Essas derrotas não desmereceram seu prestígio, pois ela sempre esteve envolta a assuntos e compromissos de destaque para a época, chegando a entrar, em 1937, para a Academia de Letras da Bahia, quebrando a tradição dessas instituições de não admitir mulheres (ALMEIDA, 1886, p. 59).

A filial baiana foi criada seguindo o modelo e as diretrizes da matriz no Rio de Janeiro, de onde recebia orientações a respeito do funcionamento e ações a serem seguidas. Os objetivos da sede e filial eram os mesmos e foram publicados, em periódico da época, sob o título “*Federação Bahiana pelo Progresso Feminino: ligeira exposição de suas finalidades e resumo de programa cumprido e a cumprir 1931-1936*”. Nele estava exposto:

A filial bahiana, como as demais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tem com ela os mesmos fins:

1. Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução pública feminina;
2. Proteger as mães e a infância;
3. Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
4. Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
5. Estimular o espírito da sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público;
6. Assegurar à mulher os direitos políticos que a nossa Constituição lhe confere e prepará-la para o exercício inteligente desses direitos;
7. Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no Hemisfério Ocidental.

Vieira (2002, p.17) chama a atenção ao fato de que não é possível pensar num movimento feminista ligado à FBPF homogêneo, já que se tratava de contextos distintos. É possível falar, sim, em finalidades comuns às diversas filiais da Federação espalhadas pelo Brasil, mas cabe também perceber as formas diferentes como cada uma se relacionou com suas propostas, ao priorizar, por exemplo, uma em detrimento da outra e/ou na forma como negociá-las. Se a realidade é social e culturalmente construída, logo, ela traz consigo especificidades que cada tempo e espaço se encarregam de forjar.

Almeida (1986) contribuiu com importantes informações sobre a estrutura e organização da filial baiana da Federação. Foi feito um minucioso trabalho de pesquisa

e leitura de atas de reunião ordinárias e extraordinárias, de matérias de jornais da época, escritos não publicados do período e ainda entrevistas com pessoas do/ou ligadas ao movimento feminista da década de 1930, a exemplo da presidente vitalícia da federação bahiana, Edith Gama Abreu. A pesquisadora reconstrói em sua dissertação, cujo título é *feminismo na Bahia*, um rico panorama sobre o movimento baiano, sem esse trabalho teria sido impossível ter acesso a importantes informações que utilizo aqui, tendo em vista a perda de muitos dados devido ao desaparecimento de documentação ou falecimento de pessoas que participaram daquele momento. Portanto, a maioria das informações que apresento neste trabalho sobre a estrutura e organização daquela entidade foram colhidas do texto de Maria Amélia de Almeida.

A Federação Bahiana deveria ser constituída por um centro de sócias na capital do estado e de núcleos nos municípios. Nos primeiros dois anos, a sede em Salvador fez os primeiros contatos com feministas de Feira de Santana, Cachoeira e Santo Amaro, porém, não há notícias quanto ao alcance dessas iniciativas. A instituição contava com os seguintes órgãos administrativos: Diretoria Central, composta de uma presidente, duas vice-presidentes, uma tesoureira, duas secretárias e uma consultora jurídica/parlamentar; Conselho Social, composto de um número indeterminado de sócias; e Conselho Fiscal, composto de três a cinco membros.

Havia, também, quatro associações federadas. A primeira foi a União Universitária Feminina, formada pela intelectualidade feminina e expressão cultural da mulher, cujo lema era cultura. Apesar de ter sido criada no mesmo dia da Federação, usufruindo de grande visibilidade local, não teve prosseguimento. A segunda foi a Liga Eleitoral Independente (1936 a 1937), órgão de opinião feminina e de atuação política da mulher, cujo lema era a lei. Ela teve pouca atuação, principalmente por ter sido alvo de dissidências internas. A terceira associação federada foi a Ala Moça, que tinha por missão ser o lugar de renovação das lideranças, proporcionando o progresso da disciplina da mocidade e o fortalecimento de “sua têmpera. Seu lema era disciplina. também de curta duração, fundada em 1935, teve alguma atuação junto à Liga Eleitoral, mas, assim como esta, logo foi dissolvida por conflitos internos.

Por fim, a União Profissional, que tinha por objetivo congregar mulheres trabalhadoras para lutarem por seus direitos. A associação, de maior atuação no Rio de Janeiro, na Bahia não conseguiu sequer ser instalada, apesar de ter sido proposta por Lili Tosta em reunião de diretoria em 1935. Sua instalação foi adiada por sugestão de Edith

Gama, alegando que o momento político não era favorável, já que havia ocorrido, no mesmo período, o levante comunista. Ela temia possíveis confusões entre os objetivos da associação com princípios socialistas.

A forma como estava estruturada, a Federação Bahiana era praticamente a mesma da Federação Brasileira que, por sua vez, seguia o mesmo modelo da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino e Igualdade Cívica da Mulher, da qual 44 países, dentre eles, o Brasil, estavam federados. Dessa forma, a Federação Brasileira reproduzia, internamente, o modelo internacional, e a baiana, o modelo nacional.

A Federação funcionou, a maior parte do tempo, em sede própria, contando com biblioteca e sala de aula, onde eram ministrados diversos cursos, dentre eles de português, línguas, canto, corte, prendas domésticas, arte culinária etc. Este último, inclusive, era incentivado com frases do tipo: “Nenhuma verdadeira feminista deve nutrir o desprezo pela arte-culinária (...) as feministas não afastam a mulher do lar, como afirmam muitos dos seus adversários”. Foram cursos bastante concorridos, alguns com até 200 alunas ao ano.

Outras atividades também foram desenvolvidas pela FBPF na Bahia, tais como a instalação de consultório jurídico, médico e dentário para prestar assistência às mulheres que desses serviços precisassem; fundação de escola de alfabetização para crianças pobres com assistência dentária, médica e “moral”; campanhas de amparo aos flagelados da seca; festas literomusicais; concursos de arte feminina; visitas periódicas a instituições educacionais, de caridade e correccionais.

A Bahia organizou e sediou o II Congresso Nacional Feminista, realizado no antigo Clube Bahiano de Tênis, em 1934, contando com a presença de políticos e autoridades civis e militares de maior prestígio da época e com mulheres representando 18 estados brasileiros. A programação do evento dizia respeito à discussão de quatro temas: a legislação, previdência social, paz/relações internacionais e educação cívico-política.

Foram constituídas quatro comissões, ficando cada uma responsável em discutir cada um desses temas. Destas, saíram propostas que foram avaliadas pela assembléia e tiradas como resoluções para serem seguidas por todas as federações espalhadas pelo país. A determinação mais prontamente encaminhada foi a que pregava a necessidade de indicações de nomes de mulheres – a serem sugeridos aos partidos – para

candidaturas aos poderes legislativos nacional, estadual e municipal e o apoio das feministas às candidaturas femininas e masculinas que encampassem as reivindicações das mulheres.

A partir de 1937, ano do golpe político, que instalou o Estado Novo no Brasil, a Federação Bahiana se tornou quase que exclusivamente uma instituição de caráter beneficente e cultural. Em 1940, Bertha Lutz fazia elogios à filial por ser, naquela ocasião, a única sobrevivente na região Norte/Nordeste. A FBPF continuou a existir por mais alguns anos no estado e consta de 1948 a última ata de reunião do grupo; no entanto, sua ação já era bastante distinto daquela dos primeiros tempos, pois o fervor político havia passado.

A fundação da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino em 1931 marcou o início do movimento feminista organizado na Bahia. A ela coube a organização da ação e construção do discurso feminista a ser empregado naquele contexto, sendo a responsável pela elaboração dos traços que dariam o contorno e marcariam a impressão do feminismo local.

A primeira mulher a ocupar um cargo eletivo na América do Sul ocorreu no Brasil em 1929. Foi a prefeita do município de Lages (RN), Alzira Soriano²⁴, no estado do Rio Grande do Norte. Ao seu lado, várias outras mulheres norte-rio-grandenses também foram eleitas e empossadas. A Revolução de 1930 encontrou-as legislando em vários municípios (TABAK, 1989, p.40). Em 1932, ao ser aprovado o Código Eleitoral, a mulher conquistou, definitivamente, o direito de voto no Brasil. Ato ratificado pela Constituição de 1934 em seu art. 108 que estipulava: “São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei”.

Votar, portanto, passava a ser um direito conquistado e o alistamento e voto obrigatórios para os homens e, para as mulheres, quando estas exercessem função pública remunerada. Passava a existir, a partir de então, as possibilidades legais de serem eleitas mulheres ao cargo de deputadas federais, nomeadas ministras de Estado e, até mesmo, disputar a Presidência da República. O artigo 113 da Constituição era claro quando afirmava que “todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinção, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissão, próprias ou dos pais, classe

²⁴ Em 1945, Alzira Soriano elegeu-se vereadora e até 1958 liderou a bancada da UDN, ocupando a presidência por diversas vezes.

social, riqueza, crenças religiosas ou idéias políticas”. O caminho estava aberto, e cabia às mulheres forjar as condições para percorrê-lo.

Conquistado o direito ao sufrágio feminino, o passo seguinte das feministas foi envolver o maior número de mulheres nas eleições para a Assembléia Constituinte, tanto para alistamento eleitoral, quanto para se candidatarem a cargos eletivos. A propaganda na imprensa foi um dos meios utilizados para convocar as mulheres a participarem desse novo momento político do país. Diziam elas através da imprensa: “Compete agora à mulher alistar-se eleitora para defender a si mesma, ao seu lar e melhorar as condições de vida de todos os brasileiros homens, mulheres, e crianças pela instituição das leis sábias” (Diário da Bahia, 14/10/1932).

Em 1933, surgiram as primeiras candidaturas para a Assembléia Nacional Constituinte. Bertha Lutz foi uma das oito mulheres a candidatar-se pelo Distrito Federal e, apesar de ter sido bem votada, não foi eleita. A médica Carlota Pereira de Queiroz foi a única candidata a obter sucesso, eleita por São Paulo, se tornou a única mulher a fazer parte do fechamento dos trabalhos da Constituição Federal de 1934. Nas eleições para assumir o Congresso Nacional enquanto deputada federal, em 1935, Carlota Pereira foi novamente eleita por São Paulo e Bertha Lutz ficou na suplência, assumindo-a em 1936, com a morte do deputado Cândido Pessoa.

A escritora e presidente da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, Edith Gama Abreu, foi convidada a compor a chapa de oposição ao governo de Juracy Magalhães, tornando-se candidata à Assembléia Constituinte pela Concentração Autonomista, cuja chapa foi intitulada “A Bahia ainda é a Bahia”, grupo liderado por Otávio Mangabeira e tendo nomes como J.J. Seabra e Moniz Sodré em suas primeiras fileiras.

O partido da situação, o PSD – Partido Social Democrático -, chegou ainda a oferecer uma vaga a alguma mulher feminista em sua legenda. Afirmava, através do Diário da Bahia (02/02/1933), que o partido podia perfeitamente, na sua bancada, incluir pelo menos uma delegada de pensamento feminino, lembrando que o grupo político poderia, se quisesse, eleger a unanimidade da bancada, mas queria um nome de mulher baiana em sua chapa. Para a escolha do nome, a reportagem sugeria que as feministas baianas fizessem um plebiscito e qualquer que fosse o nome escolhido, este seria acatado por aquele partido. Ao que parece, o convite foi ignorado e nenhum nome

foi indicado à vaga, o que demonstrava os limites da “neutralidade política” da Federação.

O momento político era delicado, em que pese o presidente do país Getúlio Vargas ter nomeado para o governo da Bahia o jovem tenente cearense Juracy Magalhães, fazendo com que a antiga oligarquia baiana se sentisse preterida. Esta escolha fez com que se formasse uma ampla frente de oposição ao governo, denominada de “Concentração Autonomista”, cujo objetivo era “libertar o estado do jugo militar e eleger um governo que fosse baiano.”

Para tanto, os opositores se utilizaram de forte propaganda e buscaram apoio dos mais diversos setores daquela sociedade, dentre eles a Igreja Católica – Liga Eleitoral Católica –, como também do feminismo baiano, representado pela Federação Bahiana, que, apesar de não declarar seu apoio ao movimento autonomista, deixava implícito a concordância com seus ideais, ao indicar sua presidente como candidata pela legenda. O resultado foi frustrante para o grupo oposicionista: dois dos seus candidatos foram eleitos e, dentre eles, não estava o de Edith Gama de Abreu. Enquanto do PSD, 20 dos seus candidatos conseguiram se eleger, ficando o partido mais forte do que nunca.

O II Congresso Nacional Feminista, ocorrido em Salvador entre o final do mês de agosto de setembro de 1934, teve como principal orientação o encaminhamento de nomes femininos, como sugestões aos partidos, para candidatas nas eleições à Câmara Estadual. Assim, o feminismo baiano passou a se articular em torno de candidaturas femininas para o cargo de deputada estadual. No Congresso Feminista, os nomes de Edith Gama e Maria Luiza Bittencourt foram os escolhidos como indicações feministas. As articulações tinham pressa. Assim, a advogada Maria Luiza Bittencourt, acompanhada pela professora Laurentina Pugas Tavares, foi, pessoalmente, ao encontro do governador Juracy Magalhães, solicitando a inclusão do nome da jovem advogada feminista na legenda do PSD. O governador acatou a sugestão.

A partir daí, Maria Luiza saiu em campanha, junto com a caravana do partido, pelo interior do estado. O Diário da Bahia dava cobertura aos comícios e visitas realizadas pela caravana, sempre citando a presença e partes dos discursos proferidos pela única candidata mulher da chapa. Nas eleições de 1934, Maria Luiza Bittencourt foi eleita, assumindo o cargo de deputada estadual em agosto de 1935, se tornando a

primeira – e na ocasião única – mulher a ocupar essa posição no estado, fato amplamente noticiado no Diário da Bahia.



Diário da Bahia, 20/08/1935
A Bahia entra hoje em nova fase constitucional

Eleita, a deputada conseguiu, junto ao governo do estado, incluir o nome da feminista Laurentina Pugas Tavares²⁵ na chapa do PSD para as eleições à Câmara Municipal. Laurentina foi eleita vereadora de Salvador, tomando posse em setembro 1936. O fato foi noticiado em primeira página, acompanhado de foto da nova vereadora e comentários sobre o ineditismo da situação.



Diário da Bahia, 05/09/1936
Câmara Municipal: estreou ontem a vereadora Laurentina Pugas

²⁵ Professora de Matemática no Instituto Normal por 35 anos. Aos 28 foi eleita vereadora e exerceu mais dois mandatos na Câmara Municipal de Salvador, onde era conhecida como o “homem da câmara”. Fez parte da Federação durante todo o período em que essa existiu no estado. (ALMEIDA, 1986, p.64-65)

Nas eleições federais, previstas para 1937, Juracy Magalhães, escrevendo para Bertha Lutz²⁶, em março daquele ano, expôs sua intenção de indicar a deputada Maria Luiza para a Câmara Federal pela Bahia, justificava sua escolha dizendo reconhecer os serviços prestados ao partido e o nome indicado por seu valor pessoal. Porém, para a Federação Bahiana a escolha do nome não estava definida, havia disputa interna entre dois nomes, a saber: Edith Gama e o de Maria Luiza.

O grupo estava dividido, cada facção ressaltava as qualidades de sua favorita e articulava, nos bastidores, para se definir qual nome enviar ao governador e este, por sua parte, enviar ao presidente. Como não conseguiram um acordo entre elas, resolveram, por fim, mandar um ofício ao governador, informando sobre as divergências e pondo em aberto a candidatura feminista, assegurando o apoio a qualquer nome proposto pelo partido (ALMEIDA, 1986). No entanto, o caso foi encerrado de maneira inusitada, já que não houve sequer eleições, tendo em vista que o país experimentou, em novembro daquele ano (1937), o golpe político liderado por Getúlio Vargas, implantando, assim, a ditadura do Estado Novo e eliminando todos os mecanismos democráticos que garantiriam eleições, bem como o fechamento do Congresso Nacional.

²⁶ Carta de Juracy Magalhães a Bertha Lutz, 02/03/1937, documentação da Federação Brasileira. Arquivo Nacional (ALMEIDA, 1986, p.102).

CAPÍTULO III

COBERTURA DA IMPRENSA: O DISCURSO FEMINISTA

A sociedade brasileira da primeira metade do século XX buscava estruturar a ordem social a partir das decisões dos sujeitos do sexo masculino, haja visto que somente eles podiam votar e serem votados no período. No entanto, o crescimento do número de mulheres circulando em espaços públicos, atuando e/ou reivindicando maior território de atuação em setores essenciais da sociedade, causava inquietações e preocupações, em determinados membros daquela sociedade.

As mulheres, questionando valores, conquistando espaços, reivindicando direitos e começando a se organizar em torno de um projeto de cunho feminista, alteravam as estruturas daquele mundo aparentemente organizado, causavam medo porque eram interpretados como uma ameaça a esse domínio masculino. Analisando aquele período no contexto da região Nordeste, Muniz afirma:

A emergência do movimento feminista e as mudanças de comportamento atribuídas às mulheres, trazidas pela vida urbana e pelo mundo que se modernizavam, pareciam ameaçar a dominação masculina de forma insuportável para homens que teriam sido educados numa ordem patriarcal (MUNIZ, 2003, p. 34).

Esse quadro de questionamentos e transgressões de fronteiras impostas às mulheres ameaçava uma dominação masculina que parecia algo inerente à natureza da vida social em que aqueles homens foram educados. A sociedade androcêntrica em que aqueles homens estavam habituados a viver começava a se mover e trepidar, fazendo sair certos objetos de seus antigos lugares, desorganizando aquilo que parecia estar situado na ordem das coisas e, por isso, não precisavam ser alterados.

Analisar esse abalo possibilita refletir sobre o quanto as relações de gênero, que se faziam crer, na época, enquanto algo natural, por isso inquestionáveis e imutáveis, são construções históricas e sociais em constante questionamento e transformações, que, como afirma Laurentis (1994, p. 209), vêm se efetuando ao longo do tempo, nos mais diversos ritmos, espaços e instâncias da vida. Portanto, é uma ação

dinâmica que ocorreu no passado, aqui estudado, quanto no presente, em que estamos vivendo.

O conceito de gênero apresentado neste trabalho é tributário da forma como Scott, na década de 1980, o definiu, compreendendo-o como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, também, uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1996, p.12).

Antes de Scott, Rubin publicou um trabalho que tornaria referência entre as feministas que se preocupavam em analisar as relações entre os sexos. No texto “Tráfico de Mulheres” (1975), Rubin elaborou e discutiu o conceito de “sistema de sexo/gênero”, definindo-o como um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana. Ao formular este conceito, ela criou um instrumento de análise que sugeria que o masculino e o feminino eram construções subjetivas de cada uma das espécies humana.

Scott (1996, p.11-15), apesar de ter concordado com Rubin quanto ao aspecto de construções sociais das relações entre homens e mulheres, foi além. Para ela, o conceito de “sistema de sexo/gênero”, como fora formulado por Rubin, dizia pouco, pois era um instrumental insuficiente para integrar ou mudar os paradigmas históricos existentes. Isto porque, somente da forma como estava posto, não explicava como as relações entre os sexos eram construídas e porque elas eram construídas de forma desigual, privilegiando o sujeito masculino. Não dizia, ainda, como funcionavam essas relações ou mesmo como poderiam ser modificadas.

Foi a partir dessas constatações que Scott ampliou o olhar dirigido, até então, a este objeto de análise e propôs uma definição que articulasse a noção de construção social com a noção de poder, presente no processo dessa produção. Scott elaborou o conceito de gênero, enquanto um instrumento útil, capaz de possibilitar análises que percebem que os papéis atribuídos a homens e mulheres, nas mais diversas sociedades e tempos históricos, são constituídos por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e que nessa construção as distribuições dos papéis se dão no interior de relações de poder.

Para Scott (1994, p.12), gênero significa o saber elaborado a respeito das diferenças sexuais; é a compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas; é um modo de ordenar o mundo e como tal não antecede à

organização social, mas é inseparável dela. Saber, pensado como algo relativo, cujos usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas.

Ao agregar tanto construção de saber quanto relação de poder em sua definição e instrumentalização de gênero, Scott possibilitou uma compreensão mais abrangente e eficiente das relações entre homens e mulheres ao longo da história e, dessa forma, para o período histórico analisado nesta pesquisa. Assim, pressupõe-se que na constituição das relações de gênero, no contexto das primeiras décadas do século XX, ocorreu assimetria de poder, através da qual a figura feminina encontrava-se em desvantagem em relação à masculina. Por essas relações serem um fenômeno social e histórico, portanto, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo, elas estavam sendo, naquele contexto, questionadas.

Identificamos e apontamos, através de artigos da imprensa analisados, algumas situações em que essas relações de gênero foram postas em suspenso, a partir de questionamentos e enfrentamentos de mulheres que, se apresentando enquanto feministas, terminaram por causar inquietações em pessoas que acreditavam na imobilidade e naturalização dos papéis e espaços atribuídos a cada um dos sujeitos, sejam eles homens e mulheres, e ao abalar certezas, causaram fissuras em paradigmas considerados firmes e seguros em seus pedestais.

Discutimos, então, expressões feministas que, ao reivindicar espaços e direitos até então negados às mulheres naquela sociedade, questionaram papéis e lugares, considerados “naturalmente” destinados a elas e, ao ocuparem diversas páginas de jornal da “grande imprensa” baiana, representada aqui pelo Diário da Bahia, ajudaram a imprimir um jeito de ser mulher na década de 1930, que ia de encontro ao modelo institucionalizado das relações de gênero.

Desse modo, ao evidenciar ações femininas de subversão da aparente ordem patriarcal preestabelecida, faz-se necessário questionar: até que ponto esse modelo, de fato, conseguiu enquadrar todas as mulheres e homens nele? Qual seu limite? Que brechas estavam presentes? Como integrar numa ordem tão fixa e definida relações tão dinâmicas e distintas como as existentes entre homens e mulheres?

Ao formular questões como essas, não está sendo negada a existência de relações desiguais de gênero na história, já comentadas anteriormente, mas refletindo o

seu alcance. Ao trazer à cena ações feministas, como as que estão presentes neste trabalho, e certa de que essas iniciativas perfazem apenas uma ou algumas das maneiras que as figuras do sexo feminino engendraram ações de resistências ao modelo de relações que se pretendia ter, procuro acentuar o quanto as relações humanas presentes nos mais variados contextos históricos são bem mais dinâmicas e complexas do que certos modelos prontos e simplistas querem impor.

Segundo Louro (1997, p. 37-38), os estudos feministas, por muito tempo, procuraram, como forma de denúncia, acentuar as formas de silenciamento e opressão a que as mulheres foram submetidas ao longo da história, definindo um esquema no qual o homem aparecia sempre como dominante e a mulher dominada. Porém, esse modelo de explicação trouxe como consequência certa cristalização da imagem de uma vitimização feminina.

Em estudos mais atuais, têm-se problematizado essa concepção e construído outras perspectivas de análise. Focaliza-se agora, por exemplo, formas e locais de resistência feminina, bem como os custos para os homens na manutenção do exercício de “superioridade” social. Essa nova postura ganhou reforço do filósofo Michel Foucault, especialmente, no que diz respeito à sua contribuição para as discussões sobre relações de poder.

Foucault contribui com essa discussão ao propor uma nova forma de conceber o poder, onde o poder não é pensado como um elemento que se possa ter propriedade, mas como algo a ser exercitado como estratégia. Seus efeitos de dominação não são atribuídos em decorrência de sua apropriação por alguns e total ausência em outros, mas pelo exercício manifestado através das disposições, manobras, técnicas, táticas e funcionamento que, ao serem postas em prática, se configuram em relações sempre tensas e sempre em atividade. Portanto, para Foucault:

Poder se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 2007b, p. 26).

Pensar poder a partir dessa concepção, é abrir mão da aceitação pura e simples de que apenas um lado de uma relação detém o poder e, o outro, está totalmente desprovido deste. Para Foucault (1988, p.89), “o poder não é algo que se adquire,

arrebate ou compartilhe algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”.

O que esse modo de pensar sugere é que o poder é exercido por todos os envolvidos numa relação. No caso das relações de gênero, de um lado, quase sempre, está a figura masculina, que, por questões históricas, sociais e culturais, exerce esse poder a partir de “estratégias”, “manobras” e “técnicas”, que tendem a provocar efeitos desiguais de poder, impondo uma vantagem em relação ao outro sujeito representado pela figura feminina.

No entanto, esse exercício e os efeitos que dele decorrem não são absolutos. Por isso, estão em alerta, pois todos os lados numa relação de poder estão em constante atividade de resistência, questionamento, aceitação, indiferença, manipulação etc. O exercício de poder, proposto por Foucault, se dá entre sujeitos em ação, por isso se configura, como ele afirma, em “relações tensas” e “sempre em atividade”. Isso ocorre porque, para ele,

Onde há poder há resistência e, no, entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos necessariamente “no” poder, que dele não se “escapa”, que não existe, relativamente a ele, exterior absoluto, [...]. Os pontos de resistências estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa [...]. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessários, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício [...]. (FOUCAULT, 1988, 91-92).

Desse modo, os estudos feministas, atrelados à corrente de pensamento pós-estruturalista, tendem a analisar as relações de gênero sob uma ótica que coloca homens e mulheres enquanto sujeitos que se configuram dentro de relação de poder e que, na constituição dessas relações, há constantes negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças de ambas as partes.

Discutir o contexto, atuação e posicionamentos de mulheres e homens, no que diz respeito aos direitos e papéis do sexo feminino, na sociedade baiana da década de 1930, e analisar a ação do feminismo ao aceitar, ignorar e/ou negociar certos lugares impostos a esse sujeito, é contribuir na reconstrução das relações de poder existentes nas

relações de gênero da época. Implica, também, na aceitação do desafio que Scott lançou ao definir gênero enquanto ‘categoria útil de análise histórica’. É uma tentativa de fazer esse exercício reconhecendo que as realidades são múltiplas e que nelas ocorrem processos históricos e políticos através dos quais é possível analisar como as diferenças sexuais ganharam significados e como estes foram sendo recriados e criticados nos mais diversos contextos históricos.

Ao discutir o feminismo, representado através do discurso da imprensa, aqui apresentado, é explicitar o quanto categorias como “mulheres” e “homens” são instáveis e maleáveis, o quanto os significados atribuídos às diferenças sexuais são variáveis e contraditórios e, ainda, o quanto essas variações e instabilidades são criadas e recriadas ao longo do tempo e nos mais diversos espaços históricos. Essa dinâmica ocorre porque os significados atribuídos aos sujeitos sejam eles de que sexo for, não se sustentam, nem dão conta de explicar a pluralidade de sujeitos que compõem a identidade humana.

Essa afirmação está respaldada em teorias sustentadas por feministas como Judith Butler, Linda Nicholson, Teresa Lauretis, Chantal Mouffe, dentre outras, que, ao utilizarem pressupostos do pensamento pós-estruturalista, defendem a desconstrução do sujeito, não sua morte, como muitos a acusam, mas sua redefinição. Ocorre, na verdade, um repensar sobre a categoria sujeito, pois essas teóricas feministas concebem a necessidade do abandono de certas categorias que essencializam os sujeitos, colocando em evidência a arrogância, os limites e a inviabilidade do sujeito enquanto centro unificado e homogêneo de todas as experiências e desejos das diversas posições de sujeitos.²⁷

A idéia de um ser humano centrado, unificado e coeso é herança da concepção do sujeito do Iluminismo, cuja crença afirma que o sujeito carrega seu “centro essencial” desde o nascimento e, apesar de ir se desenvolvendo ao longo de sua existência, permanece essencialmente o mesmo ao longo da vida, visto que seu “centro”, ou seja, sua identidade se apresenta como fixa e unificada. Assim, todos os homens são “equivalentes na sua essência, por conta de uma igualdade fundamental que

²⁷ BUTLER, Judith. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*. Caderno Pagu, (11) 1998, p.19-22. NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, 2000, p.11-12. DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In. HOLLANDA, H. Buarque de (Org.). *Tendências e impasses como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.207-208. MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva. 1993 p.32-48.

extrapola quaisquer diferenças grupais ou individuais.” (MONTEIRO, 2002. p. 243-244).

A recusa feminista da essência do sujeito permite perceber que há diferentes formas da experiência de ser mulher, assim como a impossibilidade de unificar todas essas formas em uma única categoria feminina. Busca saídas explicativas para as desigualdades entre os gêneros e no interior de cada gênero, pois não basta dizer que as mulheres são diferentes dos homens desse ou daquele jeito, porque isso é dizer que as mulheres são “desse ou daquele jeito”.

Para Scott (1994, p. 11-17), o conceito de gênero, capaz de considerar diversidade de experiências presentes em qualquer sujeito humano, precisa de uma teoria que lhe dê suporte. Essa teoria é o pós-estruturalismo, na medida em que permite questionar as categorias unitárias e universais e tornar históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais, como, por exemplo, “homem” e “mulher”.

O discurso e a crítica pós-moderna exercem um forte fascínio junto à teoria feminista e são um forte aliado do feminismo. Eles permitem a emergência de outras vozes previamente oprimidas pelos discursos que se pretendiam universais. Segundo Sorj (1992, p.19-20), o discurso feminista, mais afinado com o pós-modernismo, volta sua atenção para as formas específicas de experienciar o mundo e os outros traços de personalidade daí decorrentes. No entanto, a autora chama atenção para alguns perigos que o pensamento pós-moderno pode causar à teoria feminista, como o esvaziamento da subjetividade da resistência à normalidade patriarcal e capitalista da vida cotidiana.

É pertinente, portanto, fazer algumas considerações a respeito da suspeita alegada por Sorj quanto à possibilidade de “esvaziamento de subjetividade” que o discurso pós-moderno provocaria, o que inviabiliza o caráter de resistência do feminismo. Faz-se necessário refletir sobre algumas questões: até que ponto esse pensamento de fato “esvazia” a ação política do feminismo? Ele de fato, faz do sujeito do feminismo algo que não existe, mata este sujeito ou apenas permite ressignificar a categoria de identidade? Perceber a fragmentação de interesses e experiências das categorias mulheres e homens é aniquilar estas categorias ou é reconhecer nelas a impossibilidade de uma homogeneização que dê conta das diferenças certamente aí presentes? Identificar essa impossibilidade é anunciar a morte do feminismo, enquanto movimento social, ou é buscar saídas, no sentido de fazer dele mais inclusivo e sensível

às diversas demandas, que o desenvolvimento do próprio movimento feminista pôs em evidência ao longo de sua trajetória?

Teóricas feministas, consideradas pensadoras pós-estruturalistas, ao defenderem a desconstrução do sujeito, declaram que não defendem a morte deste, mas o abandono de certas categorias que essencializam estes sujeitos. Todas elas, enquanto feministas, se mantêm preocupadas com a ação política desses novos ou ressignificados sujeitos, que surgem a partir da crítica pós-estruturalista, e lutam para superar os estados de discriminação e desigualdade de gênero, sexo, raça, classe e outros a que nossa sociedade está submetida. Elas promovem, porém, deslocamentos que inquietam certas formas estruturadas de pensamento. Hita sintetiza esta posição ao afirmar:

Ao invés de afirmarem ou defenderem uma identidade fixada a priori, que defina aqueles que poderão representar a diversidade de facções em questão, como ocorreu com teorias tradicionais do sujeito, muitas dessas autoras propõem pensarmos em termos como “coalizão, conexão ou afinidades”, que continuam nos remetendo àquela idéia de agenciamento da teoria tradicional de identidade. Estas “políticas de coalizão”(…) estariam produzindo um “novo tipo de identidade” como “efeito”, resultado dos processos de negociações e conexões entre distintos grupos ou facções em conjunturas determinadas (HITA, 2002, p. 231).

Butler (1998, p.19-22), em resposta às críticas mais comuns, afirma que o pós-estruturalismo não é o advento de um relativismo niilista, incapaz de oferecer normas, mas é pré-condição de uma crítica politicamente engajada, isso porque ele se propõe a interrogar movimentos teóricos que estabelecem fundamentos inquestionáveis e que terminam por autorizar exclusões ou privar direitos. Dessa forma, o pensamento pós-estruturalista, na medida em que oferece um modo de crítica e efetua essa contestação, pode ser usado como parte de uma agenda radical do feminismo.

Tratando a questão da configuração do sujeito, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista feminista, fica evidente que nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida e que a crítica ao sujeito não é a negação deste, mas um modo de interrogar sua construção como premissa fundamentalista ou dada de antemão. Butler (1998, p.22-25), citando Scott, afirma que é “politicamente necessário remontar às origens das operações de construção dos sujeitos e dos apagamentos das operações de exclusões que remetem sua construção”. Com isso, ela responde às inquietações de muitas feministas contrárias ao pós-estruturalismo, por alegarem que este evoca a “morte do sujeito”.

Ao tomar a construção do sujeito como uma problemática política, não se estar acabando com o sujeito; desconstruir um conceito não é a mesma coisa que negar ou jogar fora este conceito. Ao contrário, a desconstrução implica somente que sejam suspensos todos os compromissos com aquilo a que o termo “o sujeito” se refere, e que examinemos as funções lingüísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade.

Compartilhamos da idéia defendida por Butler (1998, p. 34-38), de que “desconstruir o sujeito do feminismo não é censurar sua utilização”, mas, ao contrário, é “liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir”. Pôr um pressuposto em questão não é suprimi-lo; é, antes, “libertá-lo de sua morada metafísica”. Portanto, desconstruir a categoria “mulher” não é abandonar esta categoria; é, apenas, ressignificá-la. Trata-se, portanto, de um equívoco pensar que a desconstrução de categorias como “mulher” signifique a inexistência das mulheres. O sujeito do feminismo continua a existir; apenas passa a ser compreendido como algo que é construído discursivamente em contextos políticos específicos, a partir de articulações e coalizões das mais diversas.

É isto que Nicholson (2000, p. 37-38) evidencia ao definir “política de coalizão” enquanto um fenômeno que ocorre em grupos com interesses definidos, que se unem em caráter temporário em torno de benefícios mútuos. Essa forma de agir, continua ela, pode ser pensada também em relação à política feminista interna, ou seja, é possível pensar uma política feminista como a união daqueles que querem trabalhar em torno das necessidades das “mulheres”, não sendo tal conceito necessariamente entendido num sentido específico ou consensual.

A idéia é que se congreguem diferentes necessidades dos grupos que constituem a coalizão e reivindicações específicas em torno das quais grupos diferentes temporariamente se unem. Dessa forma, continua-se a usar o termo “mulheres”, mas não como baseado numa realidade dada, mas a partir daquelas que surgem em lugares e contextos específicos. Estas “mulheres”, portanto, são atos políticos que refletem os contextos dos quais emergem e os futuros que gostariam de ver.

São também significativas as contribuições da feminista Chantal Mouff (1993, p.32-38), para o debate quando trata da impossibilidade da existência do sujeito como

agente racional, transparente, composto por uma unidade. Ela defende a dimensão múltipla de todo e qualquer sujeito. Um indivíduo isolado, afirma, pode ser portador desta multiplicidade, ser dominante em uma relação e estar subordinado em outra. Por isso, um agente social, ou uma entidade constituída por um conjunto de “posições de sujeito”, que não podem estar nunca totalmente fixada.

A “identidade” do sujeito é, portanto, múltipla e contraditória, é contingente e precária, fixada temporalmente na interseção das posições de sujeito e dependente das formas específicas de identificação. Conclui afirmando que a ausência de uma unidade prévia da “condição feminina” não impede a construção de múltiplas formas de unidade e de ação comum. As fixações parciais e a criação de “pontos nodais” podem estabelecer formas precárias de identificação ao redor da categoria “mulheres”, que proporciona a base para uma identidade e luta feminista (MOUFF, 1993, p.42-48).

Desse modo, as contribuições produzidas pela teoria feminista atual, mais atreladas ao pensamento pós-estruturalista, em relação à categoria de análise gênero, à questão da (in)existência do sujeito simples, essencial e universal que limitava a compreensão da configuração do sujeito mulher e a inserção de exercício de poder em ambos os pólos de qualquer relação de gênero, foram de grande importância para a análise e reflexão que é desenvolvida neste trabalho.

Mulheres e homens que viveram na Bahia da década de 1930, momento de intenso questionamento das relações de gênero, imprimiram novas e criativas formas de experiências, pondo em choque configurações de sujeito preestabelecidas e posições predefinidas que estes deveriam ocupar em qualquer relação em que se encontrassem. Algumas mulheres da primeira metade do século XX ousaram inventar um cotidiano diferente daquele que a norma previa e, ao fazerem isso, possibilitaram a construção de outras formas de ser mulher na época.

3.1 A Federação Bahiana caracteriza seu o feminismo

Na leitura e no acompanhamento cotidiano de reportagens que faziam referência sobre o feminismo na Bahia no jornal Diário da Bahia entre os anos de 1931 a 1937,

quatro aspectos da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino chamam a atenção, pela insistência no aparecimento e ênfase na argumentação. São eles: o perfil “bem comportado” do movimento; a perfeita compatibilidade entre feminismo e religião; a estreita relação entre ser feminista e cultivar papéis tradicionais destinadas à mulher; e, por fim, a negação de quaisquer possibilidades de vinculação das idéias feministas com ideais comunistas.

A Federação Bahiana manteve-se em funcionamento por mais de uma década, porém, bem antes do encerramento de suas atividades, ocorrido em 1948, ela já havia diminuído consideravelmente sua atuação.²⁸ A partir de 1937, com a implantação do Estado Novo, as ações da entidade estavam praticamente limitadas a obras de assistência social. Como é atestado por Maria Amélia de Almeida:

Era de sobrevivência o esforço que o pequeno grupo de mulheres vinha fazendo. As reuniões escasseavam e, em 1945, a presidente já explicitava a desanimação reinante, propondo, inclusive, que fosse dirigido um apelo ao governo solicitando uma subvenção, dada a situação difícil em que se encontrava a Federação. Embasava sua proposta com a justificativa de se tratar de uma associação de caráter beneficente e cultural, ótica descartada nos anos mais quentes das atividades feministas (ALMEIDA, 1988, p.36-37).

Assim, é rico o estudo e análise, principalmente, dos primeiros anos da Federação: 1931 a 1937, período fértil em ações e discursos, por isso mesmo de fundamental importância no que diz respeito à construção de uma visibilidade e uma dizibilidade sobre o feminismo na Bahia no contexto da primeira metade do século XX.

A imprensa escrita cumpriu, neste momento, um papel fundamental, tendo se tornado um canal privilegiado de divulgação das propostas, reivindicações, ações e ideais feministas no estado. Analisar esses discursos possibilita reconstruir a forma como aquele feminismo se apresentava e era apresentado à sociedade da época, permitindo perceber quais configurações foram impressas e que seleção de idéias forjou um feminismo possível naquele contexto.

²⁸ Segundo Maria Amélia Almeida, 1948 foi o ano da última ata da federação encontrada por ela. Ressalta, porém, que não há referência nesta ata quanto ao encerramento das atividades, mas como não encontrou mais registro sobre a Federação desde então, considera este ano como sendo aquele que marca o fim desta filial no estado (ALMEIDA, 1988, p.29).

Concebo os discursos neste trabalho como mais que um conjunto de signos. Eles são práticas que formam sistematicamente os objetos sobre os quais falam. Assim, os discursos publicados na imprensa sobre o movimento feminista são analisados neste texto enquanto “práticas discursivas”, ou seja, como

Conjuntos de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma determinada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007a, p. 157).

Desse modo, analisá-los é perceber o que os tornam possíveis, porque eles e não outros discursos emergiram naquele contexto histórico e que articulação é possível ser feita entre o acontecimento discursivo com o não-discursivo, entre as formações discursivas e as não-discursivas da época em destaque.

Um primeiro aspecto a ser considerado era a necessidade, na época, de tranquilizar aquela sociedade quanto aos objetivos propostos e ações previstas para o movimento que ora surgia na Bahia. Os traços que deram a forma ao feminismo baiano da década 30 buscavam definir imagem de um movimento “moderado” e “bem comportado”, talvez para marcar a diferença entre o feminismo que ali se inaugurava com aquele, de matriz inglesa, propagado pela imprensa num passado ainda recente.

Segundo Costa (2006, p.120), as idéias feministas teriam chegado à Bahia principalmente por jornais, quando no início da década de 1910 foi publicada, nos grandes jornais de Salvador, uma série de matérias relatando ações das feministas inglesas durante a luta pela conquista do sufrágio feminino em seu país. Era apontada a radicalidade daquele movimento, citando atitudes de algumas militantes sufragistas que incendiavam edifícios, destruíam vitrines, estações ferroviárias e vagões de mercadorias.

A matriz histórica dessa primeira manifestação feminista na Bahia foi, portanto, marcada pela rebeldia e utilização de atos de terrorismo como principal tática de luta para chamar a atenção sobre a condição da mulher. Amélia Teixeira Tosta²⁹, ou Lili

²⁹ Amélia Teixeira Tosta, mais conhecida por Lili Tosta, foi morar em Londres em 1911, com 13 anos de idade, só retornou com a morte de seu pai, em 1919 (VIEIRA, 2002, p.131). Não foi encontrada maiores referência sobre a vida dessa importante figura feminista, É dela a maioria de artigos publicados no DB sobre o movimento. Não encontrei nada que faça referência sobre sua vida pessoal, profissional e militância. Silêncio que deixa uma lacuna e causa estranhamento e curiosidade.

Tosta, morou na Inglaterra entre os anos de 1911 a 1919, presenciou algumas ações do movimento feminista inglês e relatou em alguns artigos o que assistiu por lá, para, em seguida, mostrar-se radicalmente contrária a esse tipo de feminismo.

Morávamos, então, em Londres e tivemos a oportunidade de assistir a cenas realmente deprimentes para o belo sexo. Uma vez, elas quiseram penetrar no recinto do Parlamento inglês, cuja entrada era vedada às mulheres. Arranjaram um caminhão fechado, esconderam-se nele umas vinte e tantas “sufragetes”, dirigiram-se para o Parlamento lá à força física, em luta braçal com guardas tentaram penetrar no edifício. Foi uma balbúrdia. A polícia pediu reforço e depois de alguns momentos de grande ridículo, os guardas conseguiram levá-las para a polícia a fim de se explicarem (Diário da Bahia, 26/03/31).

Ao utilizar-se de exemplos dessa natureza, o feminismo baiano queria marcar sua posição contrária a esse tipo de luta. Nas palavras de Lili Tosta, as feministas que agiam assim eram “sufragetes guerreiras afoitas e desvairadas”, que procuraram, “erradamente, obter os seus direitos à força armada”. Evidenciava, portanto, que o feminismo que ora se instalava era de natureza diferente daquele experimentado por certos grupos de feministas inglesas. Desvincular a imagem do feminismo que a Federação Bahiana pregava com aquele propagado num passado ainda recente, e estabelecer um perfil “bem comportando” ao movimento que ali surgia, era tarefa fundamental para a conquista do acolhimento desejado e apoio necessário à instalação e bom trânsito do movimento no estado.

O segundo aspecto que chama a atenção é o caráter religioso que emergia nas falas das feministas. A vinculação da luta feminista com os valores da religião era recorrente no discurso daquelas feministas, muito embora elas pregassem neutralidade nessa questão. Em julho de 1932, por exemplo, foi publicada uma reportagem com o título “Feminismo e religião”, no qual Lili Tosta argumentava o quanto o feminismo necessitava “de uma neutralidade absoluta em questões religiosas”, o que para ela seria requisito fundamental para “manter a feição universal e internacional” do movimento.

Ao passo que buscava convencer quanto à suposta “neutralidade” religiosa do grupo, Lili Tosta expunha argumentos que demonstravam a “natural” compatibilidade entre ser feminista e ser religiosa. Tática usada, provavelmente, para convencer as “distintas senhoras” daquela sociedade, em sua maioria católicas praticantes, de que elas

poderiam ser feministas sem, com isso, ferir os preceitos e dogmas da religião, nem abalar sua fé. Lili esclarecia a situação da seguinte forma:

Na verdade, não vemos discórdia entre o Catolicismo e o Feminismo. A Religião trabalha pelo bem físico, moral e social do indivíduo. Assim também o Feminismo! A Religião deseja o aperfeiçoamento e a elevação da Família. Para isso trabalha o Feminismo! A Religião manda aos seus adeptos que tenham amor e caridade ao próximo. O mesmo exige o Feminismo de suas adeptas! A Religião aconselha o amor à pátria. O Feminismo prega o amor pátrio! (...) Venham, pois, as católicas praticantes colocar-se nas nossas fileiras e verão que, como nós, se sentirão perfeitamente à vontade (Diário da Bahia, 28-07-1932).

A marca da religião presente nesses discursos, pode ser tributária da formação religiosa de algumas das líderes do movimento baiano, que, a exemplo da presidente Edith Gama Abreu, estudaram em colégio de freiras, o que, certamente, deve ter influenciado na construção de seus valores e percepção do mundo daquelas mulheres.

Além disso, ao realçar certos valores comuns entre feminismo e religião, essas feministas estavam buscando argumentos que contribuíssem para aumentar a penetração e aceitação do movimento em certos círculos mais tradicionais e conservadores daquela sociedade. Elas próprias eram, em grande parte, provenientes de famílias tradicionais e, que, em sua maioria, professavam a fé católica. Desse modo, buscar alianças e apoio na religião, certamente, fortalecia o grupo e as protegia de possíveis comentários; ajudava, portanto, a assegurar seus lugares de “senhoras de respeito.”

Segundo Passos (1993, p.19), o feminismo ligado à Federação, por ter se configurado enquanto um movimento “moderado”, teve grande acolhida da Igreja, visto que ela não via nenhum perigo para o modelo de família defendido pela religião. E, ainda, representava um novo aliado nas obras sociais católicas, uma vez que o mesmo se identificava com aquelas ações beneficentes que as mulheres vinham assumindo na sociedade por intermédio da Igreja.

Lili Lages, líder da Federação de Alagoas, escrevendo para o Diário da Bahia em 1931, ajudou a reafirmar essa visão:

Não existe incompatibilidade entre o feminismo e a religião (...). O feminismo que não desintegra a mulher do lar, esse terá sempre as bênçãos da Igreja. (...) Ela não é indiferente às

transformações políticas e sociais que agitam o mundo. Por isso, a Igreja abençoa a mulher que trabalha para viver honradamente, no escritório comercial, datilógrafo e contabilista. (...) Como também a que vai purificar as urnas com sua fé intencional, e participar da vida pública do país. (Diário da Bahia, 22-04-1931).

Esse caráter religioso que a Federação buscava imprimir à luta por ela empreendida não foi uma tendência exclusiva do movimento feminista baiano. Galvão Neta (2001, p.108), pesquisando sobre o feminismo em Pernambuco das décadas de 1920 e 1930, percebeu essa mesma tendência, uma vez que “o feminismo das mulheres pernambucanas era pautado pelas normas da Igreja Católica.”

Por fim, Besse (1999, p.198), analisando o caráter moderado do movimento feminista brasileiro e do grupo liderado por Bertha Lutz, afirma que “as metas e táticas de muitas das organizações afiliadas à FBPF refletiam mais estritamente os pressupostos e os ideais da Igreja Católica do que o programa feminista secular de Bertha Lutz.”

O terceiro elemento marcante impresso pelo feminismo baiano foi aquele que afirmava ser a mulher a pessoa mais “naturalmente” ligada ao lar, filhos e família, e que, portanto, a conquista de sua emancipação não a desviaria deste preestabelecido destino. Esse aspecto foi o que com maior insistência apareceu nas linhas escritas sobre o feminismo. Era como se este argumento surgisse em resposta ao temor daqueles que afirmavam que, quando as mulheres assumissem papéis no mundo político ou mesmo encargos ligados ao espaço público, iriam “abandonar” o lar, a família e filhos, ou seja, negariam as responsabilidades “inerentes” ao seu sexo.

As mulheres que formavam o feminismo baiano, assim como as da Federação Brasileira, eram basicamente de classe média e alta da sociedade. Eram as esposas e filhas dos representantes das famílias mais tradicionais, que engrossavam as fileiras daquele grupo. Para elas, portanto, a família era a principal instituição responsável pelo desenvolvimento moral daquela sociedade. Assim, é perfeitamente compreensível que elas estivessem integradas, junto com outros setores daquela sociedade, na luta pela preservação dos valores familiares ligados ao cultivo da moral e obediência às tradições, considerados sagrados e fundamentais na manutenção da família. Desse modo,

aceitavam que, de fato, cabia às mulheres o papel de preservar e reproduzir esses valores (COSTA & BRANDÃO, 2000, p. 157).

Tais mulheres, sujeitas históricas, situadas em seu tempo e espaço, tiveram de lidar com o duro desafio de, ao tempo que promoviam elementos de ruptura, conviver com as permanências, e souberam lidar com eles tanto no sentido de apontar para uma transformação radical na sua condição feminina, quanto no reforço dos papéis tradicionais destinados a ela.

O medo de que esse feminismo pudesse alterar certas “leis naturais” que regiam a relação entre homens e mulheres era o obstáculo mais difícil de transpor para atingir a aceitação desejada. Era um desafio desfazer esse temor. E, mais uma vez, o canal era a propaganda esclarecedora e convincente na imprensa, papel que Lili Tosta exerceu com brilhantismo. Em um dos tantos artigos sobre essa questão, ela registrou:

Santo Deus!! Exclamarão os nossos adversários. E os nossos lares, como ficarão?! Adeus, família!!! Adeus lar!!! Quem tomará conta dos nossos filhos?! Quem cuidará dos nossos pequenos confortos?! Não haverá perigo! Em primeiro lugar, as leis naturais são imutáveis. (...) Em geral, isto sem profetizar, prevemos que a maioria das mulheres, no futuro, como as de todos os séculos passados, escolherão naturalmente, a profissão de mãe de família e de dona de casa (Diário da Bahia, 22-09-1931).

Nessa cruzada precisavam se fazer presentes, não apenas as mulheres, principais interessadas, por isso elementos suspeitos, mas, também, homens. Eles sim, possíveis, vítimas dessas mudanças, precisavam dar seus depoimentos. Vozes autorizadas, capazes de dotar de maior legitimidade à causa. Álvaro de Alencastro foi um desses homens que “falavam de bom gosto do feminismo”. E, em 1931, ele assinou oito artigos intitulados “*Feminismo*”, que, saindo em série, ia construindo seus argumentos a favor da luta feminista e apontando os motivos pelos quais ele, enquanto “representante do sexo forte”, era a favor daquela bandeira. Ele falava, especialmente, para seus pares, ou seja, para outros leitores do sexo masculino, atitude que, certamente, deve ter produzido algum efeito positivo junto a outros homens na aceitação do movimento naquela sociedade.

Em seus textos, Alencastro tentava elucidar os “mal entendidos”, apontar vantagens, ressaltar os cuidados necessários e chamar atenção para importância daquela “justa manifestação”.

Podemos ficar descansados que não haverá deserções do lar. Os tímidos devem acalmar-se diante do advento do feminismo. Tudo ficará nos seus eixos. Não haverá deslocamentos. Nem perturbações. Nem crimes. Nem suicídios. Nem adultérios. Nem infanticídios. A máquina eleitoral ou administrativa marchará como dantes, sem trepidações. A vida continuará na sua normalidade, pela trajetória antiga. O contingente vem ordeiro. Bem intencionado. Magnificamente orientado (Diário da Bahia, 26-02-1931).

Hélio de Prager Fróes, em outro artigo, intitulado “*A iniciativa da mulher bahiana*”, complementava e reforçava o raciocínio empregado por Álvaro de Alencastro, alertando para qual feminismo convinha dar apoio. Afirma ele:

O feminismo precisa ser bem compreendido para poder prosperar(...) O Movimento feminista não visa conseguir que a mulher arremede ou iguale o homem em todas as suas ações; mas aspira a instrução da mulher, a sua liberdade de pensamento e o direito ao voto. (...) Trabalhe, pois, feministas baianas, constrói na mente o ideal da liberdade e lute pela conquista dos direitos que até então vos negaram, nunca esquecendo os deveres inerentes ao vosso sexo. Os homens e as mulheres estão na obrigação de apoiar e ajudar a realização do verdadeiro, combatendo o falso feminismo. (Diário da Bahia, 05-04-1931) (grifos nossos)

Era necessário eliminar os medos e convencer os adversários. Era necessário mostrar que o “verdadeiro feminismo”, aquele praticado pelas mulheres à frente da Federação, não iria fazer com que as mulheres dessem adeus ao lar, família e filhos. Não importava em que campo recaíssem as dúvidas ou acusação, as feministas estavam atentas e preparadas para responder. Afinal, a saída da mulher do espaço doméstico para ocupar postos no espaço público e a mobilização dessas em grupos organizados sinalizavam mudanças que assustavam e inspiravam cuidados daqueles representantes da velha ordem patriarcal.

O último aspecto diz respeito às suspeitas apontadas contra o feminismo de que ele, por pregar o alargamento de direitos, pudesse ter algum tipo de ligação com o comunismo, corrente política contrária aos interesses da classe média e alta da sociedade. Fazia-se necessário desfazer essa falsa acusação e novamente argumentar contra mais essa inverdade. Lili Tosta, em um artigo intitulado “O feminismo não é bolchevismo, nem comunismo” se encarregou de discutir esse delicado tema. Afirmava ela:

O movimento feminista nada tem em comum com o bolchevismo ou comunismo. Não queremos modificar as leis que nos governam. Estamos dentro da lei, obedecendo à lei, trabalhamos pela lei. O que desejamos é a igualdade completa do homem e da mulher perante essas mesmas leis que já existem e nos governam! Não queremos a anarquia, nem abraçamos princípios comunistas, nem nos preocupamos com estes problemas (Diário da Bahia, 16-12-1931).

Ainda neste artigo, ela informava, para que não restasse a menor dúvida entre os leitores, em qual alicerce estava erguido o feminismo:

Eis aqui, gentis leitores, em que consiste o feminismo.
 Nada de bolchevismo, nem comunismos!
 Nada de prejudicar os homens, nem lhes roubar uma parcela, sequer, de seus direitos!
 Nada que prejudique os nossos irmãos, filhos da mesma pátria, defensores da mesma terra!
 Nenhum ato, nenhum esforço fora da lei!
 Argumentamos com a lei; trabalhamos pela execução escrupulosa da lei; lutamos pela lei; queremos a lei; sempre a lei (Diário da Bahia, 16-12-1931).

O cuidado e a atenção com o uso das palavras são perceptíveis. A forma como era explicada e exposta cada expressão era mais um mecanismo utilizado para deixar evidente a intenção política da luta feminista. Esta, portanto, possuía um caráter muito mais de reforma da estrutura social e política, do que de rompimento com a ordem vigente, até porque, como já mencionado anteriormente, as mulheres que estavam à frente desse movimento eram também representantes dessa mesma ordem, viviam, foram educadas e estavam incorporadas a ela. Daí desejarem, tão somente, participar integralmente e não destruí-la.

Segundo Costa (1981, p.66) as reivindicações da Federação estavam coerentes com os princípios do feminismo burguês, pois a proposta não era questionar o sistema político vigente como responsável por manter a opressão feminina, bastando avançar criando leis adequadas e fazer cumprir as já existentes para que houvesse condições necessárias para a efetiva emancipação feminina.

Desse modo, a luta feminista ligada à Federação Bahiana impressa no jornal Diário da Bahia na década de 30 do século passado não se caracterizava por questionar papéis tradicionais das mulheres enquanto mães, esposas e donas de casa; nem questionar o sistema político e econômico vigente, mas buscar convencer a sociedade de que era possível conviver, naquele modelo vigente, com antigas e novas demandas no que dizia respeito às relações de gênero.

Agindo dessa forma, ou seja, conciliando continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas, o feminismo conseguiu se estruturar e se inserir em certos espaços, obtendo apoio e conquistando certa projeção local. Acreditamos, portanto, que as feministas de Federação Bahiana agiram taticamente, com os aqueles elementos que podiam dispor.

Quando nos referimos a esse “agir tático“, manipulamos o conceito de tática pensando a partir da instrumentalização que Certeau (1994, p. 99-102) faz desta categoria. Para ele, tática é uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Ela não tem por lugar senão o do outro e, por isso, joga com o terreno que lhe é imposto.

A tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado. Assim, atitudes como a de frisar, naquele momento e para o público, que pretendia atingir certas compatibilidades entre feminismo e religião, entre ser feminista e não abrir mão das tradicionais funções femininas e demarcar a total incompatibilidade com o comunismo foram ações táticas das feministas que permitiram abrir portas por onde elas puderam entrar e impedir que outras, já abertas, fossem fechadas.

Soihet (2006, p.97) chama atenção para o pecado do anacronismo que muitos cometem ao analisar algumas das dimensões da questão de gênero presentes no movimento feminista, a partir das experiências propiciadas e decodificadas em outros momentos históricos, por isso julgar e criticar a mistificação da família ou do papel feminino no lar na argumentação em defesa da conquista dos direitos políticos e

profissionais da mulher é ignorar o contexto histórico a que aqueles sujeitos estavam inseridos. É não levar em consideração os limites impostos àquelas mulheres e o terreno movediço e delicado que o feminismo daquela época tinha para transitar, é deixar de valorizar as possibilidades de atuação criadas por elas justamente por ter se utilizado de meios, hoje considerados pouco “feministas”, mas que no período era perfeitamente integrado ao que elas consideravam feminismo.

3.2 Feminismo – a mulher de hoje, por Violeta de Alcântara Carreiro

A partir do final do ano de 1932, o Diário da Bahia praticamente não divulgou mais artigos de feministas ligadas à Federação Bahiana. Nomes como o de Lili Tosta, depois ter tido lugar quase que cotidianamente nas páginas daquele jornal, simplesmente desapareceram e a quantidade de notícias sobre ações daquela entidade diminuiu consideravelmente no periódico, chegando ao ponto de, em 1934, praticamente não existir.

Os poucos momentos noticiados sobre o feminismo local se resumiram a praticamente dois: o primeiro, para informar sobre as comemorações de aniversário de fundação daquela instituição, até 1935, não havendo mais esse tipo de informação nos anos subsequentes;³⁰ o segundo, quando da realização da II Convenção Nacional Feminista, ocorrida em Salvador entre os dias 27 de agosto a 1º de setembro de 1934, com reportagens convidando a sociedade para participar, dando a programação do evento, o encerramento e acompanhando o retorno de personalidades de destaque do feminismo nacional, como Bertha Lutz.³¹

Ainda assim, apesar do evento ter ocorrido no estado e a filial baiana ter se destacado na divulgação e organização do mesmo, esta praticamente não foi

³⁰ 08/04/1934 – “O terceiro aniversário da Federação Feminina da Bahia será comemorado amanhã” e 07/04/1935 - “A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino comemora seu aniversário de fundação”. No jornal de 1933, não foi possível saber se foi divulgada a programação de aniversário porque os dias 6 a 10 de abril não estavam disponíveis para consulta.

³¹ 22/08/1934 – “Convenção Nacional Feminista”, 30/08/1934 – “Instala-se a Segunda Convenção Nacional Feminista – a chegada de Bertha Lutz e o programa da solenidade”; 31/08/1934 – “Encerra com grande solenidade o certame de Bertha Lutz”; 01/09/1934 – “Encerrou solenemente a 2ª Convenção Nacional Feminista”; e 04/09/1934 – “Concluída a convenção, regressaram os congressistas.”

mencionada nas poucas matérias que deram cobertura ao evento. As atenções se voltaram basicamente para as convidadas do Distrito Federal.

O jornal, ainda que não noticiasse sobre o feminismo local, não deixava de ser simpático à causa feminista. A questão era, de fato, com o feminismo e/ou as feministas do estado, pois a temática feminista continuava a ser freqüente nas páginas do Diário da Bahia, porém não era dado mais espaço às vozes representativas do feminismo local; vozes que antes eram constantemente solicitadas a falar sobre a luta pela emancipação da mulher, não eram mais ouvidas. Dessa forma, o acompanhamento pormenorizado das idéias e ações do feminismo baiano, representado pela Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, fora silenciado por aquele órgão de imprensa.

A única figura representativa do feminismo baiano a ganhar, a partir de 1934, algum espaço nas páginas daquele jornal foi a bacharel em Direito Maria Luiza Bittencourt. Mesmo ela sendo uma referência da Federação, o jornal não mais fazia menção a essa vinculação, preferindo ressaltar o lançamento, em setembro daquele ano, de sua candidatura a deputada estadual pela legenda do Partido Social Democrático – PSD –, agremiação política que o Diário da Bahia, naquele período, dava total apoio, até porque se encontrava na direção do jornal o presidente do partido, o senador Pacheco de Oliveira.

Certo que foi em nome da Federação Bahiana que solicitou junto ao governador Juracy Magalhães a indicação do nome de Maria Luiza para compor a chapa dos candidatos à Câmara Estadual, em momento algum o Diário da Bahia vinculou a candidatura e, mesmo a vitória daquela feminista, à posição da Federação e suas componentes. Durante a campanha, publicavam-se notícias dos atos políticos empreendidos pelo grupo de candidatos (a); falava-se das viagens ao interior do estado pela caravana do partido, na qual a presença da candidata mulher do partido era destacado, mas nada era mencionado sobre o feminismo defendido por ela e, muito menos, sobre o grupo do qual ela fazia parte.

A indiferença do Diário da Bahia pelo feminismo ligado à Federação Bahiana estava vinculada aos reflexos dos conflitos políticos que o estado baiano vivenciava naqueles primeiros anos da década de 1930, já discutidos no capítulo anterior. Conforme documentamos, o jornal Diário da Bahia, em 1931, estava em mãos do grupo opositor ao governo e era dirigido por Moniz Sodré, chefe desse partido. Desse modo,

por ter posicionamento contrário ao governo, o jornal terminou sofrendo perseguição e censura, chegando ao ponto de ser invadido e pessoas ligadas a ele serem espancadas e presas³². Episódios como esses fizeram com que o jornal passasse por momentos de turbulência, com mudanças sucessivas de diretores, culminando na transferência definitiva de propriedade para membros do partido de sustentação do governo. Desse modo, de oposição em 1931, o Diário se tornava apoio ao governo em outubro de 1932.

Dentre as mudanças operadas pelo jornal, uma interessa diretamente esse trabalho, que foi o modo como aquele impresso foi, aos poucos, colocando no ostracismo o feminismo baiano, representado pela FBPF. De protagonista, passou a ser coadjuvante e, depois, figurante das matérias ligadas à emancipação feminina. Esse processo que levou a quase total indiferença do jornal ao feminismo local tem a ver com o posicionamento das mulheres ligadas à Federação. Enquanto a instituição pregava a “completa neutralidade política”, suas integrantes, como não poderia deixar de ser, tinham opinião e iam manifestando-as, conforme solicitadas.

As feministas, que antes povoavam quase que diariamente aquele jornal, quando este estava sob a administração do grupo de Seabra e tinha como diretor Moniz Sodré, se recolheram após o episódio que levou a troca de propriedade do Diário, ainda que aparecessem, algumas vezes, nos últimos meses de 1932. A partir do ano seguinte, essas aparições foram se tornando cada vez mais tímidas, chegando ao ponto de no mês de fevereiro de 1933 em diante praticamente desaparecer.

O ponto culminante que levou a esse quase completo desaparecimento foi quando, no início de fevereiro de 1933, o PSD ofereceu uma vaga a uma mulher ligada ao feminismo local para compor sua chapa de disputa para a Assembléia Nacional Constituinte e não houve resposta por parte delas, demonstrando desinteresse pela oferta do partido. Para piorar, a presidente do núcleo, Edith Gama Abre, saiu como candidata pela legenda de oposição “Bahia ainda é Bahia”, liderada por J.J. Seabra, um dos principais adversários políticos de Juracy Magalhães. Estava, portanto, selada a separação entre o feminismo local, ligado à Federação, e aquele órgão de imprensa, ligado ao partido do governo.

A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino e suas representantes foram postas no ostracismo pelo jornal. O tema feminismo ainda insistia em aparecer, afinal o

³² Em matéria de 07/06/1932, “A Associação Brasileira de Imprensa e o caso do fechamento do ‘Diário da Bahia’”, Moniz Sodré expôs esses fatos no Diário da Bahia.

contexto exigia sua permanência na grande imprensa. Era época da elaboração do anteprojeto da Constituição, cuja reforma eleitoral era uma pauta que despertava grande interesse, principalmente pela possível inserção da mulher como eleitora, e que tinha Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira, como uma das integrantes do grupo que ficara responsável por elaborar o texto. Além disso, após encerramento das eleições para a Assembléia Constituinte, uma mulher fora eleita, a paulista Carlota Pereira Queiroz. Sendo a primeira e única a compor aquele congresso, o fato merecia alguma atenção do jornal.

O Diário da Bahia, interessado em fazer parte da história que estava sendo construída pelo feminismo, não abandonou o tema, somente o cenário e os personagens locais. Em 10 de abril de 1934, um dia após as comemorações de aniversário do terceiro ano da fundação da Federação Bahiana, foi anunciada, com grande expectativa e entusiasmo, a nova colaboradora daquele jornal, a correspondente Violeta de Alcântara Carreiro, escritora portuguesa, naturalizada brasileira, que passou a escrever sobre o feminismo da mulher moderna e enviar matérias de São Paulo, onde residia e trabalhava em outros jornais.

Certamente que as formas materiais ou o modo como é disposto um texto num veículo de informação produzem efeitos nas condições de recepção e compreensão do leitor. Assim, deve-se levar em consideração não só os artigos publicados, mas também sua apresentação física e visual no órgão em que a matéria é veiculada. A apresentação, para os leitores do Diário da Bahia, da nova colaboradora do jornal foi feita com grande distinção, acompanhada de foto e em primeira página, demonstrando a importância que foi dada ao fato. Assim, a 10 de abril de 1934, coincidentemente, um dia após a Federação ter completado três anos de existência em terras baianas, era anunciada a estréia de um novo espaço do feminismo no jornal.



Diário da Bahia, 10/04/1934

A Nova Colaboradora do 'Diário da Bahia'

Destaca-se ainda o lugar ocupado no corpo do jornal pela seção de Violeta Carreiro sempre disposta na parte superior da segunda página do periódico, tendo por primeiro título “*Feminismo – a mulher de hoje*”, seguido do tema do dia.



Sua colaboração durou um pouco mais de um ano, somando cerca de 40 crônicas assinadas por ela e publicadas, nos primeiros meses, semanalmente naquele jornal. Depois, passaram a ser quinzenais, no final, já eram mensais. Seus textos versavam sobre o perfil da mulher moderna, apresentando exemplos a seguir e aqueles que não deveriam ser imitados, indicando e comentando livros escritos por mulheres ou que tratavam sobre elas, bem como filmes e peças teatrais que abordavam essa temática.

O espaço ocupado por Violeta Alcântara buscava imprimir um modelo de mulher moderna e um feminismo alternativo às baianas que não se identificavam com aquele propagando pela Federação. Apesar da seção ter como primeiro título a palavra “Feminismo”, em momento algum foi feita menção sobre conquistas ou mesmo pessoas ligadas á Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, instituição, naquele momento, de grande notoriedade e repercussão, com sedes em quase todos os estados brasileiros e relevante atuação na luta e conquista por direitos das mulheres no Brasil.

As crônicas de Violeta Carreiro tinham por objetivo imprimir a imagem da mulher moderna. Eram, normalmente, montadas como se tivessem sido elaboradas a partir da leitura de diários de personagens femininos, aonde ela ia descrevendo a vida de algumas daquelas mulheres, falando dos sabores e dissabores que elas iam experimentando ao ter contato com as delícias e amarguras da vida moderna, narrava os encantos, desencantos, perigos e possibilidades de viver como uma “mulher de hoje.”

Uma de suas personagens, Maria Helena, definida como “mulher moderna e feliz”, cujas qualidades estavam no fato desta ser casada e seu marido ser um homem rico e sensível, o que lhe dava condições para poder exercitar “sua liberdade e independência”. Violeta descreveu a personagem da seguinte forma:

Maria Helena tem uma vida interessante, suave, despreocupada. De manhã, sai para dar um passeio de carro, escolher um chapéu, ensaiar um vestido. Depois do almoço, visita ou recebe as amigas, vai ao cinema, ao livreiro, que lhe guarda sempre as últimas novidades. Porque Maria Helena sabe ler. À noite combina com o marido um programa, saem juntos e, ao voltarem, Maria Helena não faz perguntas a respeito do interesse que possam ter despertado as suas amigas, assim como ele não quer saber quem era aquele ‘rapaz loiro de casaca’. São ambos livres e independentes, apesar de seu amor, cada um conserva a sua personalidade, as suas preferências, os seus hábitos e suas amizades (Diário da Bahia, 29/04/1934).

Maria Helena era, para Violeta, um exemplo da “mulher de hoje”, isto porque era inteligente e sabia cultivar um espírito livre e independente. A liberdade, usada com inteligência, era um dos requisitos fundamentais, senão o principal a ser cultivado pela mulher moderna. Em nome desse direito, ela poderia inclusive abrir mão de um casamento, quando este, por “preconceitos absurdos”, não o asseguram. Ou seja, o marido quisesse privar a esposa desse direito, desse “bem maior”, poderia ser dispensado, sem com isso macular a imagem dessa mulher moderna.

Assim, em outra crônica, ela contava um episódio, em que sua personagem, não tendo a sorte da anterior, foi obrigada a reagir e, desabafando, exclamou:

Vou-me embora na certeza de não voltar. E sabe por quê? Porque não me interessa mais a sua presença na minha vida. [...] Não querendo deixar-me partir, com a liberdade que me prometera antes do nosso casamento, você mudou completamente aos meus olhos porque perdeu a sua máscara de homem inteligente e justo. Porque perdeu o prestígio da sua

própria personalidade no momento em que teve a infeliz idéia de ridicularizar a minha independência. – Viajar?! Uma senhora casada! Está sonhando. [...] Como foi por causa de seu espírito moderno, sem preconceitos absurdos que me case consigo – uma vez que você faltou ao que tinha combinado, pensando que não valia mais a pena ‘representar’ um papel difícil – sinto-me inteiramente livre. (Diário da Bahia, 19/07/1934).

Era, portanto, o não-cumprimento do contrato, que pregava o respeito pela liberdade do outro, a justificativa aceitável para a separação de um casal. Reivindicar esse direito à mulher, numa época em que a palavra divórcio era mal pronunciada mesmo entre muitas das mulheres que se diziam feministas, era, no mínimo, uma atitude corajosa e ousada.

Violeta, através de suas crônicas, reivindicava para as mulheres a liberdade como um bem imprescindível e inalienável. A liberdade era “um dos maiores e mais deliciosos privilégios que a vida moderna oferece à mulher”. Era um direito, mas também uma necessidade. Para conquistá-la e mantê-la, toda luta seria justa. Dizia que toda mulher, vivendo num mundo moderno como aquele em que se vivia na época, tinha a oportunidade de usufruir dessa liberdade como nunca em outra época se poderia ter usufruído.

O mundo moderno dava as condições que as mulheres jamais tinham experimentado, pois oportunizava meios, como cinema, carros, trens que facilitavam a vida de quem almejava conhecer novidades e cabia à mulher tomar para si a chance de usufruir desses meios e experimentar essas novas sensações com a liberdade e autonomia que lhe devia ser garantidas em direito. Poder, portanto, ir e vir quando assim desejasse, desejo de estar ou não acompanhada em suas aventuras de descobertas era a ousadia “permitida” à mulher moderna, saber reivindicar esse direito era condição de ser “livre e feliz”. Violeta completava:

Direito de ter algumas horas de perfeito isolamento, de fazer uma viagem ou um passeio sem ter de ouvir os comentários desastrosos, horrivelmente inoportunos de companheiros que perturbam a todo instante o encanto dum sonho. O invejável direito de atirar o seu automóvel por uma estrada afora e correr sobre dezenas, centenas de quilômetros de asfalto ou terra vermelha, de areia úmida ou pedra batida. [...]E, finalmente, poder voltar para casa sem dar explicações. (Diário da Bahia, 10/10/1934).

Apesar dos benefícios que o mundo moderno proporcionava à figura feminina, Violeta alertava quanto aos perigos existentes, como as influências negativas que, por vezes, poderiam tirá-la do caminho que estava trilhando em direção à sua realização pessoal. Perigo que, quase sempre, era produzido por “certos homens ainda pouco evoluídos”, temerosos em perder o privilégio de serem os “únicos a usufruir do completo benefício proporcionado pela modernidade.”

Apresentava o caso de uma mulher, “uma dessas mulheres inteligentes, duma inteligência brilhante, original que poderia se revelar um dia verdadeira artista”, mas rodeada de homens “incapazes de exercer junto dela uma boa influência”, muito pelo contrário. Segundo Violeta, além de não ajudarem e/ou incentivarem, ainda mostravam toda “hostilidade pelas suas tendências literárias”, atitude, que a cronista julgava ser resultado do medo tanto da concorrência que a mulher representava, quanto das mudanças de papéis entre os sexos. Assim, ela alertava:

Talvez por isso mesmo, é que os homens do seu entourage só a convidam pra visitar exposições de automóveis, para ver desfiles de manequins, para jogar bridge e ir a bailes. [...] Tem-se a impressão de que procuram distraí-la da sua atividade intelectual, envolvendo-a num turbilhão irresistível de mil futilidades pretensiosas, não lhe deixando tempo nem de pensar, nem de ler, nem de trabalhar. (Diário da Bahia, 22/11/1934).

Nota-se que Violeta possuía a percepção do quanto o mundo moderno, apesar de ter trazido benefícios e direitos às mulheres, ainda não estava acostumado e/ou preparado para essas “novidades”. Especialmente alguns homens, acostumados a viverem naqueles “lugares comuns da velha tirania conjugal,” pareciam não acompanhar o “progresso dos costumes” e, por isso, tentavam, com as armas que dispunham, parar o “curso da história”.

Em uma interessante reportagem, ela relatava um diálogo com um amigo de profissão. Nele, Violeta comentava que seu amigo, sabendo de sua postura feminista, certo dia a sondou informando a respeito de uma ilha chamada Orango Grande, onde as “mulheres mandavam e os homens obedeciam”, onde os homens “ficavam em casa à espera que as jovens se decidissem a escolhê-los para esposos”. Ele questionou se ela não gostaria de morar naquele lugar, o que ela, percebendo o teste em que estava sendo

submetida, prontamente respondeu que não, justificando sua resposta da seguinte forma: “Prefiro uma terra onde os homens mandam e as mulheres sejam felizes” (Diário da Bahia, 28/02/1935).

Com isso, percebemos que o feminismo proposto por ela, apesar de chamar a atenção para questões como autonomia e liberdade da mulher, importância de cultivar o espírito culto e sem preconceitos, não tocava em questões como a luta pela igualdade entre os sexos. Inclusive, o termo igualdade praticamente não aparecia em suas crônicas, as poucas vezes que ela usou foi para criticar certas mulheres que queriam se igualar aos homens em atitudes já pouco aprovadas neles, como, por exemplo, o caso de ser toureiro na Espanha³³ e matar alegando defesa da honra.³⁴

A luta empreendida por aquele feminismo era, portanto, de outra natureza, era principalmente por liberdade, direito inalienável, razão para qualquer batalha e justificativa para assumir os mais diversos papéis. Liberdade que possibilitasse realização pessoal, individual. Não se tratava de questões ligadas ao mundo da política, demonstrando que não era esse o ideal do seu feminismo, muito menos da “mulher de hoje”.

3.3 União Feminina do Brasil: as mulheres na Aliança Nacional Libertadora

Na Bahia, como vimos, a ANL despertou entusiasmo e conseguiu alguma adesão, especialmente no meio acadêmico e proletário. Instalou-se em 30 de maio de 1935, mas foi no final do mês de junho que a ANL investiria alto com o objetivo de se expandir na região ao enviar do Rio de Janeiro para a Bahia uma caravana, com membros do alto comando da organização que, com o propósito de ampliar sua influência na região norte do país, começava pela Bahia essa maratona e na terra pretendia fundar núcleos.

Foi dentro desse espírito que a União Feminina do Brasil esboçou sua estréia através da notícia no Diário da Bahia sobre instalação de uma seção desta entidade no estado. Em 27 de junho de 1935, foram anunciados no jornal os preparativos para a

³³ Diário da Bahia, 08/07/1934 “Uma carta para Juanita Cruz-toureiro de Barcelona”.

³⁴ Diário da Bahia, 09/08/1934 “Crimes passionais”

estréia daquele núcleo feminino da ANL numa reportagem que convidava a comunidade feminina local a fazer parte da preparação “daquele importante momento”. Dizia a manchete:

Instalar-se-á na próxima sexta-feira, nesta capital, a União Feminina do Brasil, seção da Bahia da organização há pouco fundada no Rio de Janeiro, propondo a luta pela reivindicação dos direitos sociais e políticos das mulheres. Conforme sabemos, ainda não estão fixados local e hora para esta importante reunião, coisa que será amanhã amplamente divulgada pelo noticiário dos jornais. A comissão de organização da União Feminina do Brasil na Bahia convida, por nosso intermédio, todas as mulheres da Bahia, sem distinção de cor, classe, credo religioso ou político, a tomarem parte na instalação da mesma, sem compromisso. (Diário da Bahia, 27/06/1935).

Conforme foi anunciado, no dia seguinte o jornal noticiava, com grande destaque, em reportagem de primeira página acompanhada de foto da representante da sede da UFB do Rio de Janeiro a Sra. Mary Mércio Martins. Mostrava a 28 de junho de 1935:



Diário da Bahia, 28/06/1935
Um grande movimento em perspectiva: fala ao ‘Diário da Bahia’ a representante da União Feminina do Brasil.

Mary Martins pertencia à diretoria da UFB do Distrito Federal e fora enviada para colaborar com a organização da estréia da filial no estado baiano. Falando ao repórter do Diário da Bahia, Mary explicava o que era e a que se destinava a entidade, dizia ela:

[...] A União Feminina do Brasil é um movimento amplo de mulheres abrangendo todas as classes manuais e intelectuais sem distinção de cor, política e de religião. Espera que todas as mulheres da Bahia se unam para se integrar nesse movimento puramente de reivindicação do sexo. Convida com especial carinho as operárias de fábricas e as camponesas a se alistarem na União Feminina do Brasil para o conhecimento dos direitos que lhes assistem, que tem e que ainda não lhes foram dados. (Diário da Bahia, 28/06/1935)

Finalizava a reportagem marcando local e hora da reunião em que iriam discutir os detalhes da instalação do núcleo no estado e convidando as interessadas para se fazerem presentes. Poucos dias depois da publicação dessa reportagem, outra já fora veiculada sobre a União Feminina do Brasil. Nesta nova matéria, o jornal fizera uma entrevista, em primeira página e acompanhada de foto, com uma importante representante da entidade no Distrito Federal, a professora Lídia Freitas que, assim como Mary Mércio, também fazia parte da diretoria da UFB. Estava, então, na Bahia para ressaltar o lugar de onde falava o núcleo feminista e apontava o que diferenciava aquela entidade de outros núcleos feministas existentes no Brasil.

A mulher do Brasil já começa a compreender que a luta pela sua libertação tem base nos movimentos populares e não confia mais em “líderes” feministas. A mulher já começa a compreender que as Berthas Lutz, uma vez instaladas no poder, pouco se lembram das plataformas “feministas” gritadas em praça pública, a fim de arrastar as massas femininas (Diário da Bahia, 04/07/1935).

No dia seguinte, mais uma grande reportagem apresentava o manifesto e o programa de União Feminina do Brasil, para informar quais os inimigos o núcleo feminino combatia e que objetivos almejava alcançar.

Qual tem sido até hoje nosso papel no Brasil?

Na escola, a opressão dos que nos querem fazer da nossa inteligência um subjismo.

Na fábrica, substituindo os homens com salários menores e menor revolta. No escritório produzindo tanto quanto um homem e recebendo muito menos que ele.

No lar, prisioneiras passivas, tudo criando e nada possuindo.

Na sociedade, joguetes cheios de deveres.

[...] Lutemos unidas!! Lutai conosco contra o integralismo! Lutemos unidas pelos direitos, pelas nossas necessidades, por melhores salários e ordenados, pelo nosso direito de viver.

Ingressai na União Feminina do Brasil. (Diário da Bahia, 05/07/1935)

Eram reforçadas as diferenças existentes entre aquela instituição e outras que haviam espalhadas pelo país.

A União Feminina do Brasil, iniciativa de um grupo de trabalhadoras manuais e intelectuais, diferencia-se inteiramente de todas as organizações já existentes pelo seu absoluto desacordo com os programas e normas de ação destas associações. A União Feminina do Brasil não é uma organização política, nem está ligada a nenhum partido político, mas defenderá, em seu programa, direitos econômicos, sociais e políticos da mulher. (Diário da Bahia, 05/07/1935)

Não sabemos se chegou a ser instalada esta seção na Bahia, nem repercussão ou adesão da proposta feminista naquela sociedade, mas pela atenção que o Diário deu a este possível evento, se percebe o apoio que ele receberia daquele órgão de imprensa. O destaque dado às matérias, ênfase aos objetivos e importância da UFB para a Bahia e a proximidade entre as manchetes divulgadas sobre os preparativos e relevância daquela instalação para as mulheres da Bahia demonstram o quanto aquele núcleo teria cobertura e apoio daquele jornal.

A plataforma da União Feminina do Brasil estava lançada, e o Diário da Bahia vinha promovendo a propaganda necessária para que a entidade se tornasse a referência do feminismo local. No entanto, um inusitado surgia: a 13 de julho, portanto, uma semana depois da última matéria publicada, mencionada acima, o presidente da República Getúlio Vargas ordenava, por decreto, alegando medida de Segurança Nacional, o fechamento de todos os núcleos da ANL, dentre eles, a União Feminina do Brasil.

Grande deve ter sido a surpresa para aquele órgão de imprensa a decisão do decreto, ainda mais quando, no dia 23 do mesmo mês, foram anunciadas as prisões de alguns membros da ANL e UFB, dentre elas, de duas mulheres, que há menos de um mês, eram apresentadas pelo Diário da Bahia como “notáveis senhoras” de “conduta invejável”. Eram elas: Mary Mércio Martins e Lídia Freitas.

A partir daí, as matérias sobre aquela instituição e pessoas que dela participaram escassearam e mudaram de teor. As reportagens passaram a noticiar

denúncias, prisões e apelações dos membros tanto da ANL, quanto da UFB, e informavam sobre a descoberta das “reais intenções daquele núcleo.” A última reportagem encontrada sobre o tema circulou no início do ano de 1936, quando foram relatadas informações de um agente secreto que, havendo se infiltrado numa das reuniões da UFB no Distrito Federal, narrava o que era discutido pelos “elementos da União Feminina” durante o encontro.

Registrava nomes de alguns presentes, dentre eles: Eugênia Álvaro Moreira, Lídia Freitas, Armanda Álvaro Alberto, Maria Lacerda de Moura, Maria Werneck de Castro, Mary Martins, dentre outras e dizia o que discutiam. Principalmente, ressaltava fatos curiosos que ali ocorriam. Um deles presentes no relatório do “investigador n. 588”, era sobre a fala de Maria Lacerda de Moura, considerada “bastante original”. Relatava o investigador:

Eis que ela expôs sua opinião individual, dizendo que a única maneira de acabar com as guerras era fazer a greve de natalidade, recusando-se as mulheres a conceber filhos que iriam servir de carne para canhão. [...] Aconselha as mulheres a recusarem todos os prazeres que podiam proporcionar aos homens. Durante uma guerra na campanha tenaz contra a mesma, todos os meios, principalmente estes, devem ser usados. [...] Dizia que a Cruz Vermelha era uma arma de guerra e muitos homens só iam à guerra por causa das enfermeiras (Diário da Bahia, 10/01/1936).

Segundo o relatório, a fala de Maria Lacerda causou mal-estar entre algumas das presentes e chegou a precipitar um “bate boca” entre elas. Iveta Ribeiro, última a tomar a palavra, saiu em defesa da Cruz Vermelha, da qual era participante, fazendo, inclusive, parte do corpo diretor. Após a defesa de Iveta Ribeiro, ouviram-se aplausos e vaias de algumas das que assistiam ao debate.

O informante registrou, ainda, o incidente, quando um integralista penetrou no recinto e atirou uma ampola de ácido sulfúrico nas presentes. Fica notória a ênfase a fatos e falas pitorescas, discussões e discordâncias entre as presentes, ao que parece, como forma de promover certo descrédito às reuniões, mostrando que não havia unidade entre as propostas defendidas, tentando esvaziar o sentido político daqueles encontros.

A tentativa de dar visibilidade a outro núcleo feminista no estado, que não fosse a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, fracassara. A União Feminina Brasileira, de possibilidade de modelo de bom feminismo na Bahia, se transformava em exemplo de feminismo a não seguir.

O Diário da Bahia, que cada vez mais se afastava da Federação Bahiana, ignorando suas ações e silenciando suas componentes, ficava sem condições de participar da luta pela emancipação feminina, já que esta luta já não tinha a força e o apelo que tivera nos anos iniciais da década de 1930, mas continuava a arregimentar adeptos e ser um movimento de repercussão tanto nacional, quanto internacional.

Apoiar a causa feminista era ter atitude moderna e estar sintonizado com um movimento que dizia respeito à metade da população. Era, portanto, estratégico para um órgão de imprensa dirigido por um grupo político há pouco colocado no poder e que desejava permanecer nele por muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certa vez ouvi dizer que um poeta nunca acaba um poema; ele apenas o abandona. Para este momento, essas palavras dão-me certo conforto, pois expressa bem a sensação que tenho ao procurar concluir este trabalho, por não me sentir segura o suficiente para dizer que ele está pronto. O ponto final não quer sair. Daí que pensar que deixo outro ponto, o de continuação, me consola e tranqüiliza. Portanto, não tenho a pretensão de dizer que este trabalho está acabado, pois sei que há muitas outras coisas ainda possíveis para falar e outras tramas ainda factíveis de elaborar sobre o objeto aqui discutido. Eu apenas me preparo para abandoná-lo. Eu o abandono não porque minha tarefa tenha terminado, mas porque é chegada a hora de partir. Outras atividades me esperam e, além do mais, qualquer outra ação a mais que eu faça no sentido de concluí-lo completamente será em vão, visto que assunto algum se esgota, “poemas nunca terminam.”

Há sempre novas perguntas e outros pontos de vista possíveis sobre um mesmo e já analisado objeto. Foi, inclusive, por isso que não tive medo em encarar um tema, como este aqui discutido, pois, mesmo sendo um assunto já abordado por outras pesquisadoras, eu sabia que eram possíveis outras perspectivas e pontos de vista ainda não explorados por elas, assim como deixei também outras vertentes para quem desejar trabalhar com a temática. Desse modo, certa de que não estou concluindo nada, é que dou início às minhas considerações, que, para este instante, são finais.

Aprendi, durante o desenvolvimento da pesquisa, que quando iniciamos uma caminhada em direção a algum lugar e a fazemos a partir de um planejamento prévio, quase sempre supomos que sabemos onde queremos chegar e, desse modo, criamos os procedimentos necessários para fazer com que alcancemos nosso objetivo. Porém, por mais bem traçado que esteja nosso plano de viagem, precisamos estar abertos para mudanças no percurso, desvios da rota, encontros e desencontros no meio do caminho, surpresas, alegrias e decepções, porque são essas ocorrências que fazem do nosso caminhar algo dinâmico e enquanto seres humanos caminhantes, precisamos dessa dimensão para continuarmos ativos na longa estrada da vida.

Então, não foi com sobressalto que, ao iniciar a pesquisa, constatei que algumas das minhas hipóteses e certezas não estavam sendo confirmadas. Ao acompanhar os artigos impressos no Diário da Bahia entre os anos de 1931 a 1937 sobre o feminismo baiano, fui me deparando com situações antes impensadas e optei por não ignorá-las. Na estrada que escolhi, encontrei e procurei enfrentar ondulações, alterações de clima, condições adversas do veículo, transeuntes novos e antigos e resolvi fazer destes, aparentes obstáculos, objetos a também serem problematizados. Minha questão passou a ser, também, sobre como foi possível a emergência dessas inusitadas ocorrências naquele já tão percorrido caminho.

Em contato com as fontes, observei que, na Bahia da década de 1930, não foi impresso somente um único feminismo, a saber, aquele ligado à Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, como outros trabalhos apontavam. Este foi o de maior alcance e institucionalização, mas não foi o único; outras formas de também ser feministas foram discursadas naquelas páginas, outros modelos e alternativas ao feminismo baiano também puderam acontecer naquele jornal. Precisava, então, saber: como foi possível essa emergência? Que condições a possibilitou?

Lendo o Diário de Bahia ao longo daqueles seis anos, constatei um processo de ruptura, de quebra de sentido, uma mudança de tom, intensidade, sujeitos e conteúdo nos textos lidos. Falavam sobre uma determinada forma e um determinado tipo de feminismo durante o período compreendido entre os anos de 1931 e 1932, quando ocorreu uma quebra, uma descontinuidade; primeiro, de início de 1933 a início de 1934, com um processo de silenciamento a respeito do feminismo associado à Federação Bahiana; depois, a partir de 1934, com tentativas de substituição deste por outras alternativas de modelos e idéias feministas.

Antigos personagens foram saindo de cena para dar lugar a outros. Novos enredos foram sendo criados e ganhando destaque naquele cenário jornalístico. Esse caminho que as fontes me levaram a percorrer me intrigou e passei a questionar o que teria acontecido: como foi possível mudar a forma e o conteúdo daquele discurso, estando no mesmo lugar de formação? Quais condições possibilitaram a emergência dessa nova postura do Diário da Bahia em relação ao feminismo local?

Para responder a essa pergunta, percebi que coletar informações, ler e interpretar dados sobre o feminismo naquele jornal não era suficiente para discutir como o

feminismo foi impresso naquela sociedade, porque aquela ação não dava respostas para entender como e porque foi discursado dessa ou daquela forma. Apontar simplesmente o que aquele impresso dizia era pouco, porque não dizia nem explicava porque e como havia emergido aquela forma de dizer o feminismo naquele periódico e porque naquele momento histórico.

Com Foucault, encontrei suporte teórico capaz de me fazer perceber que não era possível apenas ler para entender como o feminismo foi forjado na Bahia na década de 1930. Com ele constatei que o objeto que o historiador estuda é produzido pelo próprio historiador a partir de uma “fabricação artesanal”. É ele o artista responsável pela seleção, recorte e elaboração de sua obra, que, muito embora, parta de materiais deixados pelo passado. É ele quem a modela, conforme o lugar que ele ocupa, olhar que dispensa e uma complexa rede de valores, crenças, pressupostos teóricos e desejos que tenha. Isso significa dizer que o objeto histórico não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade. Ele não preexiste a si mesmo, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.

Desse modo, era minha tarefa de artista da fabricação deste trabalho dar os contornos necessários, a partir dos vestígios deixados do passado, ao produto final dele. A tarefa era, portanto, de criação, e não de coleta, de astúcia, e não de exatidão, de engenhosidade, e não de perito. Percebi que era preciso analisar aqueles discursos de modo a não apenas interpretá-lo, como se o que estivesse dito ali fossem verdades prontas, bastando alguém para trazê-las à tona. Era preciso compreendê-lo inserido numa trama discursiva marcada por relações de poder que eram condições de possibilidade de sua existência. Logo, as formas como aqueles discursos foram tomando ao longo do período que eu os ia acompanhando, suas continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas, tinham de ser explicadas pela própria história, ou seja, era preciso vasculhar as camadas constitutivas daquele acontecimento para ser possível apreender o movimento de seu aparecimento.

Constatei, dessa forma, que precisava perceber através dos discursos analisados, o *a priori* histórico que havia criado a condição de emergência daquele enunciado descontínuo que havia me deparado na análise dos textos do jornal. O *a priori*, aqui pensado a partir da sugestão de Foucault, não é no sentido tradicional, que o define enquanto condição de verdade ou sentido primeiro de um discurso, mas sim, enquanto

as regras que caracterizam uma prática discursiva dentro de uma história dispersa. Um *a priori* enquanto condição de emergência, de surgimento de uma prática discursiva. Era preciso fazer compreender as condições que levaram àquele processo descontínuo que havia encontrado.

Foi assim que considerei necessário discutir determinadas conjunções de acontecimentos presentes no contexto da década de 1930 na Bahia. Dentre elas o próprio jornal Diário da Bahia em seus momentos de sucesso, crise, venda, fechamento e transferência; os fatos políticos e econômicos presentes no estado, tais como mudanças de governo, disputas políticas, crise econômica; e, ainda, alguns aspectos sociais e culturais que marcaram aquela sociedade, dentre eles o surgimento e repercussão de agremiações feministas, reflexões sobre o lugar e papel da mulher, importância da família, influência da religião etc. Esses e outros elementos terminaram por formar uma miríade de fatos que se entrelaçaram por relações de poder e possibilitaram a emergência desses discursos repletos de permanências e rupturas sobre o feminismo baiano.

As imbricadas relações que tratei não são as causas únicas da forma como o feminismo foi impresso naquele jornal, mas serviram como algumas das razões que possibilitaram a emergência daquelas impressões. A análise empreendida buscou perceber que aquela formação discursiva se relacionava e se comunicava com outras formações, instâncias e interesses dentro da sociedade.

Os modos como o feminismo foi discursado era importante porque para muitos sujeitos que se (in)formavam e a partir a leitura e acompanhamento daquele jornal, era o único feminismo que conheciam, que tinham acesso. Era, portanto, como enxergavam e julgavam aquelas idéias e ações feministas no estado. Por isso, a relevância de considerar o discurso enquanto prática que tem o poder de formar sistematicamente os objetos de que se fala e não apenas meio de expressão do que está posto.

Os feminismos que foram impressos no Diário da Bahia de 1931 a 1937 merecem atenção, porque, ao se fizerem ouvir, ganharam visibilidade e dizibilidade que precisam ser evidenciadas. As manifestações feministas atreladas à Federação Bahiana pelo Progresso Feminino merecem atenção e as têm, mas é preciso, também trazer à tona outras vozes e modos feministas que, em maior ou em menor grau, foram escritas e inscritas naquele contexto, já que todas elas, ao “dispararem suas falas-balas”, acertaram

o coração de certo modelo conservador de relação de gênero que insistia em mantê-las mudas. Quando destaco atitudes como essas, estou agindo por um impulso político, pois os contornos que os pesquisadores dão ao passado, as regiões que iluminamos, os sujeitos que apanhamos entre poeiras e fazemos novamente se encenarem, as tramas que pensamos ouvir dos arquivos, atendem a problemas e embates de nosso tempo.

Desse modo, iluminar certas regiões e introduzi-las numa trama histórica é um gesto político. Aqueles feminismos foram avultados aqui com o propósito de chamar a atenção para sua existência e que por mais que não tenham tido grandes avanços no questionamento e mudanças nos papéis tradicionais de gênero, as reflexões que provocaram, a coragem e ousadia que tiveram merecem ser celebradas e escritas.

Ao invocar discursos produzidos sobre feminismo, sejam eles ligados a qualquer uma das três vertentes discutidas, isto é, seja da Federação Bahiana, do “feminismo – mulher de hoje” ou da União Feminina do Brasil e independente da repercussão ou alcance que tiveram, foi uma estratégia com o objetivo de atender a uma demanda do feminismo de hoje, que quer evidenciar os múltiplos lugares de resistências que as mulheres engendraram nas relações de gênero a que estavam inseridas ao longo do tempo.

Elas, ao propor mudanças, ao saírem em defesa da conquista e garantia dos direitos políticos e profissionais da mulher, se utilizaram de expedientes que terminavam reproduzindo certos lugares tradicionais de gênero, dentre eles aqueles que mistificam a família ou o papel feminino no lar. Mas afirmar que elas foram menos feministas somente por isso, mostra a arrogância do presente em olhar o passado desconsiderando as diferenças de contextos históricos. É mostrar-se desatento/a aos limites impostos àquelas mulheres e ao terreno delicado por onde tinham que se mover.

Com Chalhoub descobri uma arte arriscada, que ratifica a ideologia dominante na aparência, ao mesmo tempo em que lhe rói os alicerces. Arte da sobrevivência. Construção de um discurso político do dominado que envolve a capacidade deste de atingir objetivos importantes, utilizando criativamente e reforçando, ao menos aparentemente, os rituais associados à própria subordinação. Essa descoberta me fez perceber que aquelas mulheres, ao utilizarem “certos expedientes”, reproduzindo textos em que reafirmavam posições tradicionais às relações de gênero, construíram outro texto em que marcavam uma possibilidade de mudanças.

Desse modo, acompanhar os modos de proceder da criatividade cotidiana é estratégico e político, pois identificar procedimentos cotidianos que jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los, trata-se de distinguir as “operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas”, alteram o seu funcionamento e rói seus alicerces por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano. Importa, portanto, não só observar e precisar como a violência da “ordem” atua e como os sujeitos se adequam a ela, mas, também, como os sujeitos históricos criativamente manipulam, ignoram e transformam essa ordem.

Foram essas manipulações, indiferenciações e transgressões da ordem que evidenciamos ao construir um enredo histórico, a partir dos fragmentos que foram deixados do passado e encontrados, selecionados e recortados nesta pesquisa. Uma história que fala de discursos instituintes de relações de gênero (des)ordeiras, coerentes com o tempo histórico em que estavam situadas, mas avançando em direção às transformações daquele momento histórico. Localizado em seu contexto, mas também provocando deslocamentos e variações inerentes a todo processo de mudanças. Os feminismos baianos discursados entre os anos de 1931 a 1937 no Diário da Bahia, nos limites do contexto de transformação a que a história se insere, fomentaram relações de gênero diferentes daquelas que a norma previa e construíram um cotidiano muito mais rico e fugaz que se fazia crer naquela sociedade.

LISTA DE FONTES

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA – DIÁRIO DA BAHIA

1931

Dia	Artigo
06/02	Os direitos das mulheres
26/03	O feminismo na Inglaterra
05/04	A iniciativa da mulher bahiana
09/04	As fundações da Federação e da União Universitária na Bahia: o movimento vitorioso feminino neste estado
22/04	O feminismo mal compreendido
22/09	O casamento singular de duas mulheres
16/12	O feminismo não é bolchevismo nem comunismo

1932

Dia	Artigo
25/05	A mulher moderna: seus novos hábitos regentes à tradição nova
07/06	A Associação Brasileira de Imprensa e o caso do fechamento do “Diário da Bahia”.
21/06	Nova diretoria do jornal: Diretor: Lauro Villas Boas; gerente: Walter Roma
07/06	A Associação Brasileira de Imprensa e o caso do fechamento do Diário da Bahia
10/06	Moniz Sodré é preso no Rio
28/07	Feminismo e Religião
08/08	Movimenta-se o Feminismo pela representação nacional
14/10	Secção feminista - o que a FBPF já realizou

1933

Dia	Artigo
24/01	A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino e sua obra humanitária
02/02	Representação Feminina

1934

Dia	Artigo
08/04	O terceiro aniversário da Federação Feminina da Bahia será comemorado amanhã.
10/04	A novel colaboradora do Diário da Bahia
29/04	Feminismo e a mulher de hoje: em relação ao passado
04/07	O feminismo: a mulher de hoje e a felicidade
08/07	Uma carta para Juanita Cruz-Toureiro de Barcelona.
09/08	Crimes passionais
19/08	Feminismo: mulher de hoje
22/08	Convenção Nacional Feminista
30/08	Instala-se a Segunda Convenção Nacional Feminista: a chegada de Bertha Lutz e o programa da solenidade
31/08	Encerra com grande solenidade o certame de Bertha Lutz
01/09	Encerrou solenemente a 2ª Convenção Nacional Feminista
04/09	Concluída a convenção, regressaram os congressistas
10/10	Feminismo e a mulher de hoje: o direito à solidão
22/11	Feminismo: a mulher de hoje: os adversários de sempre

1935

Dia	Artigo
28/02	Feminismo e a mulher de hoje: o preço da inocência.
07/04	A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino comemora seu aniversário de fundação
27/06	Pela emancipação da mulher brasileira: esboça-se, na Bahia, um amplo movimento de reivindicações

28/06	Um grande movimento em perspectiva: fala ao 'Diário da Bahia' a representante da União Feminina do Brasil
04/07	Em propaganda da união feminina: estar de passagem para o Norte D. Lídia Freitas

1936

Dia	Artigo
10/01	O investigador nº 586 descreve ao Diário a reunião dos elementos da União Feminina.
05/09	Câmara Municipal: estreou hontem a vereadora Laurentina Pulgas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel. *Discionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983*. (DHBB), v. 1. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria / FINEP, 1984.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana. São Paulo: Cortez. 1999
- _____. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de Teoria da história*. Bauru: EDUSC, 2007
- _____. Michel Foucault e a história. In: PORTOCARREIRO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.
- _____. *Nordestino: uma invenção do “falo” - uma história do gênero masculino no Brasil (1920-1940)*. Maceió: Catavento, 2003
- ALMEIDA, Maria Amélia. *O feminismo na Bahia (1920-1950)*. 1986. Salvador: UFBA, 1986. (Dissertação de Mestrado)
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: UNESP, 2001.
- BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: ADUSP, 1999.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: a história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003. P. 159-182
- BRASIL. Artigo 171 da Constituição Federal de 1991. Disponível em: www.legislacao.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.html Acesso em: 10 de julho de 2009.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Mulher de papel; a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n.11, Campinas: Unicamp, 1998. P.11-42
- _____. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 17-60
- _____. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (Orgs.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. P. 139-154.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.
- CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. *Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana*. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado)
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, Ana Alice A. BRANDÃO, S. J. Feminismo na Bahia: A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino no contexto da Revolução de 1930. In. MOTTA, A. B; SARDENBERG, B.M.C; GOMES, M. (Orgs.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador, NEIM/UFBA. 2000. P. 153-165

COSTA, Ana Alice A; SARDENBERG, Cecília M. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Margarida L. R; BINGEMER, Maria Clara. L. (Orgs.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. P.81-114

COSTA, Ana Alice. *Avance y Definiciones del Movimiento Feminista em Brasil*. México: Facultad de Ciências Políticas y Sociales. México, 1981. (Dissertação de Mestrado)

COSTA, Ana Alice. *Feminismo na academia ou a academia no feminismo? Pensando a experiência baiana. Cadernos Feministas de Economia & Política*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 3, 2006.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In. HOLLANDA, H. Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 206-242.

DUARTE, Constância Lima. Posfácio. In. FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens (1832)*. São Paulo: Cortez, 1989. P.109-111.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: CIA das Letras, 1997.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial (1933-1937)*. Salvador: UFBA, 2007. (Dissertação de Mestrado)

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. P. 217-250

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário (1853)*. São Paulo: Cortez/INEP, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34 ed. Petrópolis:Vozes, 2007b.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007a.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Aluísia Medeiros. *O levante comunista em 1932: o papel da mulher na insurreição*. Disponível em: www.glosandomundo.blogspot.com/2007_02_01_archive.html Acesso em 12 de fev. 2007.

GALVÃO NETA, Inocência da Silva. *Uma nova mulher: ecos do feminismo na imprensa do Recife (1920-1934)*. 2001. Recife; UFPE, 2001.

GOODWIN Jr. James W. Jornal como fontes documentais para a história econômica regional. *Cronos Revista de História*. Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo, n. 3. Pedro Leopoldo, 2001. P. 07-20.

- HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HITA, Maria Gabriela. Igualdade, Identidade e diferença(s); feminismo na reinvenção de sujeitos. In. ALMEIDA, Heloisa Buarque de. et al (Org.) *Gênero em matizes*. São Paulo, EDUSF, 2002. P.319-341.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.
- _____. *A História Nova*. 5ª ed. São Paulo Martins Fontes, 2005.
- LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.
- LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A operária metalúrgica*. São Paulo: Cortez, 1984.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 8 ed. Petrópolis/Vozes, 1997.
- LUCA, Tânia Regina de. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos*. In. PINSKI, Carla Bassanezi(Org.) *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. P. 111-153
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Foucault*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.
- MONTEIRO, Marko. Sujeito, gênero e masculinidade. In. ALMEIDA, Eloísa Buarque et al (org.) *Gênero em matizes*. São Paulo: EDUSF 2002. P. 243-262.
- MORÃES, José Delmiro. Armanda Álvaro Alberto: Pensamento e ação nos anos 1930. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo06.htm> Acessado em 15/02/2009
- MOUFF, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In. *O regresso do político* Lisboa: Gradiva, 1993. P. 29-47.
- NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações Femininas na imprensa mineira - 1873-1932*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. In. *Estudos feministas*. Rio de Janeiro, v.8, n.2, 2000. P. 09-41
- OLIVEIRA, Aline Paim de. A paladina do lar e a situação da mulher no princípio do século. In. PASSOS, Elizete. ALVES, Ívia; MACÊDO, Márcia. *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: UFBA/NEIM, 1998. P.189-196.
- PANAZZO, Sílvia; VAZ, Maria Luísa. *Navegando pela história: construção das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Quinteto, 2001.

- PASSOS, Elizete. *A educação das virgens*. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In DEL PRIORI, Mary. (Org) *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2000. P. 578-606
- RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
- RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: notes on the 'political economy' of sex" In. R. Reiter (Ed.) *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, p. 157-210. [Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania].
- SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975
- _____. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.
- SANTOS, José Wellington Aragão dos. *Formação da grande imprensa na Bahia*. Salvador: UFBA, 1985. (Dissertação de Mestrado)
- SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Sobrevivência e tensões sociais. Salvador (1890-1930)*. São Paulo: USP, 1982. (Tese de Doutorado)
- SARDENBERG, Cecília M. Mulheres e sindicatos: presença feminina no sinditêxtil-BA nos anos 50. In. SARDENBERG, C; VANIN, Iole M; ARAS, Lina M. B. *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.
- SCHPUNA, Mônica. Carlota Pereira de Queiroz era antifeminista? Ou como pensar os contornos do feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004. P. 81-104
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: Vozes, v. 16, nº 2, jul/dez, 1996. P. 5-22.
- _____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista (Cidadania e Feminismo)*, nº especial, 2000 P. 201-222.
- _____. Prefácio. *A gender and politics of history*. Cadernos Pagu, n. 3, Campinas: Unicamp, 1994. P. 11-27
- SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Instituto Nacional do Livro, 1979.
- SHIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- SOIHET, Rachel. Mulheres conquistam o espaço público: a militância feminista de Bertha Lutz. In. CRUZ, M^a Helena Santana; ALVES, Amy Adelina C. Faria. (Org.). *Feminismo, Desenvolvimento e Direitos Humanos*. Aracaju: FAP-SE, 2005. P.115-130

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Mulheres/Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SORJ, Bila. *O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade*. In. COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Org.) *Uma Questão de Gênero*. São Paulo: Fund. Carlos Chagas/Ed. Rosa dos Tempos, 1992. P. 15-23.

VIEIRA, Cláudia. *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu*. São Paulo: PUC-SP, 2002. (Dissertação de Mestrado)

XAVIER, Itamaragiba Chaves. *A instrução pública na república rio-grandense (1836-1845)*. Disponível em: www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH_00262.pdf
Acesso em: 21 de abr. 2009.